



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO

BRUNA CAROLINA KRAUSPENHAR

AS MULHERES DAS MARGENS: cotidiano e trabalho feminino nas margens do Rio
Uruguai no período do escoamento da madeira (1940-1970)

CHAPECÓ

2024

BRUNA CAROLINA KRAUSPENHAR

AS MULHERES DAS MARGENS: cotidiano e trabalho feminino nas margens do Rio
Uruguai no período do escoamento da madeira (1940-1970)

Dissertação apresentada para o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof. Dra. Samira Peruchi Moretto

Coorientadora: Mirian Carbonera

CHAPECÓ

2024

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Krauspenhar, Bruna Carolina

AS MULHERES DAS MARGENS: cotidiano e trabalho
feminino nas margens do Rio Uruguai no período do
escoamento da madeira (1940-1970) / Bruna Carolina
Krauspenhar. -- 2024.
157 f.:il.

Orientadora: Dra. Samira Peruchi Moretto

Co-orientadora: Dra. Mirian Carbonera

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em História,
Chapecó, SC, 2024.

1. Gênero. 2. História Ambiental. 3. Rio Uruguai. 4.
História das Mulheres. I. Moretto, Samira Peruchi,
orient. II. Carbonera, Mirian, co-orient. III.
Universidade Federal da Fronteira Sul. IV. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

BRUNA CAROLINA KRAUSPENHAR

AS MULHERES DAS MARGENS: cotidiano e trabalho feminino nas margens do Rio
Uruguai no período do escoamento da madeira (1940-1970)

Dissertação apresentada para o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 29/08/2023.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **SAMIRA PERUCHI MORETTO**
Data: 19/03/2024 14:21:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Samira Peruchi Moretto – UFFS
Orientadora

Documento assinado digitalmente
 **MIRIAN CARBONERA**
Data: 22/03/2024 12:07:52-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Mirian Carbonera – UFFS
Coorientadora

Documento assinado digitalmente
 **Eunice Sueli Nodari**
Data: 22/03/2024 10:57:21-0300
CPF: ***.495.240-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof.^a Dra. Eunice Sueli Nodari – UFSC
Avaliadora

Documento assinado digitalmente
 **MARLON BRANDT**
Data: 22/03/2024 10:20:12-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Marlon Brandt – UFFS
Avaliador

À minha família, Delmar, Elisângela, Júlia,
Felipe Krauspenhar, e meu cachorro, pirata,
por todo apoio durante os dois anos de
mestrado.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não seria possível sem o apoio da minha família, que esteve presente ao longo desses dois anos. Sou imensamente grata à minha mãe, Elisângela Witkowski Krauspenhar pela força e amor, pela preocupação e pelos ouvidos que não raras vezes ouviram desabafos durante o processo. À meu pai por todo o incentivo à leitura e aos estudos, seus esforços por anos estão começando a apresentar frutos. Minha motivadora ao longo do tempo, minha irmã Júlia Eduarda Krauspenhar, obrigada por se fazer minha força sempre que eu não a tenho mais. Minha gratidão ao meu irmão Felipe Krauspenhar, pela companhia e descontração nas tardes em frente ao computador. Agradeço também a minha prima, Jéssica Tramontini dos Santos, pelas palavras de conforto e cuidado comigo. Ao meu cachorro, Pirata, agradeço pela fonte de amor incondicional, a qual foi fundamental nesse período, e pela companhia durante todo o processo de escrita. Obrigada pela existência de vocês, por estarem correndo ao meu lado rumo a todos os objetivos.

Agradeço a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) pela oportunidade desde a graduação em História, pela aceitação da pesquisa no Programa de Pós-Graduação em História e pelas experiências proporcionadas por ela ao longo desses dois anos. Meu agradecimento especial ao laboratório Fronteiras e aos colegas e professores que compõe essa grande família que está comigo desde o ingresso na graduação. Em relação ao laboratório, cito a professora Samira e os colegas Gerson e Michely, os quais se tornaram amigos e seguraram minha mão durante esses dois anos.

Aos professores do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em História meu profundo agradecimento e admiração, pela excelência no ensino, pelas discussões levantadas ao longo dos anos, pelo incentivo e contribuição com minha formação humana e intelectual.

Sou grata à Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina (FAPESC), pela concessão de bolsa através do edital de chamada pública FAPESC Nº 16/2021, o qual apoia os o grupo de pesquisa Uma História ambiental das transformações e da antropização das paisagens no Oeste Catarinense (1960 a 1980), da Universidade Federal da Fronteira Sul. O apoio através da bolsa de mestrado tornou possível a dedicação exclusiva para o desenvolvimento da pesquisa.

Sou profundamente grata à minha orientadora Samira Peruchi Moretto, sem seu incentivo a continuidade dos meus estudos seria tão pouco cogitada. Obrigada pela orientação e amizade desde o início da graduação, por todo apoio que desde meu ingresso na UFFS, por

me “puxar de volta” quando necessário e por toda paciência durante o processo. Devo meu lado que gosta de revirar arquivos, ir atrás das fontes históricas, buscar respostas para perguntas, à ela.

Agradeço também a todos que contribuíram para o desenvolvimento da presente pesquisa, em especial as mulheres e homens que abriram as portas de suas casas, apoiaram de diferentes formas, forneceram seus materiais e aceitaram compartilhar suas memórias, obrigada por acreditarem nesta pesquisa, Ademar Rotava, Rita Fernandes da Silva, Cleci Rotava, Beatriz Todeschini, Ana Aurora, Márcia Treichel, Lídia Baú Treichel, José Matheus, Ada Dal Ponte, Carolina Teixeira de Oliveira, Gilso Oliveira, José Adair Silva e ao grupo do Facebook, Antigamente em Chapecó. Por fim, agradeço a todos que diretamente ou indiretamente contribuíram para essa pesquisa e para a continuação dos estudos.

Precisamos dar um sentido humano às nossas construções. E quando o amor ao dinheiro, ao sucesso, nos estiver deixando cegos, saibamos fazer pausas para olhar os lírios do campo e as aves do Céu.

Érico Veríssimo

RESUMO

A presente pesquisa discute o cotidiano e o trabalho das mulheres residentes nas margens do Rio Uruguai, buscando evidenciar sua importância para as atividades de escoamento da madeira no Oeste de Santa Catarina, durante o período de 1940 a 1970. As décadas investigadas correspondem a um período de intensa extração da madeira retirada das duas fitofisionomias que compõem o bioma Mata Atlântica presente na região Oeste de Santa Catarina, a FOM (Floresta Ombrófila Mista) e a FED (Floresta Estacional Decidual), bem como escoamento das toras de madeira através do Rio Uruguai rumo ao mercado internacional. A atividade balseira iniciou aproximadamente em 1930, dessa forma, o recorte temporal inicial desta pesquisa é a década de 1940, década de quando foram localizadas as primeiras fontes históricas, fontes históricas, e finaliza em 1970, devido ao declínio da atividade. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e documental, a qual utiliza também das diretrizes teórico-metodológicas da História Oral, a fim de acessar a memória das mulheres da região. Além das entrevistas, utilizou-se registros de nascimento, casamento e óbito obtidos no Cartório Dias de Castro, local que salvaguarda os documentos do Extinto Cartório Extrajudicial do Goio-Ên, legislação, periódicos, iconografias, publicações do período e fontes orais disponíveis nos acervos regionais, assim como as memórias da ex-moradora do local Dileta Diesel Winckler. Apoia-se em debates da História Ambiental, para compreender as relações dos seres humanos com o meio ambiente, e dos estudos de gênero, a fim de evidenciar a atuação do gênero feminino no espaço delimitado. As discussões que englobam o ecofeminismo, a divisão sexual do trabalho e a história da ciência, também forneceram subsídios para construção do aporte teórico necessário para a compreensão das fontes históricas. Percebeu-se que as mulheres ocuparam posições diversas dentro da sociedade do Goio-Ên, conforme suas classes sociais e contribuíram de forma direta e indireta para o desenvolvimento da atividade madeireira, através do escoamento pelo Rio. Espera-se contribuir com a historiografia regional, compreendendo como as mulheres perceberam e se relacionaram com o meio ambiente circundante do Rio Uruguai no contexto da exploração madeireira.

Palavras-Chave: Goio-Ên; gênero; História Ambiental; História Oral;

ABSTRACT

This research discusses the daily life and work of women living on the banks of the Rio Uruguai, aiming to highlight their importance in the timber transportation activities in the West of Santa Catarina, during the period from 1940 to 1970. The decades under investigation correspond to a period of intense timber extraction from the two phytophysionomies that make up the Atlantic Forest biome in the West of Santa Catarina: the Floresta Ombrófila Mista (FOM) and the Floresta Estacional Decidual (FED). It also includes the transportation of timber logs through the Rio Uruguai to the international market. The rafting activity began around 1930, and therefore, the initial temporal focus of this research is the 1940s when the first historical sources were located. The research concludes in 1970 due to the decline of the activity. This study is qualitative and documentary, utilizing the theoretical and methodological guidelines of Oral History to access the memories of women from the region. In addition to interviews, records of birth, marriage, and death from the Dias de Castro Registry Office were used, as it safeguards documents from the Extinct Extrajudicial Registry Office of Goio-Ên. Legal documents, periodicals, iconographies, publications from the period, and oral sources available in regional archives were also employed, along with the memories of former resident Dileta Diesel Winckler. The research draws on discussions from Environmental History to understand the relationships between humans and the environment, as well as gender studies to highlight the role of women within the delimited space. Debates on ecofeminism, the sexual division of labor, and the history of science provided the necessary theoretical basis for understanding the historical sources. It was observed that women held various positions within Goio-Ên's society, depending on their social classes, and contributed directly and indirectly to the development of the timber activity through transportation along the river. The aim is to contribute to regional historiography, understanding how women perceived and interacted with the surrounding environment of the Rio Uruguai in the context of timber exploitation.

Keywords: Goio-Ên; Gender; Environmental History; Oral History;

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mesorregiões do Estado de Santa Catarina.....	26
Figura 2 - Território do Velho Chapecó, em 1937.....	33
Figura 3 - O Porto Goio-Ên e a divisão territorial entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.....	40
Figura 4 - Localização da Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai.....	45
Mapa 1 - Mapa Fitofisionomias de Santa Catarina.....	37
Imagem 1 – Meninos brincando no rio, Porto Goio-Ên, 1980.....	41
Imagem 2 - Festa de Nossa Senhora dos Navegantes em Coronel Freitas-SC.....	42
Imagem 3 – Festa da Nossa Senhora dos Navegantes.....	43
Imagem 4 - Ponto de nascimento do Rio Uruguai, em Marcelino Ramos/SC.....	48
Imagem 5 – Goio-Ên e o Rio Uruguai como local de lazer, s/d.....	50
Imagem 6 – Porto Goio-Ên na atualidade.....	51
Imagem 7 – Posição dos remos nas balsas, s/d.....	56
Imagem 8 - Vista parcial de balsa de madeira no Rio Uruguai em Chapecó/SC, década de 1950.....	57
Imagem 9 - Transporte da madeira até o rio, 1950.....	59
Imagem 10 - Presença de espécies exóticas nas margens do Rio Uruguai.....	78
Imagem 11 – Porto Goio-Ên na década de 1970.....	80
Imagem 12 - Capa das memórias de Dileta Winckler.....	83
Imagem 13 – Fotos de Dileta e João Winckler.....	84
Imagem 14 – Casamento de Dileta e João Winckler, 1950.....	85
Imagem 15 - <i>Inga vera</i> , nativa da Mata Atlântica.....	87
Imagem 16 – Primeiras residências.....	88
Imagem 17 – Extração da madeira.....	89
Imagem 18- Caminhões nas barcas.....	90
Imagem 19 – Transporte para as serrarias.....	91
Imagem 20 – Balsa sobre o Rio Uruguai.....	93
Imagem 21 – músicos em um barco no Rio Uruguai.....	94
Imagem 22 – Enchente de 1965.....	95
Imagem 23 – Dilúvio de 1965.....	96
Imagem 24 – Mulheres e crianças na atividade de lavar roupa no rio.....	127
Imagem 25 - Mulher sobre balsa de madeira roliça, Rio Uruguai, 1935.....	130
Imagem 26 – Casamento em cima das balsas.....	132
Imagem 27 – Balseiros confeccionando uma balsa, 1940.....	136

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BP: Before Present

CEOM: Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina

CRC: Clube Recreativo Chapecoense

EMBRAPA: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMPASC: Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária

FED: Floresta Estacional Decidual

FOM: Floresta Ombrófila Mista

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFFSC: Inventário Florístico Florestal do Estado de Santa Catarina

SUMÁRIO

1	13
2	Erro! Indicador não definido.
2.1	21
2.2	38
2.3	52
3	60
3.1	60
3.2	69
3.3	80
3.4	95
4	138

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação intitulada “As mulheres das margens: cotidiano e trabalho feminino nas margens do Rio Uruguai no período do escoamento da madeira (1940-1970)”, discute o cotidiano e o trabalho das mulheres residentes nas margens do Rio Uruguai, buscando evidenciar sua importância para as atividades de escoamento da madeira no Oeste de Santa Catarina, durante o período de 1940 a 1970. As décadas investigadas, entre 1940 e 1970, caracterizam-se pela intensa atividade de extração da madeira retirada das duas fitofisionomias que compõem a região Oeste de Santa Catarina, a FOM (Floresta Ombrófila Mista) e a FED (Floresta Estacional Decidual), e pelo decorrente escoamento das madeiras através do Rio Uruguai. Defende-se que as concepções sobre as mulheres e a natureza são intermediadas pela cultura, política e economia, dessa forma, a pesquisa está em diálogo constante com os processos de formação da região da fronteira sul, utilizando como delimitação geográfica o município de Chapecó, no Oeste de Santa Catarina.

A dissertação foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina (FAPESC), através do edital de chamada pública FAPESC Nº 16/2021, o qual apoia os o grupo de pesquisa Uma História ambiental das transformações e da antropização das paisagens no Oeste Catarinense (1960 a 1980), da Universidade Federal da Fronteira Sul, o apoio da agência de fomento foi fundamental para a concretização da pesquisa.

São diversos os caminhos que me direcionaram para a realização desta pesquisa. Em primeiro lugar, a relação com o rio Uruguai, especificamente o Porto Goio-Ên, desde a infância. Era destino comum nos finais de semana, principalmente no verão, o que possibilitava acampamentos, banhos de rio, pesca amadora artesanal, entre outras atividades. Com a construção da UHE Foz de Chapecó, e a consequente inundação do Porto Goio-Ên, ouvia reclamações recorrentes de meu pai, pescador amador, denominando nosso antigo destino de “rio morto”. Hoje encontro esse mesmo conceito nas entrevistas com antigos moradores do Porto Goio-Ên.

Cresci, trabalhei como Guarda-Vidas Civil no Porto Goio-Ên, o que me fez mergulhar no cotidiano da comunidade do distrito, visto que, foi meu local de trabalho quase todos os dias do verão. Também formada em História, muitas vezes direcionava as conversas para perguntas sobre o passado. Percebi que os balseiros, pais, avós, bisavós, eram evocados na memória local com frequência. Mas me perguntava o que as mulheres fizeram no espaço, então inundado, em minha frente. Elas estiveram ali. E não foram sujeitos passivos nos fenômenos históricos, sim

atuaram na história local, municipal, regional, nacional. Já havia pesquisado sobre as mulheres urbanas em Chapecó no Trabalho de Conclusão de Curso, uma modesta contribuição à historiografia local denominada “Garota Bonita: As representações sobre beleza e feminilidade na imprensa chapecoense”. Agora a pulga atrás da orelha direcionou os olhares para as mulheres residentes das margens do Rio Uruguai.

Ao longo da graduação em História, tive contato frequente com a História Ambiental, o que instigou a vontade de investigar a experiência feminina levando em consideração o meio ambiente que as cercava. Há especificidades nas vivências em um corpo feminino de acordo com o ambiente circundante, como as mulheres que viveram no perímetro urbano do município de Chapecó e as que estavam nos espaços rurais. As mulheres residentes das margens do Rio Uruguai se relacionavam com o rio, com a fauna e flora locais em seu cotidiano. A partir disso, desenvolveu-se um trabalho que busca relacionar os Estudos de Gênero e História Ambiental.

Esta relação dos Estudos de Gênero com a História Ambiental constitui-se como fundamental para compreender as dinâmicas regionais que envolvem atores históricos comumente excluídos dos discursos sobre o passado: a natureza e as mulheres. Pádua e Carvalho (2020), destacam que não encontraram relação direta entre História Ambiental e gênero, ainda que a presença das mulheres seja elemento fundamental na experiência concreta das populações em seus espaços urbanos e rurais. Dessa forma, houve uma preocupação em encontrar subsídios teóricos que favorecessem a interlocução entre as duas áreas, o que foi encontrado nas escritoras ecofeministas e na história da ciência, em especial através da publicação *A morte da natureza: mulheres, ecologia e a revolução científica*, publicada em 1980 por Carolyn Merchant (2019).

Trata-se de uma investigação que busca preencher lacunas historiográficas a respeito da história das mulheres da região Oeste de Santa Catarina. Conforme Joana Maria Pedro (2005), na historiografia, as mulheres estiveram por muito tempo silenciadas, como, por exemplo, a história positivista representava a figura feminina de uma forma erotizada, como as amantes de grandes homens, as quais os auxiliavam na tomada de decisões importantes, escondidas por trás dessas decisões. Quando não dessa forma, tratava sobre as mulheres poderosas que ocupavam algum espaço de poder político (PEDRO, 2005). Após os revisionismos teórico-metodológicos, as mulheres passaram a ser pesquisadas, principalmente pelas historiadoras das mulheres, da História Social e as pesquisadoras de gênero, da História Cultural. Entretanto, na região Oeste de Santa Catarina, a participação feminina na história ainda carece de investigações.

A pesquisa é classificada como qualitativa, pois pretende focar em questões da realidade delimitada, sem preocupar-se com a interpretação dos números para compreendê-la, dessa forma procura-se compreender o universo dos significados, motivações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos “que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 2004). Desta forma, a metodologia empregada compreendeu um levantamento bibliográfico das pesquisas que abordam a temática de forma direta ou indireta, e com isso, após perceber as lacunas na historiografia local, a busca por preenchê-las, através dos questionamentos às fontes históricas coletadas.

Dentre as modalidades de pesquisa qualitativa, a investigação que culminou nesta dissertação utilizou da análise documental, visto que, após revisão bibliográfica sistemática sobre o tema, ocupou-se com a coleta de fontes históricas em arquivos públicos e privados. Entretanto, também produziu fontes, a partir da concepção teórico-metodológica da História Oral, fundamental para satisfazer o objetivo de acessar o passado de populações marginalizadas, as quais não costumam estar presentes nos documentos oficiais. A História Oral consiste na gravação de entrevistas com atores e/ou testemunhas de acontecimentos, as quais produzem um documento, a transcrição, que é utilizada para compreender fenômenos históricos, através de metodologias próprias. Como base teórica-metodológica para interpretação das fontes orais, foi utilizado o livro *Manual da História Oral* da historiadora Verena Alberti (2013).

Foram analisadas 55 entrevistas: 9 delas realizadas pela autora, com objetivo de preencher lacunas que as demais fontes histórias disponíveis não proporcionaram respostas, e 46 das entrevistas encontram-se no acervo do CEOM. As entrevistas realizadas foram direcionadas às moradoras antigas da região do Vale do Rio Uruguai em Chapecó/SC, no Porto Goio-Ên, em principal, e descendentes de mulheres que estiveram presentes no período delimitado, entre as décadas de 1940 e 1970. Após as nove entrevistas, foi feita a transcrição das mesmas e a análise dos dados, os quais estão descritos e analisados no último capítulo da presente investigação.

Além das fontes orais, foram de extrema importância o acesso aos registros de nascimento, casamento e óbito obtidos no Cartório Dias de Castro, local que salvaguarda os documentos do extinto Cartório Extrajudicial do Goio-Ên. A partir desses dados, foi possível mapear cada membro da comunidade local entre as décadas de 1950 e 1970, sendo que não há documentação disponível da década de 1940. Além disso, foram utilizados jornais,

principalmente A voz de Chapecó, imagens e fontes orais do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM), censos demográficos, a legislação, como o Código Civil de 1916.

Após a construção da UHE Foz do Chapecó, as estruturas e áreas do Porto Goio-Ên¹ foram uma das mais afetadas pela inundação responsável pela formação do reservatório artificial para o funcionamento da usina hidrelétrica. O êxodo rural forçado afetou as dinâmicas relacionais existentes na comunidade, as formas de se relacionar com o meio ambiente, bem como a conservação do patrimônio material e imaterial local. Submergiram a realidade da população residente das margens do Rio Uruguai no município de Chapecó, Santa Catarina, se construiu ao longo do tempo, na ocupação indígena, cabocla e durante a colonização.

Dessa forma, o tempo presente incita a investigar o passado. Durante o período delimitado, a colonização da região estava em processo e consolidação, caracterizada por um aumento da interferência humana no meio ambiente, principalmente devido ao destaque econômico do setor madeireiro, através do desmatamento da Floresta Ombrófila Mista (FOM) e da Floresta Estacional Decidual (FED), do bioma Mata Atlântica. De acordo com Claiton da Silva, Marlon Brandt e Samira Moretto (2017), com o aumento da população causado pela colonização e a consequente extração madeireira, a floresta foi sucumbindo a atividades econômicas, como a criação de animais e agricultura. As empresas colonizadoras, incentivadas a se instalar na região, derrubavam as árvores da FOM e da FED para delimitar os lotes a serem vendidos, prática chamada de “Limpeza das áreas ou das matas”, que constituía a derrubada da floresta com o objetivo de estabelecer a agricultura e a criação de animais.

Os primeiros moradores da região Oeste de Santa Catarina foram os indígenas de matriz linguística Jê, e depois os Tupi-Guarani, conforme Lino (2015). Após as incursões europeias e as formações das primeiras vilas na região, movimento explicitado por Brandt (2012), houve a ocupação das florestas da região pelos caboclos. A colonização foi um momento de ruptura com as formas de vida das comunidades tradicionais, as quais já viviam nas terras vendidas pelas colonizadoras, em sua maioria sob o regime de posse, o qual não possuía amparo legal e favorecia a desapropriação. Esses moradores, os caboclos, e os colonos que se estabeleceram,

¹ Foram doze municípios em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul que tiveram suas áreas utilizadas na formação do reservatório da Usina e das Áreas de Preservação Permanente: Em Santa Catarina: Águas de Chapecó, Caxambu do Sul, Guatambu, Chapecó, Paial e Itá. No Rio Grande do Sul: Alpestre, Rio dos Índios, Nonoai, Faxinalzinho, Erval Grande e Itatiba do Sul. Além disso, dois municípios catarinenses São Carlos e Palmitos, assim como o município Alpestre, do Rio Grande do Sul, foram afetados pelo trecho de vazão reduzida

possuíam diferentes visões de mundo, percebendo e se relacionando com a natureza de formas diferentes.

A instalação de madeireiras e serrarias aceleraram o processo de extração da madeira e o desmatamento na região. Conforme se instalavam serrarias, as tábuas passaram a ser comercializadas e transportadas pelo meio fluvial, através das balsas. As balsas eram compostas de aglomerados de troncos, toras ou tábuas serradas, armadas para transportar as madeiras através do rio Uruguai, até o principal porto de destino, em São Borja, no Rio Grande do Sul, onde eram transportadas para o Rio da Prata, para serem exportadas (RADIN; CORAZZA, 2018). Em geral, as fontes apontam para o destino de São Borja para as atividades balseiras. Entretanto, as madeiras seguiam seus destinos, Salini e Onghero (2015) apontam para a Argentina e Uruguai, entretanto, há bibliografias que percebem a países da Europa como destino.

Neste espaço citado acima, havia balseiros que se dedicavam apenas a atividade de escoamento da madeira, geralmente funcionários de grandes madeireiras e serrarias, havia os peões, que se dedicavam ao trabalho de forma sazonal, consistindo em uma mão de obra barata e sem garantias de direitos sociais e trabalhistas, desempenhada por uma parcela pobre da população. Dessa forma, compreendeu-se que famílias com distintas condições econômicas eram envolvidas no ofício balseiro, dessa forma, as relações das mulheres com o meio ambiente variava conforme sua classe social e raça.

Além das madeireiras, a principal atividade desenvolvida pelas moradoras das margens do Rio Uruguai consistia na agricultura de subsistência. As fontes históricas coletadas confirmam essa ocupação principal, e este trabalho se preocupa em identificar a participação feminina, tanto na agricultura de subsistência, quanto nos mais diversos trabalhos desempenhados pelas mulheres, como a extração de areia, lavagem de roupa nos rios, preparo das balsas, benzimento, atuação como parteiras, comércio local. Ainda assim, observa-se o trabalho doméstico não-pago, essencial para o desenvolvimento do capitalismo na região.

A presente investigação compreendeu as especificidades do contexto rural ao trabalhar as relações de gênero, percebendo como as informações sobre corpo e sexualidade muitas vezes não chegavam às mulheres. O conceito de interseccionalidade foi fundamental para compreender as experiências femininas nas margens do Rio Uruguai, considerando as especificidades dessas mulheres, percebendo as categorias de gênero, raça e classe como interdependentes, não categorias separadas (HIRATA, 2014).

A interseccionalidade permite que essa pesquisa compreenda seu objeto de estudo, o qual se diferencia das mulheres burguesas do centro administrativo do município, as quais frequentavam os bailes do CRC e disputavam em concursos de beleza. Ao mesmo tempo, acrescenta-se ao conceito de interseccionalidade a importância que o espaço circundante desempenha na experiência feminina concreta, por isso a intersecção entre Gênero e História Ambiental.

Utiliza-se o conceito de gênero para análise histórica, por meio das considerações da historiadora Joan Scott (1995), a qual percebe gênero em duas partes e diversos subconjuntos: “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”. Dessa forma, essas duas partes estão conectadas, visto que, quaisquer mudanças na organização das relações sociais se relacionam com mudanças nas representações de poder.

Observar a história da região Oeste de Santa Catarina sob o viés da História Ambiental vem de um desafio recente em que meio ambiente passou a ter importância maior no centro das preocupações humanas. Conforme Worster (1991), a História Ambiental contribui para essa investigação ao fornecer elementos que permitem o afastamento da ideia de distância entre os feitos humanos e as variáveis ambientais. Drummond (1991) assinala que com o determinismo geográfico, as ciências sociais se afastaram de qualquer possível influência biológica. Entretanto, no fim do século XX, movimentos ambientalistas e crises ambientais desafiaram as ciências sociais a pensar nas relações entre sociedade e mundo natural. Antropólogos iniciaram com a inclusão do meio ambiente em suas pesquisas, assim como os economistas e os sociólogos, logo a história também passou a pensar sobre a experiência humana na natureza, através da História Ambiental. Dessa forma, os historiadores ambientais preocupam-se em situar aspectos ecológicos no tempo e espaço para compreender as influências ambientais nos processos históricos humanos, bem como os impactos dos processos humanos nos ecossistemas ao longo do tempo.

Com objetivo de relacionar as bibliografias expostas de forma mais profunda, em diálogo com os questionamentos às fontes históricas coletadas, estruturou-se a presente dissertação em 3 capítulos. O primeiro capítulo se preocupa em contextualizar o Oeste de Santa Catarina e o rio Uruguai, com enfoque nas alterações socioambientais ao longo do tempo, discute-se a história da região a partir da História Ambiental. A primeira parte do capítulo ocupou-se das relações entre os grupos humanos e com o meio ambiente na região ao longo do tempo. Na segunda parte, a discussão centralizou-se nas relações entre seres humanos de

distintos grupos sociais e o meio ambiente do entorno do Rio Uruguai, bem como as experiências com o próprio rio ao longo do tempo.

Após introduzir um dos agentes históricos dessa investigação, o Rio Uruguai e o meio ambiente do seu entorno, a pesquisa ocupou-se de um processo histórico em especial, muito significativo para o desenvolvimento da região Oeste de Santa Catarina e a considerável alteração do meio ambiente. Dessa forma, o segundo capítulo aborda especificamente o processo de escoamento da madeira por vias fluviais, percebendo a instalação de serrarias e madeireiras com a valorização do potencial madeireiro da região, bem como o ofício dos balseiros, foco dessa investigação. As dinâmicas sociais no espaço do Porto Goio-Ên alteraram-se com a exploração da Floresta Estacional Decidual e esse novo ofício, o qual dependia completamente das cheias do Rio Uruguai. O capítulo discute a bibliografia disponível sobre o processo de escoamento da madeira, apresentando detalhes do processo de retirada e venda das madeiras, através do rio Uruguai.

O terceiro capítulo volta-se especificamente para as mulheres das margens do Rio Uruguai. Foi feito um mapeamento das famílias residentes do Porto Goio-Ên entre as décadas de 1940 e 1970, com objetivo de compreender melhor a sociedade analisada, e apresentar os sujeitos históricos investigados. Neste capítulo as fontes coletadas foram discutidas de forma mais profunda, em especial as entrevistas. O capítulo inicia discutindo as relações de gênero na região, desenvolvendo o conceito de gênero utilizado para a pesquisa e realizando uma revisão bibliográfica das pesquisas sobre a temática. No segundo momento, volta-se para as mulheres do Vale do Rio Uruguai, foco da investigação apresentada, relacionando as fontes históricas coletadas, bem como apresentando a importância feminina para o desenvolvimento regional.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1.O OESTE DE SANTA CATARINA E O RIO URUGUAI

As assinaturas dos governadores do Paraná, Afonso Camargo, e de Santa Catarina, Filipe Schmidt, mediados pelo presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, Wenceslau Braz, em 20 de outubro de 1916, implicaram na definição dos limites geográficos do ente federativo de Santa Catarina. O Brasil experimentava um federalismo recente e em processo, fruto da Constituição de 1889, causa e consequência da concepção de república que começava a engatinhar rumo à consolidação, apesar de proclamada no mesmo ano.

Nesse contexto histórico, em que se projetava uma concepção de nação e que os limites territoriais se definiram para constituir as unidades federativas republicanas, há a presença marcante de um agente intangível, naturalizado nos discursos contemporâneos, mas que inicialmente, trata-se de uma convenção socialmente acordada. A linha invisível que corta territórios, separa culturas, identidades e sentimento de pertencimento. As abstrações simbólicas denominadas limites geográficos e fronteira, materializaram-se através de conflitos em seu nome, motivo de derramamento de sangue nos solos que separavam, sangue e solo, esses reais.

A materialidade dos conceitos manifesta-se no mundo físico, nas relações humanas e não-humanas. Ao discutir o conceito de fronteira, as discussões teóricas da atualidade impõem à rejeição do lugar comum de percebê-la como sinônimo de limite físico ou político, mas a percebem como a proximidade do limite geográfico, dotada de sujeitos e relações, preocupando-se com aspectos sociais, ambientais, culturais, políticos e econômicos que se desenvolvem no espaço de fronteira. Além disso, compreende-se fronteira como uma construção social e dinâmica, impermanente, perpassando pelo tempo, pelos governos e regimes políticos (SILVA; SILVA, 2020).

Destarte, ao aprofundar-se no contexto espacial, social e ambiental do tema investigado, concentrando-se na delimitação temporal, constata-se que se trata de uma região de fronteira. Satisfaz para os objetivos do trabalho, a preocupação com a constituição do limite geográfico e as consequências das relações litigiosas contemporâneas ao início do século XX, a Guerra do Contestado e a definição do território catarinense.

O território discutido, localizado a Oeste do Estado, havia sido palco e objeto de um conflito incitado por razões sociais. Havia ainda, presença da cobertura vegetal original e, contava muitos quilômetros de distância do centro administrativo e político do Estado de Santa Catarina, localizado em Florianópolis. Dessa forma, a região representava um conjunto de elementos alheios ao conceito de civilidade, considerando que no período havia um projeto de civilidade, em que o conceito da palavra remetia ao comportamento aos moldes europeus.

O conceito de civilização que traz a perspectiva de tranquilidade e equilíbrio no meio social, nesse contexto o espaço era compreendido por alguns membros da sociedade como como perigoso e desconhecido e assim vem as primeiras ideias de domesticação da natureza (THOMAS, 2010), sendo a mata sinônimo de selvageria a qual os seres humanos precisavam domesticar. Narrativas da tradição oral, herança cultural regional, apontam para figuras que habitavam as florestas, as *visagens*. Ou seja, o medo do desconhecido que compunha as abstrações sobre a natureza, refletia na criação de narrativas que acrescentavam mais motivos ao medo (THOMAS, 2010). Percebe-se a dicotomia entre espaço vazio e cheio, o Oeste de Santa Catarina representava o vazio de civilidade, se constituindo em um imenso vazio. Esse imenso vazio, era cheio de mistério, cheio de tudo aquilo que se desconhecia, e, portanto, deveria ser temido o suficiente para justificar sua domesticação e exploração. O jogo com as palavras *vazio* e *civilidade* foi utilizado intencionalmente a fim de introduzir o tema principal do presente capítulo, pois, havia ainda a figura da alteridade que habitava a região, alteridade essa que não contemplava os modelos europeizantes de vida difundidos no período, alteridades indígenas, alteridades caboclas.

2.2 AS RELAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA

Norbert Elias e John L. Scotson (2000), ao analisarem as relações sociais em uma pequena cidade inglesa, perceberam que essas são construídas em torno de processos de inclusão e exclusão. Os grupos que possuem mais poder e recursos, os estabelecidos, tendem a estabelecer normas e valores que favorecem a sua posição social, enquanto os grupos que possuem menos poder e recursos são excluídos e marginalizados, os outsiders. Na formação da região sul do Brasil, é possível utilizar os conceitos elaborados pelos autores para compreender as dinâmicas sociais existentes. A história regional é marcada pela coexistência litigiosa entre

diferentes grupos sociais, sendo esses conflitos velados, como a exaltação de símbolos das nacionalidades europeias em detrimento dos grupos sociais marginalizados, ou conflitos diretos, como a Guerra do Contestado.

Partindo do princípio em que a Guerra do Contestado, conflito que ocorreu entre 1912 e 1916, teve em seu seio raízes econômicas, políticas e sociais. Segundo Delmir Valentini (2015), a região do Contestado era disputada por diversas empresas que buscavam explorar as riquezas naturais da região, como madeira e erva-mate (*Ilex paraguariensis*), e que entraram em conflito com as comunidades locais, formadas principalmente por camponeses. Além disso, havia um movimento de caráter messiânico, cujas elites políticas e econômicas de Santa Catarina contribuíram para a repressão. Conforme Valentini (2015), a atuação do Estado e das forças militares foi fundamental para sufocar a resistência dos sertanejos e manter o domínio das elites locais sobre a região.

O historiador Delmir Valentini (2015), destaca que a Guerra teve um grande impacto sobre a formação da identidade cultural e política da região. Conforme Valentini (2015), o conflito deixou marcas profundas na memória coletiva dos sertanejos e se tornou um símbolo de resistência e luta por justiça social. Os efeitos do conflito se estenderam por muitos anos após o seu fim, com a região ainda enfrentando problemas socioeconômicos e culturais decorrentes da violência e da disputa territorial. A Guerra do Contestado é, portanto, um exemplo histórico importante de como as desigualdades sociais e econômicas podem levar a conflitos violentos em contextos de escassez de recursos e disputas territoriais.

Devido à Guerra, a região Oeste de Santa Catarina ficou conhecida como região contestada, mesmo que parte de seu território não foi palco do conflito armado. Após o fim do litígio, houve uma intensificação da ocupação da região, incentivada pelo governo catarinense para garantir o controle do território. O Estado passou as atribuições de ocupação do território para a iniciativa privada, denominadas empresas colonizadoras, as quais tiveram um papel fundamental no processo de ocupação, organizando a chegada dos colonos na região.

Por muito tempo, a historiografia ocupou-se em exaltar os colonizadores e disseminar a ideia de que sua ocupação do território preencheu o vazio demográfico à espera da conquista da civilização. No entanto, as pesquisas de historiadores do final do século XX, dos pesquisadores da Universidade Federal de Santa Catarina, assim como as novas pesquisas dos historiadores da Universidade Federal da Fronteira Sul, tem desmistificado essa ideia, revelando que os colonizadores encontraram uma população indígena que habitava o território

há muito tempo. Essa visão é amplamente aceita no mundo acadêmico, mas ainda muito negligenciada em textos não acadêmicos que buscam divulgar os municípios, como nos aniversários dos municípios, e em disciplinas universitárias que ignoram os avanços da historiografia e da pesquisa antropológica (ZARTH, 2015).

Os discursos que desconsideram os povos indígenas e caboclos na história regional provém da desconsideração dos chamados povos da floresta como seres humanos, os percebendo como parte da natureza. Eles naturalizaram as sociedades indígenas e caboclas, retirando sua humanidade e considerando que, sendo parte da natureza, não alteravam a floresta ou o meio ambiente em que viviam. Trata-se da disseminação do ideário de progresso na região, o qual consistia em converter o “mato” em progresso econômico, cujas formas de vida que não favoreciam o ideal de progresso econômico desenfreado deveriam ser desconsideradas da nova civilização que se pretendia formar no território em questão.

Claiton Marcio da Silva e Monica Hass (2017), debatem a construção de uma hegemonia da ideia de progresso na região, especificamente no município de Chapecó, percebendo que os valores introduzidos pelos descendentes de europeus no processo inicial de colonização contrapõem a ideia de futuro, que representa o progresso, aos valores locais de caboclos, os quais representavam o presente, e aos valores de mandonismo, que representavam o presente também. Os pesquisadores discutem a predominância dos ideais de progresso antes da Segunda Guerra Mundial, que esbarravam na resistência dos grupos locais, entretanto, após o episódio do linchamento de 1950, houve uma organização das elites em torno do projeto do ideal de progresso para tentar apagar a marca negativa de violência e mandonismo em torno do episódio. Com isso, houve a introdução da agroindústria na região, e então o ideário de progresso passou a ser dominante após os anos 1970, desta vez, sendo difundido inclusive pelos grupos excluídos do processo.

Nesta pesquisa utilizar-se-á os conceitos debatidos por Silva e Hass (2017) principalmente no que diz respeito à colonização da região. No contexto da colonização, o mito do progresso foi usado para justificar a expansão territorial e a conquista de novas terras em nome da civilização. O progresso era visto como sinônimo de europeização, modernização e desenvolvimento, enquanto as culturas e modos de vida dos povos indígenas e caboclos eram considerados atrasados e primitivos, dessa forma, legitimando a expropriação das terras dos povos originários e a colonização de novas regiões, como a Fronteira Sul brasileira.

Paulo Zarth (2015) menciona autores coniventes com o mito do progresso, discurso presente até a atualidade, principalmente em comemorações municipais, monumentos, festividades públicas. Há diversos exemplos da historiografia da década de 1950 que interpretam a colonização como sinônimo de progresso e civilização, em que autores, europeus ou seus descendentes, concentraram-se na história da agricultura da região após a colonização europeia, exaltando seus feitos e descrevendo de forma minuciosa os colonos, mas ignorando ou minimizando a história dos habitantes anteriores ao povoamento teuto e ítalo-brasileiro, considerando as populações como atrasadas.

Essas concepções, difundidas no período, perduram até a atualidade. Os habitantes da região Oeste de Santa Catarina, em sua maioria descendentes de imigrantes alemães e italianos, frequentemente evocam uma identidade europeia para si mesmos. É comum que atribuam a nacionalidade dos antepassados colonizadores a suas preferências alimentares, maneiras de agir no dia a dia, tom de voz e outras características individuais. A principal característica dessa identidade é o culto ao trabalho, que também é atribuído à nacionalidade dos antepassados (NODARI, 2012).

A mística presente na região retrata os colonizadores como trabalhadores áduos, representados com uma enxada nas mãos, que construíram o município através de muito sofrimento, transformando o que antes era mato em civilização, discurso comum entre a população local. Segundo Soares e Andreola (2018), essa exaltação aos colonizadores se dá em detrimento de outras identidades da história da região, como a cabocla e indígena, vistas como símbolos de atraso, preguiça e falta de civilidade. Através da exaltação de nacionalidades brancas em prejuízo às nacionalidades não-brancas presentes na região, Soares e Andreola (2018) perceberam a branquitude hegemônica da região Oeste de Santa Catarina, legitimada pelo enaltecimento aos colonizadores europeus e seus descendentes.

Percebe-se que as relações sociais e as relações com o meio ambiente estão conectadas. Os grupos sociais se relacionam com o meio ambiente de formas peculiares, menos ou mais intensas, conforme suas formas de perceber a natureza. No Oeste de Santa Catarina, grupos sociais que não percebiam o meio ambiente de forma utilitarista não favoreciam o ideal de progresso que buscava-se consolidar. Todos os grupos sociais alteraram o meio ambiente circundante, entretanto, as formas mais intensivas corresponderam com a ascensão do capitalismo e da propriedade privada na região. Warren Dean (1996) ressalta que uma história florestal será sempre uma história de exploração e destruição, pois ao ser humano desagrade a floresta selvagem, considerada hostil e rústica, contrária ao êxito da civilização, a interação

humana com as florestas perpassa pela domesticação ou utilização com um fim prático. No Oeste de Santa Catarina a memória evoca uma paisagem dominada pela mata selvagem, empecilho para a colonização, a qual precisava ser eliminada, pelo uso do machado e do fogo, para que as terras fossem cultivadas e animais domésticos criados.

Por muito tempo a região Oeste de Santa Catarina despertou medo: pela vegetação densa e desconhecida, em função do outro que habitava o espaço, devido ao linchamento de 1950. Na atualidade, a locução “oeste de santa catarina” remete ao desenvolvimento agroindustrial da região, induzindo as abstrações mentais de progresso e desenvolvimento. Entretanto, aqui, interessa compreender as constituições históricas que culminaram nesse presente, o não explícito, os conflitos sociais mascarados em discursos entusiastas, a contradição do brasileiro cordial de Sérgio Buarque de Holanda (1995).

Durante a colonização da região, havia um estímulo à ocupação por colonos teuto e ítalo-brasileiros. As nacionalidades preferidas partiram de uma noção utilitarista da natureza, em que os colonos poderiam converter a natureza, a FED e a FOM, em progresso, civilidade e desenvolvimento. Ou seja, era preciso expulsar os caboclos, afastar os indígenas e instrumentalizar a natureza para efetivamente garantir o território (BRANDT, SILVA, MORETTO, 2017).

As margens do Rio Uruguai enfrentaram o mesmo processo. Há cerca de 10.000 anos B.P. foram preferências para breve instalação de povos caçadores-coletores, e há cerca de 2.000 B.P., se constituíram como território dos povos de matriz linguística Jê e Tupi, os quais disputavam a vegetação circundante. Conforme pontuam os relatos do Padre Antoni Cuber (1898), intitulados “Nas Margens do Uruguai”, havia preferência dos indígenas pelas margens do rio, praticando a caça e a pesca, além de desenvolverem a agricultura. O relato do pároco apresenta forte influência da concepção do bom selvagem, ao referir-se aos indígenas “de humor sombrio, taciturnos, sempre prontos para as expedições guerreiras, compreendiam apesar disso, razoavelmente todas as coisas que se lhes explicassem. Possuíam uma certa doçura de temperamento muito embora fossem selvagens no tratamento dos recém-chegados” (CUBER, 1898).

Após as incursões europeias na região no século XVIII para levar gado do Rio Grande do Sul para São Paulo, começaram a se instalar povoados, e assim, fazendas nos campos. As florestas e as margens dos rios foram destinadas aos caboclos, pois ainda não interessavam grandes fazendeiros da região dos campos para obtenção do lucro (BRANDT, 2015). Entretanto, com a ocupação humana intensiva, conhecida como colonização da região,

movimento que ocorreu no início do século XX, as margens dos rios passam a despertar interesse, principalmente devido ao destaque do setor madeireiro na região e a possibilidade de comércio da madeira via Rio Uruguai. Dessa forma, as relações e os significados sobre o rio se alteraram ao longo do tempo, com ênfase no século XX.

A formação da região Oeste de Santa Catarina, dependeu da atuação da economia madeireira, que converteu as árvores abundantes da Mata Atlântica, bioma presente na região, em valor comercial. Dessa forma, conforme Brandt, Moretto e Silva (2017), o mito do progresso, o incentivo à colonização e desenvolvimento da região, se efetivam com o desmatamento da floresta nativa, e o comércio da madeira via Uruguai. Para compreender essas dinâmicas, faz-se crucial adentrar na constituição histórica da região Oeste da Fronteira Sul.

O Estado de Santa Catarina pode ser dividido em seis mesorregiões: Grande Florianópolis, Norte Catarinense, Oeste Catarinense, Serrana, Sul Catarinense e Vale do Itajaí, de acordo com a Figura 1 (IBGE, 2017). A mesorregião Oeste de Santa Catarina, destaca no mapa abaixo, foi a última região de Santa Catarina a ser colonizada, o que contribuiu para que ficasse conhecida como sertão catarinense, em referência ao ideário de um vazio demográfico dominado por uma natureza selvagem e de difícil penetração. A região faz fronteira com o Paraná (ao Norte), Rio Grande do Sul (ao Sul), Argentina (Oeste), e com as mesorregiões Serrana e Norte do Estado de Santa Catarina (ao Leste).

FIGURA 1 - Mesorregiões do Estado de Santa Catarina



Fonte: acervo do site Baixar Mapas, elaborado a partir da base cartográfica do IBGE. Link:

<https://www.baixarmapas.com.br/mapa-de-santa-catarina-mesorregioes>. Acesso em: 20/08/2022.

A formação da região Oeste de Santa Catarina passou por diversas disputas de fronteiras e organizações territoriais. Dentre as disputas após a chegada dos europeus no território brasileiro, enfatiza-se entre Portugal e Espanha, entre Brasil e Argentina e, entre Paraná e Santa Catarina, originando, a Guerra do Contestado (1912-1916), conflito com mais de 10 mil mortes, e que culminou na definição do território catarinense.

De acordo com Arlene Renk (2004), apesar do incentivo à colonização após a Guerra do Contestado, a região passou a ser conhecida como Oeste de Santa Catarina somente após o Estado Novo, em 1937. Anteriormente, era percebida como sertão, em referência ao vazio demográfico, pois a ocupação indígena e cabocla não era considerada.

A maior parte da trajetória humana na região Oeste de Santa Catarina antecede a ocupação europeia, ou seja, compõe o período conhecido como pré-história. Os pioneiros do território chamado Oeste de Santa Catarina foram os povos pré-coloniais. Conforme Lino (2015), há cerca de 12 mil anos atrás, a primeira leva migratória para o sul do Brasil foi feita pelos povos da tradição “Umbu”, caçadores-coletores nômades, atraídos pelas matas, fauna local e os vales dos rios. Os sítios arqueológicos da região apontam para uma preferência por assentamentos a céu aberto, considerando as dificuldades em adentrar as Florestas Ombrófila Mista e Estacional Decidual, presentes na região. As datações dos sítios arqueológicos do sul do Brasil situam-se desde 12 mil anos atrás até 200 anos, mostrando a longevidade desses povos caçadores-coletores.

Com as migrações dos povos agricultores vindos do Norte, há a hipótese desse grupo ter sido expulso do território, sendo privados das áreas mais atraentes do ponto de vista ambiental. Possivelmente formaram alguns bolsões de ocupação, mantendo uma parcela do território. Os povos de matriz linguística Jê, chegaram à região 2,5 mil anos BP (Before Present) eram agricultores e ceramistas e possivelmente entraram em confronto com as populações que já estavam estabelecidas na região em função da disputa pelo pinheiro brasileiro (*Araucária angustifolia*) e erva-mate (*Ilex paraguariensis*). Percebe-se que a grande biodiversidade presente na Mata Atlântica, com sua grande quantidade de espécies endêmicas, já era alvo de disputas entre as populações pré-coloniais. As espécies em disputa, a erva-mate e o pinheiro brasileiro são espécies nativas da fitofisionomia Floresta Ombrófila Mista e continuaram sendo alvo de disputa após incursões portuguesas na região e depois, com a colonização teuto e ítalo-brasileira (LINO, 2015).

Após os jês, há 2 mil anos BP, os povos de origem tupi-guarani chegaram na região, vindos da bacia amazônica, e possivelmente, por meio do conflito com as populações já estabelecidas na região, conquistaram grande território. Os assentamentos indígenas possuíam

diversas funções, serviam como aldeia, acampamentos, portos de canoas, o que proporciona para a pesquisa arqueológica uma variabilidade da composição da cultura materiais de cada lugar. Os rios atraíam muito os povos pré-coloniais, que instalavam aldeias nesses locais. Atualmente, no entorno do Rio Uruguai, há centenas de sítios arqueológicos, registrados desde a década de 1960 (LINO, 2015). Os Guarani, na chegada dos europeus relacionaram-se com eles, através de trocas e pelo matrimônio, por isso foram chamados de *índios mansos*, o que possivelmente contribuiu para que fossem dizimados. Posteriormente passaram a opor-se aos europeus unindo-se aos Kaingang que resistiram desde o século XIX.

Com o incentivo à colonização pelo Estado, após a guerra do contestado, os indígenas na região sofreram eliminação física e cultural. Através das epidemias, doenças trazidas pelos europeus como gripe, varíola e sarampo, o que Crosby (1993) denominou de imperialismo ecológico, enfatizando que a varíola foi uma das armas mais importantes na luta contra os povos indígenas das Américas e Oceania. De acordo com Lino (2015), além das armas biológicas, os indígenas também foram submetidos à escravidão, em que os bandeirantes paulistas que exploravam a região para construir caminhos para as tropas, atuavam também na captura de indígenas para trabalho forçado no Sudeste. As guerras também compõem um dos fatores para o assassinato em massa dos povos indígenas, o que derruba o mito de uma colonização pacífica do Oeste de Santa Catarina.

Em Chapecó, a colonização utilizou da figura do bugreiro mestiço de origem não índia, contratado para promover grupos de captura e morte a fim de *limpar* os lotes de terra que seriam comercializados para teuto e ítalo brasileiros (LINO, 2015). Antônio Selistre de Campos, um dos fundadores do jornal A Voz de Chapecó em 1939, e juiz de direito do município de Chapecó, publicava críticas ao SPI e defendia a causa indígena, registrando inclusive conflitos entre os kaingang e os madeireiros em seus artigos, por exemplo, no jornal A Voz de Chapecó, em 17 de Outubro de 1948, Selistre publicou em letras garrafais “O Serviço de Proteção aos Índios passa a ser de PERSEGUIÇÃO aos Índios de Chapecósinho” (CAMPOS, 1948).

De acordo com Nodari (2012), todos os grupos sociais alteraram o meio ambiente, considerando as peculiaridades relativas às concepções sobre a natureza de cada grupo. Dessa forma, aos historiadores cabe discutir o contexto que envolve a floresta, a fauna e a mudança do solo, bem como a introdução de diferentes culturas exóticas, invasoras ou não, e seu impacto nas bacias hidrográficas. Por exemplo, a atividade de criação de suínos, destaque no município de Chapecó, Santa Catarina, durante a colonização, contribuiu de forma significativa para a poluição do Rio Uruguai.

Os indígenas Kaingang e Guarani marcaram sua presença no território investigado, transformaram o ambiente e culturalizaram a paisagem, afinal como afirmou Warren Dean

(1996, p. 24) “Para o homem, a coexistência com a floresta tropical sempre foi problemática”. Entretanto, as alterações intensivas ocorreram após as passagens e a consequente instalação dos europeus e seus descendentes na região.

De acordo com Brandt (2012), nas primeiras décadas do século XVIII, paulistas passaram a explorar o planalto de Santa Catarina procurando abrir caminhos que ligassem as regiões mineradoras aos campos do Rio Grande do Sul, para o transporte de gado. Ao longo dos caminhos que cruzavam nessas tentativas, formaram-se os “pousos”, lugares de parada para o descanso e apascentamento do gado. Com o passar do tempo, essas paradas foram tornando-se fixas, se constituindo em um objetivo de viagem atingir determinado pouso. Nos pousos, os animais podiam invernar, ou seja, encontrar pastagem para se recuperar. No Goio-Ên havia a passagem das tropas pelo Rio Uruguai, conforme relatado pelos antigos moradores da região.

Por conseguinte, nas áreas dos campos naturais, desenvolveu-se a sociedade pastoril caracterizada pela formação de imensas fazendas de criação de gado. A região do planalto catarinense passou a ser ocupada de modo mais intenso e se inseriu na economia colonial, mesmo que de modo marginal, dessa forma, os campos naturais propiciaram que a pecuária e o tropeirismo se desenvolvessem no planalto catarinense. Ao mesmo tempo, o espaço das florestas constituiu-se como um espaço sem interesse econômico no momento, então como espaço disponível às pessoas que não fossem os ricos fazendeiros dos campos ou seus agregados, pessoas sem poder econômico como os caboclos, ex-escravos, negros libertos, foragidos da justiça, peões. Grande parte dessas pessoas conseguiam acesso à terra como posseiros, pois ainda não havia interesse comercial nas florestas. Dessa forma, nesse período houve a instalação da população cabocla nas florestas, como nas margens do Rio Uruguai, visto que, não se constituíam como áreas de interesse comercial.

A região do Goio-Ên se constituiu como passagem das tropas, identificada nas entrevistas. Alguns relatos de antigos moradores da região apontam a passagem de bois bravios, conforme aponta Brandt (2012), os quais se reproduziram nos campos gaúchos após a expulsão dos jesuítas. Outros relatos indentificam a passagem de tropas, como a utilização de mulas para o comércio da erva-mate e grãos. Conforme rememora a antiga moradora da região, “Era um burro amarrado atrás do otro assim e ia aquela tropa com dois sacos de produto em cima de cada um” (PAVOSKI, 2018). Há ainda relatos que percebem como passagem de tropas o deslocamento dos porcos criados nas margens do Rio Uruguai para os abatedouros, visando a fabricação da banha.

Conforme Brandt e Campos (2008), nas relações socioambientais caboclas, a relação com a terra e os recursos naturais acontecia de forma coletiva, como com a criação de animais à solta que circulavam pelos campos e florestas em que se avisava o dono do animal se o

encontrasse, também havia o mutirão, conhecido como puxirão, em que vizinhos ajudavam-se com as atividades agrícolas e após os trabalhos servia-se uma refeição à todos, seguida por festividades. As relações de gênero percebidas na prática do puxirão foram descritas no último capítulo.

Segundo Brandt (2015), os habitantes das florestas do Oeste de Santa Catarina organizavam-se economicamente desenvolvendo atividades como a pesca, a caça, a extração da erva-mate, que se distribuía de forma silvestre na vegetação regional e a agricultura de subsistência em que plantavam milho, feijão, arroz, batata, mandioca, além da criação de animais para consumo e transporte, como porcos, vacas, mulas. A população cabocla criava porcos, os quais viviam livres na floresta, os identificando através de marcas e utilizando muito a banha desses animais para diversos fins, como a conservação de alimentos (BRANDT, 2015).

Radin e Corazza (2018), observam que a identidade cabocla se define pela oposição ao *ethos* do colono, pois sua marca constitutiva se baseou na separação social entre colono e caboclo. Este último, via sua forma de viver e de se relacionar com o meio ambiente rejeitada pelas comunidades de colonos que se estabeleciam na região. Entretanto, Paulo Pinheiro Machado (2004) os define como “os habitantes do planalto, ou seja, o habitante pobre do meio rural”. Apesar da identidade cabocla ser compreendida muitas vezes como uma categoria étnica, nesta pesquisa percebemos que “o caboclo do Oeste não é simplesmente originário de cruzamento racial puro, mas do cruzamento de indivíduos já miscigenados”. O mais importante é compreender que a conceituação de caboclo é muito mais social e econômica do que racial (POLI, 1995).

Os historiadores Marquetti e Silva (2015), contextualizaram o conceito, compreendendo que de início a palavra caboclo era empregada para designar os povos indígenas que viviam nas áreas internas do Brasil, em oposição aos que residiam na região litorânea. Além disso, também utilizavam o conceito para caracterizar aqueles que dependiam principalmente dos recursos naturais da floresta para subsistência, sem grandes interferências humanas no meio ambiente. Com o passar dos anos, a expressão começou a ser utilizada para se referir aos indivíduos de origem indígena ou africana que possuem ascendência mista. Entretanto, os autores elegem conceituar caboclo como um dos moradores das regiões fronteiriças do sul do Brasil, que habita essas áreas desde antes da chegada dos colonizadores europeus, especialmente italianos, alemães e poloneses.²

² Na história regional há diversas concepções sobre caboclo. A antropóloga Arlene Renk entende caboclos em sua concepção étnica (ver RENK, Arlene. A colonização do Oeste catarinense: as representações dos brasileiros. Cadernos do CEOM, v. 19, n. 23, p. 37-72, 2014). Paulo Pinheiro Machado, percebe como habitante pobre do meio rural (MACHADO, Paulo Pinheiro. Lideranças do Contestado: a formação e atuação das chefias caboclas (1912-1916), Campinas, Ed. da UNICAMP, 2004). A questão da identificação própria desses grupos carece de

Nas primeiras décadas do século XX, o governo do estado passou a investir no processo de colonização da região, para assegurar sua conquista territorial após a Guerra do Contestado. A região, era considerada despovoada, apesar da presença dos indígenas e caboclos. O poder público distribuía terras para pessoas que pudessem administrar essa ideia de povoamento, dessa forma surgiram as empresas colonizadoras, as quais buscavam vender as terras consideradas inóspitas para colonos teutos e ítalo-brasileiros que viviam no Rio Grande do Sul, sendo que essas nacionalidades eram desejadas devido a um ideário que os colonos eram “ordeiros e trabalhadores” e trariam o progresso para a região (NODARI, 2012).

Conforme Lindenmeyer (2009), as terras compradas deveriam estar limpas, ou seja, sem moradores, isso significava a expulsão dos caboclos e indígenas de seus espaços. Os conflitos dos migrantes em relação aos modos de vida que as populações caboclas e indígenas levavam, são frequentes nas páginas dos jornais, principalmente através de personagens caricatos para se referir aos caboclos. Esses conflitos vinham principalmente da hesitação por parte dos caboclos em aderir o modo de vida baseado na propriedade privada dos imigrantes e migrantes teutos e ítalo-brasileiros. É possível perceber, no quadro Um por Semana do jornal A Voz de Chapecó a imagem cômica do caboclo, com críticas por vezes mais sutis e outras mais ostensivas ao seu modo de vida. Como no fragmento abaixo:

Um dos grandes inconvenientes para que o nosso caboclo acumule bens é a sua falta de estabilidade e persistência nos lugares onde se estabelece. Pela ausência de preparo ou orientação começam sempre mal. De início se estabelecem em terras de propriedade do Governo ou de terceiros, sem a preocupação firme em adquiri-la. Na expectativa que de um dia para o outro seja despejado e obrigado a abandonar sua moradia, não se importa com o futuro, por isso tudo quando faz é visando proveito rápido (PARANÁ, 1946, n 98).

Durante a colonização, houve um adensamento demográfico causado pelo incentivo à colonização destinado aos colonos, com a propagação de propagandas ilusórias e promessas de uma vida melhor. Ao mesmo tempo, a população cabocla sofria expropriação das terras que ocupavam como posseiros, e iniciaram-se conflitos relativos ao modo de vida e uso da terra diferente das populações (BRANDT; NODARI, 2011).. Antes, os porcos eram criados à solta, agora, com a ascensão da propriedade privada na região, esses animais começaram a invadir as roças dos colonos e ser a causa de conflitos entre grupos sociais.

Cada vez mais os caboclos perceberam a redução maior dos espaços de uso em comum,

investigações, pois por um lado há as novas pesquisas sobre colorismo, e por outro, há a forte tendência na região em apagar as contribuições negras para o desenvolvimento regional. De todo modo, por não ser o objetivo dessa investigação, utilizar-se-á a definição de Paulo Pinheiro Machado, de caboclo como habitante pobre do meio rural, em consonância com a maioria dos trabalhos utilizados na presente investigação.

o que impedia o livre trânsito dos seus animais, sobretudo os porcos, agora confinados em mangueiras e chiqueiros, à maneira dos colonos. Além das alterações em relação ao tratamento dos animais, a flora local passou a sofrer alterações massivas com a colonização e o desenvolvimento do setor madeireiro na região. Bruno Zimmerman (2017), morador da região, aos 74 anos no momento da entrevista, relatou esse processo de expulsão dos caboclos em entrevista:

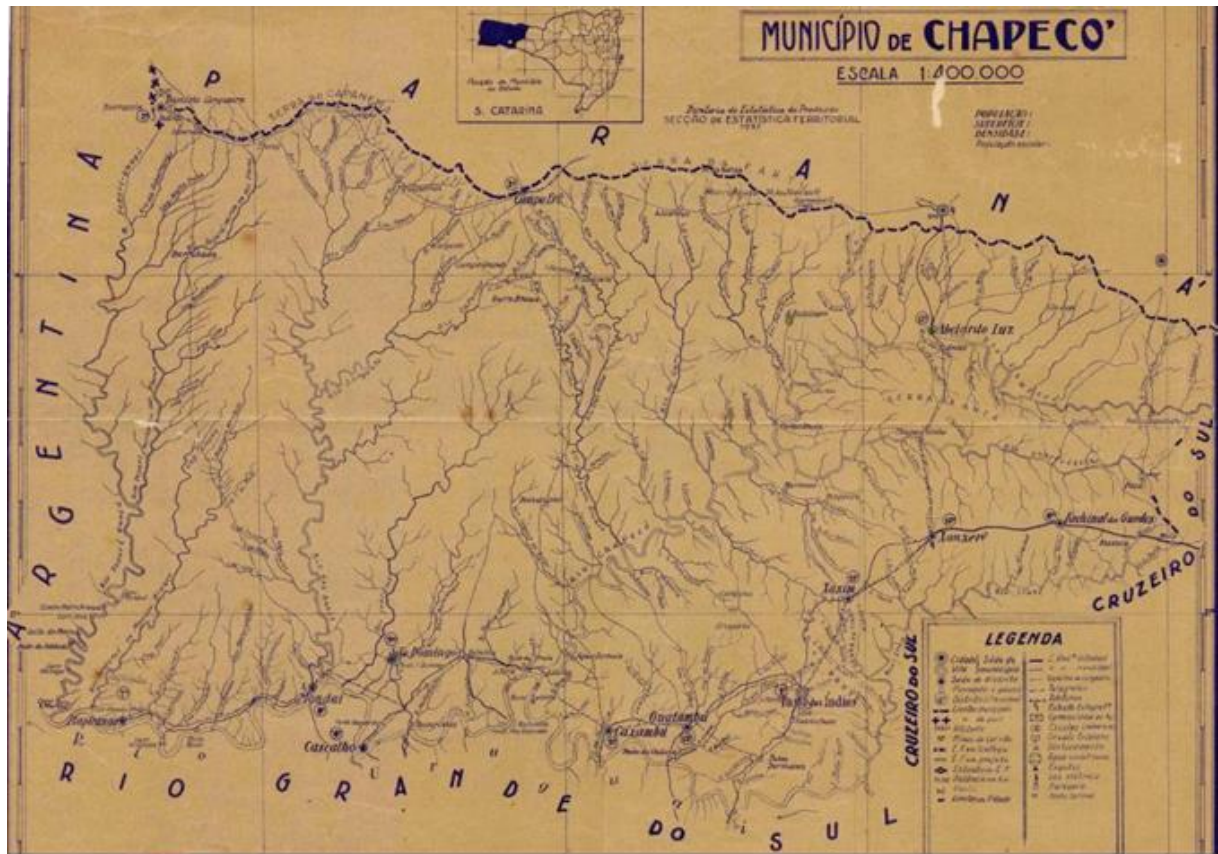
quando nós entramos daí esse, esses que a gente usa palavra de caboclo, eles começaram a se afastar, porque eles não queriam ter suas vacas na sogá, o boi na sogá, isso era tudo solto. Então quando existiu regras, divisas, então, é, o pessoal comprou da colonizadora a terra, então eles tinham um certo direito, entende? aqui vai minha terra... E daí esses safristas, esses caboclos, esses que tavam antes de nós, eles começaram a se afastar, Paraná e foram subindo. Eles foram tipo sobrando aqui do nosso lado, por causa que eles não tinham esse sistema de cultivo e como nós tinha esse sistema de cultivo, começamos bem, bem diferente do que eles (ZIMMERMAN, 2017).

Em relação aos indígenas e quilombolas, os quais conseguiram reconhecimento de seu território, os caboclos sofreram uma intensa política de marginalização, o que os impediu de se identificar e conquistar direitos. Entretanto, a atualidade e a consequência do presentismo – que tem como um de seus fundamentos a necessidade de resgatar o passado histórico – percebe-se que a sociedade regional tem se interessado no resgate dos conhecimentos caboclos. Marquetti e Silva (2015), durante os debates que visavam reinterpretar o passado regional na fronteira sul do Brasil, surgiram iniciativas de valorização das culturas marginalizadas dos caboclos e indígenas. Um exemplo notável é a Associação Puxirão Caboclo, que surgiu em Chapecó, na Barra do Rio dos Índios, valorizando saberes imateriais, como celebrações religiosas, danças, músicas, histórias e habilidades tradicionais, como artesanato e culinária, destaca-se aqui a tradição oral conhecida como *causos* que muitas vezes tem a proteção à natureza como moral.

Nas décadas anteriores a 1920, a região passou pela Guerra do Contestado (1912- 1916), conflito que envolveu a população cabocla da região, dizimando pelo menos 10 mil pessoas. Além disso, durante a guerra, Santa Catarina e Paraná vivenciaram uma das mais significativas movimentações territoriais, e o acordo de cotas foi implementado em 1916-1917. Posteriormente, quatro novos municípios foram criados em Santa Catarina: Mafra, Porto União, Cruzeiro (atual Joaçaba) e Chapecó, através da Lei n. 1.147 de 25 de agosto de 1917. Conforme Carbonera (2018), Chapecó nesse momento tinha uma extensão de mais de 14.000 quilômetros quadrados, o vasto território começava no rio Irani, ao sul fazia fronteira com o Rio Grande do Sul, ao norte com o Paraná e a oeste com a província de Misiones na Argentina, contando com 11.315 habitantes. Por esse motivo, essa investigação aborda toda a extensão

territorial do Oeste de Santa Catarina, pois por muito tempo ela significou boa parte do município de Chapecó.

Figura 2 - território do Velho Chapecó, em 1937



Fonte: acervo de Mirian Carbonera, CARBONERA, Mirian et al. (Org.). Chapecó 100 anos: histórias plurais. 2. ed. Chapecó: Argos, 2018.

Conforme Carbonera (2018), Chapecó foi cenário de intensas disputas políticas, incluindo a decisão sobre a localização da sede da comarca do município, que gerou divergências entre as localidades de Xanxerê e Passo Bormann. No entanto, durante a década de 1930, a sede foi estabelecida em um local central entre as duas, mais precisamente no povoado de Passo dos Índios. Dessa forma, o centro administrativo do município mudou do atual Distrito Marechal Bormann, para a localidade atual.

Esse período foi caracterizado pelo crescimento demográfico em função da política de colonização para a região culminou no processo de intensificação das transformações da paisagem na região no início do século XX. Pensando para além dos processos fisiográficos e biológicos que fazem parte da paisagem, mas como materialização das relações sociais, econômicas e culturais com o meio, é possível observar no Oeste de Santa Catarina a herança dessas relações expressa nas ausências, como no caso das fitofisionomias da região, a Floresta

Ombrófila Mista (FOM) e a Floresta Estacional Decidual (FED), que foram largamente devastadas. Simultaneamente, a paisagem da região compreende a presença marcante da monocultura, de áreas desmatadas para a atividade pecuária, da monocultura das árvores exóticas, de centros urbanos e das agroindústrias. Dentre os processos que alteraram significativamente a paisagem da região, o primeiro processo foi a exploração madeireira, processo este que se relaciona diretamente com a temática desta pesquisa, visto que, através dele as margens do Rio Uruguai passaram a despertar interesse das elites econômicas de Chapecó, pelo potencial de escoamento e comercialização da madeira retirada das florestas da região.

Para compreender a exploração madeireira presente na região, utilizou-se a História Ambiental. Observar a história da região Oeste de Santa Catarina sob o viés da História Ambiental vem de um desafio recente em que meio ambiente passou a ter importância maior no centro das preocupações humanas. No fim do século XX, movimentos ambientalistas e crises ambientais desafiaram as ciências sociais a pensar nas relações entre sociedade e meio ambiente, dessa forma, como respostas aos anseios sociais, surgiu a História Ambiental como forma de pensar as relações entre sociedade e natureza. Trata-se de uma área de pesquisa essencialmente interdisciplinar, conforme apontou Worster (1991), para fazer história ambiental é preciso mergulhar em outras áreas, “O historiador ambiental, além de fazer algumas perguntas novas, precisa aprender a falar algumas línguas novas. Sem dúvida, a mais estranha dessas línguas é a dos cientistas naturais” (WORSTER, 1991, p. 202).

De acordo com Donald Worster (1991, p. 2), a compreensão de “como os seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo seu ambiente natural e, inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultados” constitui um objetivo fundamental da História Ambiental. Os resultados do Inventário Florístico Florestal do Estado de Santa Catarina IFFSC (2020) apontam que restam aproximadamente 29% da cobertura florestal do Estado. No Oeste Catarinense as florestas presentes são a Floresta Estacional Decidual (FED), conhecida como “Mata Branca” com o objetivo de diferenciar da “Mata Preta”, a Floresta Ombrófila Mista (FOM), do bioma Mata Atlântica. Da cobertura florestal da FED, há aproximadamente 16% e na FOM restam 24%. As taxas altas de desmatamento em relação ao restante do território de Santa Catarina devem-se à relação travada entre o ser humano e o meio, no processo de colonização da região.

Eunice Nodari (2012), percebeu que em Santa Catarina, a área da FED cobria uma área de 9.196 km², perfazendo 9,6% da cobertura florestal do Estado (CAMPANILI; PROCHNOW, 2006, p. 45 apud NODARI, 2012, p. 35). Percorrendo ao longo do curso médio e superior do rio Uruguai, em altitude mínima de 200 metros, e sobre seus múltiplos afluentes, até uma altitude de 600 a 800 metros. Além disso Nodari (2012) percebe que a FED, conhecida como “mata branca”, entra em contato com as matas dos pinhais no oeste do Planalto Ocidental Catarinense e Extremo Norte do Rio Grande do Sul, distribuindo-se para o leste dos vales formados pelo Rio Uruguai até aproximadamente o entroncamento dos rios Pelotas e Canoas.

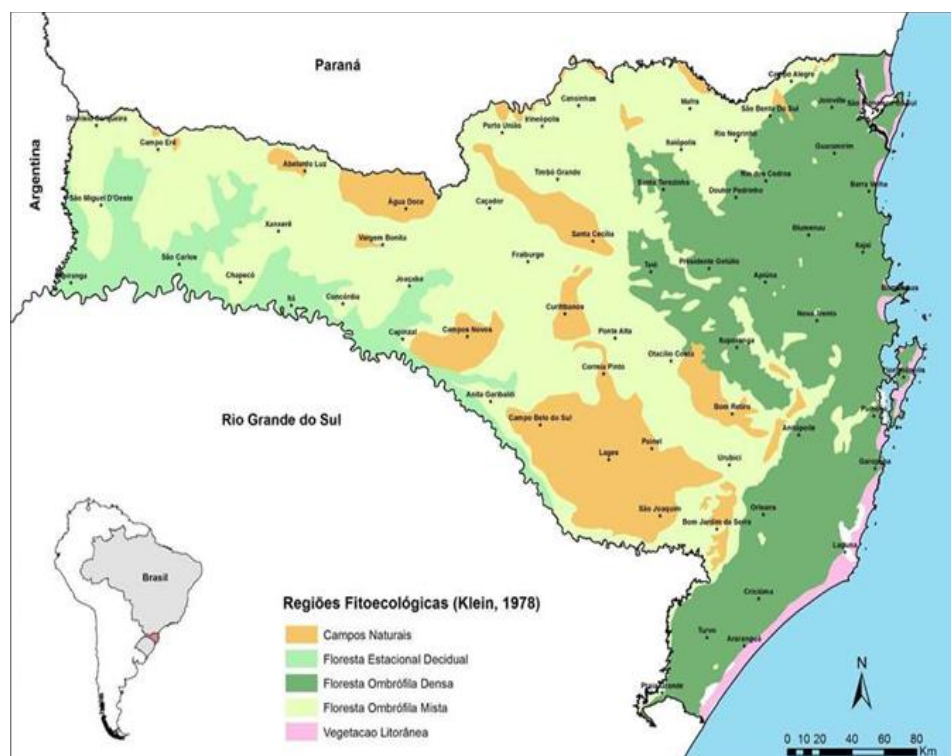
Conforme Ab’Saber (2008), a paisagem, além de constituir processos fisiográficos e biológicos, é uma herança das relações sociais que a transformaram ao longo do tempo. No Oeste de Santa Catarina, as heranças deixadas na paisagem remetem principalmente ao processo de colonização, promovido por imigrantes e migrantes de origem alemã e italiana. As concepções sobre o meio natural que essa população carregava levaram a utilização das matas da região para fins econômicos, o que acelerou o processo de devastação das fitofisionomias da região, a Floresta Ombrófila Mista (FOM) e a Floresta Estacional Decidual (FED) pertencentes ao bioma Mata Atlântica.

Considera-se que além da concepção utilitarista do meio ambiente, havia questões culturais que moviam as formas dos colonos relacionarem-se com o meio ambiente, através das técnicas de agricultura já conhecidas e do desejo do consumo de alimentos habituais, principalmente por questões culturais. Dessa forma, áreas de floresta foram queimadas, visto que a primeira necessidade era fazer as lavouras. Posteriormente passa a existir um comércio voltado para a madeira, utilizando as árvores nativas da região como matéria-prima, que passam a ser vendidas das propriedades. Os colonizadores passaram a comercializar a madeira que havia nos lotes de terra para vender posteriormente (WERLANG, 2006), havia inclusive propagandas das empresas colonizadoras para anunciar a grande quantidade de madeira que havia nas terras e o seu valor comercial. A paisagem regional do século XX ainda constituía vasta extensão do bioma Mata Atlântica, o que favoreceu a atividade econômica da extração da madeira. Nesse processo, aos poucos, a área foi sendo alterada pela ação humana, com o uso de diferentes tecnologias, incluindo o uso do machado, fogo e motosserra, o que culminou na redução do mundo natural à paisagem, em uma concepção utilitarista da natureza (NODARI, 2012). Com o passar do tempo, a atividade madeireira proporcionou a instalação de serrarias e madeireiras na região, o que intensificou ainda mais a devastação das florestas. Faz-se

importante explicitar as fitofisionomias presentes na região, a fim de compreender as causalidades da devastação ambiental.

A região objeto de estudo desta investigação, às margens do Rio Uruguai, compreende a Floresta Estacional Decidual (FED), conhecida pelos colonos como “Mata Branca”, em contraponto à Floresta Ombrófila Mista (FOM), denominada popularmente como “Mata Preta”, conforme o Mapa 1. Nodari (2012) percebeu que no início do século XX, as serrarias negligenciaram espécies menos valiosas, devido à grande quantidade de madeira. Com o passar do tempo, as espécies de maior valor foram reduzindo, e nesse momento as espécies de menor valor no início da colonização passaram a ser valorizadas, em principal a vegetação pertencente à FED, hoje um dos ecossistemas mais devastados do Brasil. A construção da ferrovia ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul teve um grande impacto no aumento da produção madeireira na região oeste de Santa Catarina, que antes não tinha interesse em extrair riqueza das florestas da região.

Mapa 1 - Mapa Fitofisionomias de Santa Catarina



Fonte: Inventário florestal de Santa Catarina, Disponível em:

<https://www.iff.sc.gov.br/mapas>. Acesso em: 10/11/2022.

Além disso, a Primeira Guerra Mundial contribuiu para o rápido aumento da produção de madeira no sul do Brasil, pela necessidade de madeiras para reconstruir a Europa pós-guerra, e, além disso, trata-se de um momento em que o pinho estrangeiro não poderia ser importado. De acordo com Carvalho (2006), a construção da ferrovia começou com o motivo de colonizar a área conhecida no imaginário popular como Sertão. Inaugurada em 1910, a rota de 1.403 quilômetros percorria vastas florestas praticamente inexploradas no interior do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A Lumber, empresa de construção de ferrovias, aproveitou o enorme potencial madeireiro das Florestas do Bioma Mata Atlântica e dominou o comércio da extração de madeira por algum tempo no Oeste de Santa Catarina.

A ação antrópica devastou as florestas do Oeste de Santa Catarina, pertencentes ao bioma Mata Atlântica. Todos os grupos étnicos que ocuparam a região alteraram a paisagem, porém nada tão significativo como o desmatamento iniciado com a colonização massiva da região, no início do século XX. As atividades econômicas desempenhadas na região ocasionaram uma descaracterização da paisagem, deve-se isso principalmente a mentalidade produtivista que acompanhou os migrantes e imigrantes ítalo-brasileiros e teutos, pois incentivados a *povoar* a região em função de suas características de dedicação ao trabalho e ideal de progresso, cumpriram esse papel, transformando a vegetação local em recurso econômico (MORETTO, 2021). Os conflitos entre os colonos e os grupos que já habitavam a região derivavam da forma diferente de se relacionar com a natureza, em que indígenas e caboclos, que não viviam através da mentalidade da propriedade privada, e não haviam explorado tão intensamente os recursos naturais, eram muitas vezes representados de forma pejorativa, como preguiçosos.

Conforme Nodari (2012), as terras comercializadas nesse momento se constituíam como lotes pequenos e médios. Nesse momento o extrativismo da madeira se intensificou na região, devido a forma utilitarista dos colonos de se relacionar com o meio ambiente. Em um primeiro momento, as florestas eram vistas como um empecilho ao desenvolvimento, como o cultivo de lavouras. Em um segundo momento o potencial moderável da região era utilizado em propagandas para atrair colonos e madeireiros. Dessa forma, madeiras nobres eram extraídas pelas companhias colonizadoras ou pelos próprios colonos e comercializadas. Conforme percebe Nodari (2012), quando o processo de venda de lotes reduziu, muitas empresas colonizadoras dependeram do setor madeireiro para sobrevivência.

O desmatamento da região Oeste de Santa Catarina foi favorecido pela possibilidade de escoamento via Rio Uruguai, pois trata-se de um período com estradas precárias, pouco acesso a caminhos e de uma região distante da ferrovia São Paulo - Rio Grande. O Rio Uruguai não está presente no cotidiano do centro administrativo do município, mas sim, o Porto Goio-Ên

localiza-se há 20 quilômetros de distância da região central, e sua comunidade possui identificações próprias, com fortes traços memorialistas, evocando o período anterior à inundação do lago para construção da UHE Foz de Chapecó. O próximo subcapítulo se debruça especificamente sobre essa população, em principal na especificidade da convivência diária com o rio, desempenhando atividades geracionais, como a pesca, divertindo-se, lavando roupas, levando madeira através das balsas.

2.4 O RIO URUGUAI

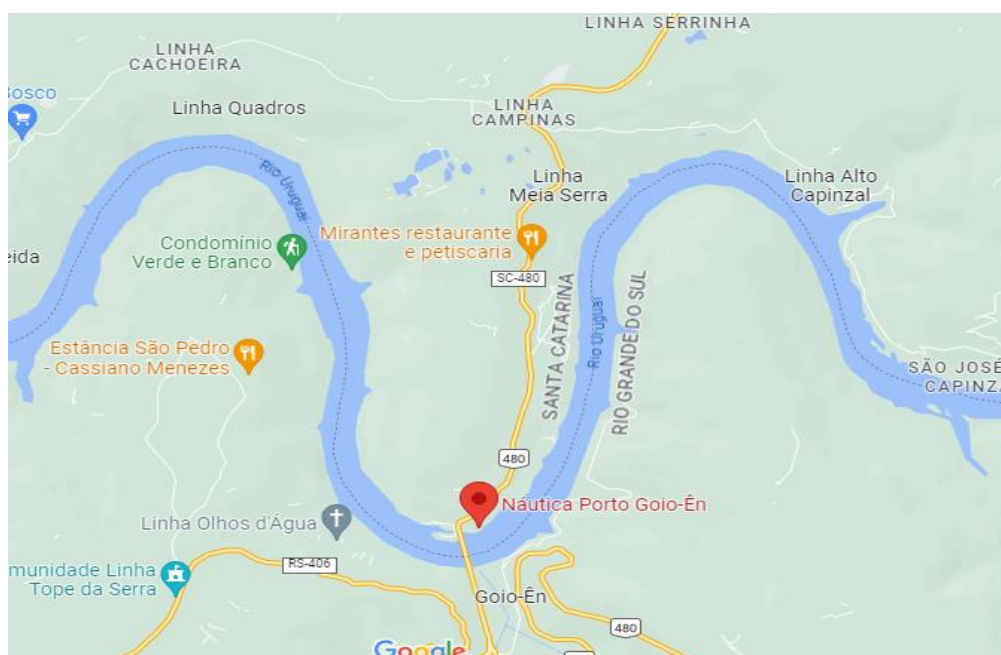
Qual a relação dos seres humanos com a água? A importância dessa pergunta leva a reflexão de que a relação entre os seres humanos e a água é uma relação que começa com a existência da espécie, acompanha o desenvolvimento das civilizações ao longo da história, foi causa e consequência de processos migratórios e instalação de povoados sedentários. Civilizações costumam se desenvolverem no entorno de rios, em função da necessidade humana de água doce para sua sobrevivência e seu desenvolvimento. Dessa forma, na região Oeste de Santa Catarina, apesar da sede administrativa do município de Chapecó ter se afastado do Rio Uruguai ao longo do tempo, ele foi agente fundamental para o desenvolvimento local.

Lino (2015) percebe que são encontrados centenas de sítios arqueológicos no entorno do Rio Uruguai, no Sul do Brasil. Os seres humanos pré-coloniais necessitavam da proximidade com os rios para sua sobrevivência. A água é indispensável à vida humana, mais do que a alimentação, homens e mulheres dependem da água para continuarem vivos. Não obstante, em várias culturas, a água permitiu que as pessoas penetrassem de forma profunda e abrangente com esse elemento. Dessa forma, a necessidade da água possibilita a criação de ferramentas para utilizá-la de diversas formas, desde o consumo para sobrevivência, para navegar e descobrir novos territórios, ou até mesmo gerar energia para as atividades humanas.

Um dos locais em que o Rio Uruguai passa, e que se fundou em função dele, é o Porto Goio-Ên localizado no município de Chapecó, Santa Catarina. Foi ocupado pelos indígenas de matriz linguística Jê e Tupi, após as incursões europeias na região, pelos caboclos, e então pelos colonos teuto e ítalo-brasileiros. A proximidade com o rio sempre atraiu os grupos humanos, devido a necessidade da água para sobrevivência das sociedades. No caso do Porto Goio-Ên houve um fator adicional, a possibilidade de ganhos financeiros com a atividade de extração da FED e escoamento da madeira através das balsas. O que se constituiu como um local importante

de trocas comerciais, e circulação de pessoas, na atualidade assiste ao êxodo rural. Os grandes empreendimentos afetaram a comunidade local ao longo do tempo, principalmente a construção do reservatório para a Usina Hidrelétrica Foz de Chapecó. A figura 3 apresentada abaixo, é possível perceber o Rio Uruguai utilizado como fronteira entre os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina,

Figura 3 - O Porto Goio-Ên e a divisão territorial entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul



Fonte: acervo do Laboratório Fronteiras, cortes do website Google Maps, acesso em 12/02/2023.

A água promove diversas sensações aos humanos, memórias afetivas, visto que a relação com a água envolve os cinco sentidos: visão, tato, audição, paladar e olfato. Por exemplo, uma xícara de chá possibilita a sensação de aconchego, assim como um banho quente, nos dias quentes os seres humanos procuram atividades aquáticas para refrescarem-se, como banhos de cachoeiras. Nas entrevistas realizadas, percebe-se que as águas do Goio-Ên não eram vistas apenas de forma utilitarista, mas também eram utilizadas para lazer, desde os banhos de rio, até os passeios em embarcações conhecidas como caíco. Na imagem 1 é possível perceber o Porto Goio-Ên sendo utilizado para divertimento na década de 1980, não foram encontrados registros de momentos de lazer no rio anteriores. As sensações proporcionadas pelo contato com a água são tamanhas que há quem utilize gravações disponíveis em plataformas online que imitam barulhos de chuva ou de quedas d'água para momentos de relaxamento. O ser humano

costuma atrair-se pela água, um elemento natural que possibilita a vida, e isso esteve presente ao longo da história humana.

Imagem 1 – meninos brincando no rio, Porto Goio-Ên, 1980



Fonte: acervo do Laboratório Fronteiras, imagem cedida por Alexandre Xandao Lima, acesso em 2023.

Na imagem 1, apesar de tratar-se de um registro pouco nítido, é possível perceber a presença de crianças brincando nas águas do Rio Uruguai. Os relatos dos antigos moradores apresentam a utilização do rio para o lazer, entretanto, as mulheres residentes da região apontam o quanto havia uma dificuldade em acessar essa forma de lazer, em algumas entrevistas era tratado como lazer para os meninos, em outras aparece as questões do corpo feminino que poderia aparecer ao molhar as roupas, o que era inadmissível para o período.

A água exerce um fascínio, uma paixão por parte dos seres humanos, devido ao medo atrativo pelo desconhecido, o submerso que está invisível aos olhos. Povos antigos se relacionavam com os rios, dependiam dele para sobreviver e utilizavam sua navegabilidade.

Mas além disso, elaboraram representações sobre o desconhecido submerso, criando mitos e lendas. No Goio-Ên, os relatos de antigos moradores apresentam as lendas sobre o rio, como o caso do ouro escondido nas margens do Rio Uruguai, deixado pelos jesuítas. Há lendas de criaturas, muito parecidas com as lendas sobre as sereias, contadas pelos antigos pescadores da região:

uma senhora, cabelo longo, preto, rosto redondinho, bem, redondo, digo, “mas é uma mulher” eu disse pra ele. Ela levava a cabeça, tinha o cabelo comprido na água, pra frente, pra trás e pra frente. Digo vai ver que, mas digo (...) pra baixo uma água forte ali que né, e como é que essa mulher vai táí.? Aí ele disse, mas não é mulher, é um... Naquilo ele bate com o varejão na borda do caíco, ela deu uma olhada onde é que nós estava indo, já estava perto uns trinta metros acho que dela né tchê. Ela atravessa o canal, de onde ela é que ela tava, ela desceu na água assim. Vimo aquela vez também, nunca mais pesquemos anos ali e nunca mais vi aquela (PIT, 2008).

No Oeste de Santa Catarina, a religiosidade cristã foi um dos princípios principais dos colonizadores, ao ponto que se fundava uma vila, a primeira preocupação era levantar a igreja. E a religiosidade católica utiliza-se muito da figura dos rios, pois o batismo de Jesus no Rio Jordão configura um dos elementos primordiais da religiosidade. As fontes orais apontam para a importância da religiosidade e sua relação com o rio. Anualmente havia a procissão da Senhora dos Navegantes, no outro lado do rio, de frente para Goio-Ên, pertencente ao município de Erval Grande, Rio Grande do Sul, a qual era realizada pelos católicos como procissão pelo rio, em cima da barca, cantando e rezando. A circulação de pessoas entre os dois lados era frequente, e os moradores participavam dessas festividades, conforme a Imagem 2.

Imagem 2 - Festa de Nossa Senhora dos Navegantes em Coronel Freitas-SC, 1950.



Fonte: acervo do CEOM.

A imagem 2 retrata um grupo de pessoas em uma festa de Nossa Senhora dos Navegantes realizada no Rio Uruguai, em Coronel Freitas, Santa Catarina. A imagem foi utilizada como ilustração da procissão que ocorria no rio Uruguai, considerando que ao longo do território do Oeste de Santa Catarina, em especial em Mondaí, a procissão pelo rio Uruguai era frequente. A procissão consistia também em festividade que atraía a população das margens do rio Uruguai, o que proporcionava um momento de sociabilidade. A procissão anual foi interrompida após a construção da ponte entre Santa Catarina e Rio Uruguai, descontinuando o uso das barcas. Nos relatos orais, há a lembrança saudosa da festividade, conforme pontua o morador antigo do Goio-Ên, Ademar Rotava, a população matava bois para realizar a festa. Conforme aponta outra moradora antiga da região, Ilda Robonato Lopes, sobre a procissão e a festividade,

era dia dois de fevereiro, Nossa Senhora dos Navegante, saia as procissões no rio, depois que termi... Que que saiu a ponte, término as barcas, aí não fizerô mais, essas procissões no rio, aí que diminuiu o povo, que muitos vinham, por que era festa dos navegante, aí faziam a procissão no rio, muita gente fazia promessa, largava flor no rio, sabe é um uma como que se diz, uma fé, numa santa no rio né, mas depois terminô as procissão no rio daí as festa diminuiu, o povo também de fora não veio mais (LOPES, 2008).

Como representação da festividade no Porto Goio-Ên, há nos registros de Dileta Winckler (2020) a imagem 3, a qual representa a travessia dos moradores do Porto Goio-Ên para o lado do Rio Grande do Sul. Ao fundo há a presença da barca, já utilizando-se da ajuda da lancha com motor, possivelmente trata-se de uma imagem da segunda metade da década de 1960.

Imagem 3 – Festa da Nossa Senhora dos Navegantes, s/d



Fonte: acervo do Laboratório Fronteiras.

Em relação a data religiosa, não foram encontrados mais detalhes dos ritos que a envolviam, apenas sobre a procissão, a qual iniciava no solo e terminava no Rio Uruguai, e sobre as festividades que a envolviam. Entretanto, nota-se na imagem que os homens e mulheres encontram-se separados nas fileiras, possivelmente fazia parte da procissão tal separação, ou pode ter sido arranjado tal formato para o momento da fotografia.

Nota-se que um menino segura uma criança no colo, possivelmente sua irmã, o que aparece como novidade na presente pesquisa, visto que, em todos os relatos há a afirmação que a atividade de cuidado com as crianças cabia a irmã mais velha e não se constituía como uma atividade desejável ao masculino, as relações de gênero na localidade serão debatidas no último capítulo deste trabalho. Nota-se ainda na imagem, que há a utilização de sombrinhas para proteger a pele do sol, um costume feminino no período. Além disso, muitas pessoas da imagem utilizam as mãos para proteger os olhos da luz solar, o que está em consonância com os relatos dos antigos moradores que apontam a data da procissão, no dia dois de fevereiro, “a festa tradicional, que dava uma festa grande mesmo era a festa do dia dois de fevereiro, Nossa Senhora dos Navegantes” (FRASSINI, 2008).

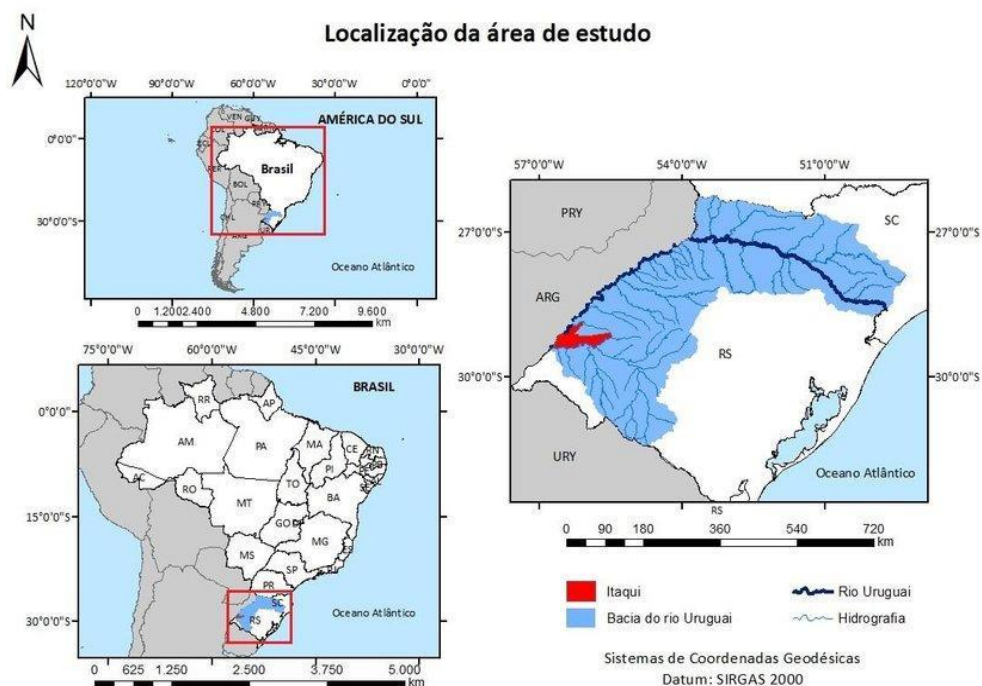
De acordo com Silva e Hass (2017), o município conhecido como Velho Chapecó, entre 1917 até 1953, possuía uma extensão territorial de mais de 14 mil quilômetros quadrados. A cidade de Palmitos, em 1938, tornou-se distrito de Chapecó, passando a chamar-se Passarinhos e alguns anos depois, em 1947, mudou o nome para Palmitos, desmembrando-se de Chapecó em 1953, junto a mais oito novos municípios criados a partir do que constituía o Velho Chapecó. A relação com o Rio Uruguai no aspecto religioso apresenta-se na imagem, através da procissão em uma barca. Além disso, a importância da Senhora dos Navegantes no período remete a importância do rio para diversas atividades, como a atividade balseira.

Silvestre (2008) afirma que a água no Brasil tem sido uma propriedade indissociável do solo, do subsolo e da água, em grande parte devido ao conceito de abundância, segundo as regras fundiárias. As preocupações com os recursos naturais são classificadas em ordem de disponibilidade, com os ambientes terrestres se tornando mais preocupantes do que os ambientes aquáticos ao longo do tempo. Isso ocorre porque o ambiente aquático é geralmente considerado parte integrante da paisagem terrestre e considerado mais raro do que a própria paisagem. Até o século XX, não havia grande diferença entre a propriedade da terra e da água no Brasil. No Rio Uruguai, até a atualidade há problemas relacionados com o acesso ao rio e as propriedades. Pelo Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial (2019) da Foz de Chapecó, a área de preservação ambiental do reservatório possui largura variável, sendo que em muitos locais, a área destinada à conservação tem mais de 30

metros. Há diversas discussões, inclusive na atualidade, sobre o direito dos proprietários em construir além dos limites estabelecidos.

Conforme Nodari (2012), o rio Uruguai conecta dois estados, duas entidades federais, com suas próprias estruturas governamentais, mas também estão intimamente ligados pela identidade e cultura. Ao abordar o Rio Uruguai, se faz importante “ultrapassar fronteiras que afinal são fluídas” (NODARI, 2012), afinal, a relação entre os povos habitantes das margens de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul foi frequente ao longo da história, e se mantém no tempo presente. O Rio Uruguai é um curso de água localizado no Sul do Brasil, o qual nasce na Serra Catarinense e é formado pela junção dos rios Canoas e Pelotas na divisa dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, conforme a figura 4:

Figura 4: Localização da Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai



Fonte: Artigo de Gass e Ogassawara (2018), disponível em: OGASSAWARA, J. F. ; GASS, S. L. B. . Análise morfométrica dos afluentes principais da bacia hidrográfica do rio Uruguai e sua influência nas inundações na cidade de Itaqui, Rio Grande do Sul, Brasil. **REVISTA BRASILEIRA DE GEOMÁTICA**, v. 6, p. 222, 2018.

Ao examinar a região Sul do Brasil no mapa, é possível notar que o leito dos rios Paraná, Santo Antônio, Peperi-Guaçu e Uruguai foram utilizados como pontos de referência geográficos para demarcar o início ou o fim do território brasileiro em relação às repúblicas do Paraguai e Argentina. Os geógrafos Thiago Oliveira Neto e Thiago José Batista Nogueira

(2022), percebem que além dos diferentes significados e usos dos rios ao longo da história, como o emprego das águas para saciar a sede até a irrigação, a navegação ou o transporte de pessoas e de cargas. Além disso, destaca-se a importância dos rios para definir as fronteiras entre Estados nacionais, o que culminou em seu significado geopolítico, ou seja, atravessam os Estados nacionais e controla-se a nascente ou a foz, exigindo acordos e tratados para seu uso.

Segundo Neto e Nogueira (2022), há ainda a importância histórica dos rios, além de fornecerem água para consumo, eles também foram usados como rotas para explorar o interior dos continentes e conquistar novos territórios. Além disso, ao longo da história, os rios foram usados como fronteiras para definir os limites territoriais entre as nações e, mais tarde, entre os estados modernos. Utiliza-se aqui, o conceito dos autores de sentido geopolítico dos rios. Para os pesquisadores, os rios têm três usos significativos: a) como fonte de água; b) como via navegável; e c) como fronteira, todos com grande potencial geopolítico.

É importante lembrar que no passado, as fronteiras fluviais eram vistas mais como uma zona do que como uma linha. No primeiro caso, elas consistiam em um conjunto de arranjos compostos por fluxos, instituições e objetos construídos, enquanto no segundo caso, eram caracterizadas principalmente por marcos ou delimitações de fronteiras em forma de linha, portanto, a precisão dos limites se tornou crucial quando os estados nacionais começaram a ser estabelecidos. No livro organizado por Schmitt e Winter (2021), é possível perceber através da compilação de diversos estudos, a fronteira e os limites como espaços produtores de sentido, não apenas como uma linha.

Destaca-se que os rios e as bacias hidrográficas existem há um período de tempo superior ao dos Estados Nacionais, dessa forma, ao longo do tempo as bacias hidrográficas foram frequentemente utilizadas para o planejamento territorial em escala local ou regional, sendo que, quando os estados nacionais foram criados, a organização política prevaleceu sobre a estrutura hidrográfica, sendo comum a utilização dos próprios rios como fronteiras para delimitar suas fronteiras ou dividindo o fluxo dos rios entre diferentes estados (NETO; NOGUEIRA, 2022).

Dessa forma, os Estados precisaram realizar acordos com relação ao uso das vias fluviais, em relação à navegação, ao abastecimento de água, o uso para a irrigação, a pesca, entre outras atividades. De acordo com Neto e Nogueira (2022), quando um rio percorre vários países, ele é denominado de rio sucessivo. Há ainda os rios contíguos, outra forma de usar as vias fluviais como fronteira, em que os Estados nacionais são divididos pelos rios e suas margens pertencem a Estados diferentes. Os rios contíguos exigem acordos bilaterais entre os Estados envolvidos. Mais uma forma de perceber o rio e suas implicações geopolíticas se refere

ao controle exercido sobre a sua foz ou sua nascente, Neto e Nogueira (2022) destacam o caso da foz do Rio da Prata, onde os rios Paraná e Uruguai desaguam, e exige compartilhamento entre a Argentina e o Uruguai.

A bacia do rio Uruguai está localizada no hemisfério Sul e possui altitude máxima de 1.822 metros. O mapa 3, apresentado por Marcuzzo (2017), apresenta a bacia e sub-bacias do rio Uruguai em sua parte brasileira. De acordo com Marcuzzo (2017), “a área territorial da bacia do rio Uruguai no Brasil é de aproximadamente 174.078km², no estado do Rio Grande do Sul é de aproximadamente 126.372km², no estado de Santa Catarina é de aproximadamente 95.733km². Já área territorial da bacia do rio Uruguai na Argentina é de, aproximadamente, 62.005km² e no Uruguai é de, aproximadamente, 113.179km².”. Da área apresentada no mapa, a qual compreende a bacia no território brasileiro, o objeto de estudo dessa pesquisa compreende o território destacado, denominado Porto Goio-Ên, localizado na cidade de Chapecó, Oeste de Santa Catarina. Entretanto, devido a fluidez dos limites territoriais que utilizam o rio, em muitos momentos o recorte geográfico é relativizado.

Em relação ao rio Uruguai, Neto e Nogueira (2022) apontam que apesar de o Rio Uruguai ter comprimento total de 1.800 km, a navegação mais movimentada ocorre somente na parte inferior, entre a Argentina e o Uruguai. No decorrer da fronteira com o Brasil, a navegação é local e realizada por pequenas embarcações.

Os geógrafos apontam para litígios contemporâneos em relação ao rio Uruguai, como a disputa recente entre os países que o rio percorre em função da instalação de fábricas de papel e celulose no Uruguai, visto que essa atividade econômica exige o consumo de grande quantidade de água em seus processos de produção e apresenta um enorme potencial de poluição das águas. Ainda em relação ao rio Uruguai, o intenso uso das terras do seu entorno para agricultura e pastagem, nas suas margens e fronteiras, está contribuindo para a aceleração do processo de arenização (NETO; NOGUEIRA, 2022). Não obstante, em relação ao município de Chapecó, o rio apresentou as consequências de sua descaracterização devido à produção de energia através das hidrelétricas. A imagem 4 apresenta o ponto onde nasce o rio Uruguai, através da junção dos rios Canoas e Pelotas, na fronteira dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. A fotografia foi tirada pelo ponto de vista da cidade de Marcelino Ramos, em Santa Catarina.

Imagem 4 - ponto de nascimento do Rio Uruguai, em Marcelino Ramos/SC



Fonte: acervo do Laboratório Fronteiras.

Em 1965, o Porto Goio-Ên foi palco de uma enchente de grande proporção, a qual é lembrada pelos antigos moradores como dilúvio, causadora de inúmeros prejuízos econômicos e do êxodo rural. Já no século XXI, a comunidade assistiu a outra inundação, dessa vez definitiva e causada diretamente pelos homens. A comunidade em que gerações cresceram e morreram, travaram relações entre si e com a natureza, deixou de existir. Dos núcleos comunitários que foram atingidos, as estruturas e áreas do Porto Goio-Ên foram uma das mais afetadas pela inundação responsável pela formação do reservatório artificial para o funcionamento da UHE Foz do Chapecó. Em dezembro de 2012, a empresa Foz do Chapecó Energia entregou para a população o que chamou de a “nova comunidade do Goio-Ên”³. Entretanto, a comunidade se desconfigurou, assistiu ao êxodo rural e passou a conviver com os prejuízos socioambientais dessa empreitada. Os entrevistados costumam emocionar-se ao acessar suas memórias dos tempos anteriores à inundação, como a senhora Carolina Teixeira de Oliveira, com 82 anos, antiga moradora do Goio-En, que relata que quando foi visitar o Porto só conseguia pensar “por que estragaram meu rio?”.

O local em que famílias atravessaram gerações, se relacionando com o Rio diretamente, através das balsas para escoamento da madeira, da pesca artesanal, do lazer e de sociabilidades

entre vizinhos, passou a assistir o êxodo rural, a impossibilidade da pesca, a mudança do espaço que abrigou os bisavôs, avôs, pais e filhos. Não apenas para a população que vivia nas margens do Rio Uruguai, mas para a população em geral das cidades próximas, o Goio-Ên era local de diversão nos finais de semana. Em grupos memorialistas do Facebook há a lembrança “Tiraram a praia dos pobres do Oeste”, a imagem 5 apresenta esses momentos de diversão no veraneio no Rio Uruguai antes da inundação,

Imagem 5 – Goio-Ên e o Rio Uruguai como local de lazer, s/d



Fonte: acervo do Laboratório Fronteiras, cedido por Jofran Schwartz.

A quantidade de carros observada era uma imagem frequente nos dias quentes. O morador local Ademar Rotava (2023), aponta que antes da formação do lago, o Porto Goio-Ên se constituía como um espaço bastante frequentado e pelas mais diversas classes sociais, o que contribuía com os comerciantes locais. As relações com o meio ambiente foram profundamente alteradas pela construção da usina, ao passo que hoje o principal local com vista para o Rio Uruguai é ocupado por um condomínio de luxo (Imagem 6), há presença de lanchas milionárias navegando, e a presença marcante da desigualdade social, principalmente entre a população local e os novos frequentadores do local, Rotava (2023) ainda aponta que essas pessoas não consomem do comércio local, como ocorria antes. Ainda há a necessidade de comprar peixes para atender viajantes que atravessam a ponte ou trabalhadores do local nos restaurantes das

margens do rio, que antes eram obtidos pela pesca. Para a história da região, a construção da usina significou patrimônios materiais e imateriais submersos.

Imagem 6 – Porto Goio-Ên na atualidade



Fonte: acervo do Laboratório Fronteiras.

O referido condomínio abordado anteriormente, se constitui como residência de férias ou de finais de semana de moradores da região. Destaca-se a destinada para banho da população, a qual aparece na foto, o pequeno espaço destinado ao lazer da população dificilmente é utilizado, devido às características do local, como a presença de lodo no fundo do alagado e suas rasas profundezas. Apesar da memória local representar as hidrelétricas de forma negativa, devido às inúmeras perdas dos moradores locais, a produção de energia através das hidrelétricas é majoritária no Brasil.

De acordo com a geógrafa Marcilei Vignatti (2013), os empreendedores classificam a produção de energia através das hidrelétricas como energia limpa, devido a dois fatores: 1) a água se constitui como um recurso natural renovável; 2) as hidrelétricas não dependem diretamente de combustíveis fósseis, o que diminui a taxa de emissões de carbono. No Brasil,

80% da energia provém das hidrelétricas, sendo o país um dos maiores geradores desse recurso do mundo.

Entretanto, pesquisadores, como Carlos Bernardo Vainer (1993), têm apontado para os prejuízos socioambientais causados pelas usinas hidrelétricas. Devido ao alagamento necessário para produção de energia, bem como outras instalações que garantem o funcionamento da UHE, como o eixo da barragem e a casa de máquinas, há impactos na fauna e flora da área alagada. Em termos sociais, percebe-se o deslocamento compulsório, em que muitas famílias precisam deixar suas casas para que sejam construídas as obras para a instalação das usinas hidrelétricas, rupturas das relações sociais daquele espaço. As consequências ambientais repercutem nas sociais, visto que, muitas famílias dependiam das condições ambientais anteriores para subsistência, como famílias que utilizavam a pesca como meio de sobrevivência, não podem mais o fazer.

Destaca-se que a construção da UHE Foz de Chapecó partiu de uma iniciativa governamental visando o progresso econômico brasileiro. De acordo com Vignatti (2013), o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC I) do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, integrou a construção da referida hidrelétrica. Entretanto, as noções de desenvolvimento e progresso econômico entram em conflito com os interesses das populações atingidas por esses empreendimentos.

A UHE Foz do Chapecó foi construída no rio Uruguai, na divisa dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, e é gerenciada pela Foz do Chapecó Energia S.A. De acordo com o censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a população do distrito de Goio-Ên é composta por 1.354 habitantes da zona rural do município de Chapecó, Santa Catarina. Durante o período de intensa exploração da madeira, durante as décadas de 1940 e 1960, o distrito Goio-Ên teve grande importância no desenvolvimento econômico do município e da região Oeste de Santa Catarina, por proporcionar o escoamento da madeira pelas balsas (FRANCESCHI e ONGHERO, 2008).

As pesquisadoras Arlene Renk e Silvana Terezinha Winckler (2017), apontaram para resistências da população atingida pela inundação da UHE Foz de Chapecó, como quando os moradores retiraram as marcações físicas que sinalizavam a intervenção no território, colocados pela empresa estatal como forma de resistir. Além disso, foram realizadas romarias e manifestações nos municípios que seriam atingidos pela construção da hidrelétrica. A construção durou quatro anos, o que proporcionou tempo para que empresa abasse tentativas

de resistência dos moradores e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), movimento que pretendia impedir a obra e, ao não conseguir, buscou indenizações que atendessem aos interesses dos atingidos.

Conforme Espíndola (2009), há uma lógica que rege a implantação de hidrelétricas no Brasil. Para o autor, as preocupações do Estado Brasileiro centram-se na propriedade privada, ela garante ou não os direitos dos atingidos por alguma represa. Entretanto, a legislação falha em vários sentidos, pois toda a população habitante do entorno dos rios afetadas pelas obras de construção de hidrelétricas podem ser consideradas como atingidas. Entretanto, mesmo pertencendo ao grupo de atingidos, não se trata de uma população homogênea, visto que se trata de classes e etnias distintas, que se relacionam com aquele território de forma distinta. Por exemplo, os caboclos não percebiam a propriedade privada da mesma forma que os colonos, e dessa forma, formam a população mais atingida por este empreendimento.

Na década de 1970, os atingidos pelas barragens se organizaram e começaram a reivindicar direitos. Desde as primeiras discussões sobre instalação de hidrelétricas no Rio Uruguai, havia um movimento social organizado como oposição ao empreendimento, a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB), que mais tarde se incorporou ao movimento nacional Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Desde sua criação no final da década de 1989, o MAB entra em conflito com construtores de grandes hidroelétricas da Bacia do Rio Uruguai, haja vista a forma que são conduzidos a reinserção dos grupos sociais que habitavam as regiões atingidas. Costumam ser suprimidos os direitos humanos, econômicos, socioambientais e culturais dos atingidos, além da degradação do meio ambiente que antes muitas vezes os servia de sustento, para fins de enriquecimento de grandes empresários (ESPÍNDOLA, 2009),

De acordo com Renk e Winckler (2017), um dos primeiros aspectos percebidos pelos moradores em relação ao rio Uruguai foi a “morte do rio”. Isso se relaciona à ausência dos peixes antes encontrados ali, o que afetou a vida dos pescadores profissionais artesanais que retiravam o sustento da pesca. Além da pesca, a população local aproveitava as chamadas praias de rio para banhar-se no verão, e relacionavam-se com o rio Uruguai e com seu entorno de diferentes formas. Além do patrimônio material perdido com a construção da UHE Foz de Chapecó, também muitas das tradições locais, saberes fazeres e patrimônios imateriais se perderam com a retirada compulsória do espaço daquela comunidade.

Para compreender essa comunidade atingida pelos grandes empreendimentos, se faz

necessário buscar respostas em seu passado. Dessa forma, os próximos capítulos discorrem sobre a ocupação das margens do rio Uruguai, os grupos sociais que habitavam, suas atividades econômicas e a presença feminina nas atividades. Nas margens do rio Uruguai, percebeu-se uma dinâmica relacional semelhante a da colonização do município de Chapecó, em que diferentes grupos étnicos, indígenas, caboclos, colonos, habitaram a região. Cada um relacionava-se com o ambiente circundante de forma diferente, possuindo percepções diferentes sobre a natureza. Entretanto, em relação às mulheres, as experiências generalizadas não se assemelham ao observado no contexto urbano do município.

A população das margens do rio Uruguai percebeu-se vítima de grandes empreendimentos mais de uma vez, como a colonização, a construção da ponte sobre o rio, sendo que o último, a construção da UHE Foz de Chapecó culminou na descaracterização da comunidade, no deslocamento compulsório da população, além de prejuízos ambientais que culminam em prejuízos sociais, visto que, muitos moradores e moradoras utilizavam as terras agricultáveis, a fauna e flora locais como meio de subsistência. Um dos grupos de trabalhadores que mais foi atingido por esse grande empreendimento foram os pescadores artesanais profissionais, os quais perceberam o local de trabalho que conheciam há tempos descaracterizado e a ausência de peixes no rio Uruguai. Nesse aspecto, a cultura imaterial caracterizada por um saber fazer, a pesca artesanal no Porto Goio-Ên, comumente passada entre as gerações, sofreu fortes impactos com a construção da usina. Dessa forma, este trabalho preocupa-se em apresentar uma contribuição com a história do Porto Goio-Ên e das margens do Rio Uruguai, considerando a importância de sinalizar elementos da cultura material e imaterial que hoje encontram-se submersos. O processo de escoamento da madeira e os atores sociais que participaram dele, com foco nas mulheres, são apresentados nas próximas páginas.

2.5 ESCOAMENTO VIA RIO URUGUAI

O desmatamento da região oeste de Santa Catarina só foi possível devido ao escoamento via Rio Uruguai, pois trata-se de um período com estradas precárias, pouco acesso a caminhões e de uma região distante da ferrovia São Paulo - Rio Grande. O Rio Uruguai não está presente no cotidiano do centro administrativo do município, como costumam ficar os rios, o Porto Goio-Ên localiza-se há 20 quilômetros de distância da região central.

Conforme o potencial madeireiro se destacava, se instalavam madeireiras e serrarias em Chapecó, Santa Catarina. As toras e tábuas passaram a ser comercializadas e transportadas pelo

meio fluvial, através das balsas, visto que, o município estava distante do transporte ferroviário presente no meio oeste e o transporte com as balsas permitiu o comércio dessa madeira para posterior exportação. As balsas eram compostas por aglomerados de troncos, toras ou tábuas serradas, armadas para transportar as madeiras através do rio Uruguai, até o principal porto de destino, em São Borja, no Rio Grande do Sul, onde eram transportadas para o Rio da Prata, Argentina, para serem exportadas.

Ao contrário da região do Contestado, em Santa Catarina, as reservas florestais foram removidas especificamente para a construção da Ferrovia São Paulo-Rio Grande, no final do século XIX e início do século XX, justificando a exploração madeireira por parte das colonizadoras (VALENTINI, 1999). No entanto, na região oeste de Santa Catarina, a abertura de estradas visando o comércio de madeira demandava investimentos. Portanto, o corte da madeira e sua venda precisavam ocorrer simultaneamente para garantir lucros, ao invés de simplesmente derrubar as árvores, construir as estradas e depois comercializar. Dessa forma, a falta de estradas foi um impulsionador para o início da atividade balseira, de acordo com Bellani (1991), devido à falta de opções de transporte para enviar sua produção madeireira, os produtores locais aumentaram a utilização do Rio Uruguai como meio de escoamento, utilizando balsas como transporte.

Entretanto, a problemática da falta de estradas levou ao surgimento do ofício balseiro e culminou em um processo complexo, envolvendo vários atores sociais. Envolvendo as etapas explicitadas anteriormente e os saberes-fazeres dos homens e mulheres que atuavam nas balsas. Após a retirada das árvores, o transporte até o rio, a amarração, a fabricação das balsas, ainda era necessário esperar o ponto de balsa e que um dos balseiros, o prático, possuísse conhecimento considerável sobre o rio, para a navegação.

Conforme José Radin e Gentil Corazza (2018), a efetivação da exploração massiva da flora da região, se deu com a instalação de madeireiras e serrarias. Conforme se instalavam serrarias, as tábuas passaram a ser comercializadas e transportadas pelo meio fluvial, através das balsas. As balsas eram compostas de aglomerados de troncos, toras ou tábuas serradas, armadas para transportar as madeiras através do rio Uruguai, até o principal porto de destino, em São Borja, no Rio Grande do Sul, onde eram transportadas para o Rio da Prata, para serem exportadas. Há um erro frequente em desenhos e maquetes das balsas, em que se apresenta os remos na lateral delas, como se fossem utilizados para fornecer velocidade, conforme relato de José Matheus (2023).

A imagem 7, extraída das memórias de Dileta Winckler (2020), representa uma das

balsas “mais antigas, amarradas com cipós, toras”. Entretanto, observa-se que já são balsas compostas por tábuas, ou seja, não constituem como as primeiras balsas as quais eram compostas por troncos de madeira, dessa forma, possivelmente trata-se de uma imagem da década de 1940. Importante observar que os remos utilizados pelos balseiros ficavam localizados na parte da frente e na parte de trás das balsas, para direcionar a posição desta no rio, visto que, ela não poderia tocar as margens.

Imagem 7 – Posição dos remos nas balsas, s/d



Fonte: acervo do Laboratório Fronteiras.

De acordo com Carvalho (2006), no Oeste de Santa Catarina, por estar distante da ferrovia, os caminhões foram importantes para o desenvolvimento da economia madeireira, mas encontravam muitos empecilhos, como caminhos mal estruturados e falta de acesso a caminhões. Dessa forma, o problema de transporte foi resolvido pela construção das balsas no Rio Uruguai. As balsas consistiam em jangadas de toras amarradas entre si, conforme a imagem 8, com um nó específico chamado “nó de balsa”, as quais desciam o rio Uruguai para comerciar a madeira da vegetação regional. Dependiam das cheias, o chamado “ponto de balsa” para funcionar, mesmo assim, havia diversos perigos no percurso, como as inúmeras corredeiras.

Imagem 8 - vista parcial de balsa de madeira no Rio Uruguai em
Chapecó/SC, década de 1950.



Fonte: acervo do CEOM.

De acordo com Radin e Corazza (2018), as atividades dos balseiros iniciaram aproximadamente em 1930, ano em que mais de 20% do valor das exportações do Estado de Santa Catarina proviam da atividade madeireira. Os principais pontos de partida das balsas eram Entre Rios, Porto Itá, Barra do Uvá, Linha Simon, Porto de Goio-ên, Chalana, Caxambu, São Carlos, Mondaí e Itapiranga.

Salini e Onghero (2015) observam que conforme se instalavam serrarias, as tábuas passaram a ser comercializadas, para que esse comércio com outras regiões ocorresse, passou-se a transportar por balsa, em que os cedros eram utilizados como base, por boiar na água, e levavam as tábuas vindas das araucárias. Segundo Valentini (1999), no Extremo Oeste a lógica da devastação seguiu via leito do Rio Uruguai. A atividade dos balseiros, fonte econômica de destaque no início da ocupação dessa região, muitas vezes tida como uma aventura, era um tanto arriscada, custou a vida de algumas pessoas.

As atividades balseiras iniciaram aproximadamente em 1930, ano em que mais de 20% do valor das exportações do Estado de Santa Catarina provia da atividade madeireira. Dessa forma, o recorte temporal inicial desta pesquisa é a década de 1940, em função da acessibilidade

das fontes históricas, e finaliza em 1970, devido ao declínio da atividade. Conforme José Radin e Gentil Corazza (2018), a efetivação da exploração massiva da flora da região, se deu com a instalação de madeireiras e serrarias. Conforme se instalavam serrarias, as tábuas passaram a ser comercializadas e transportadas pelo meio fluvial, através das balsas. Conforme José Radin e Gentil Corazza (2018), as balsas eram compostas de aglomerados de troncos, toras ou tábuas serradas, armadas para transportar as madeiras através do rio Uruguai, até o principal porto de destino, em São Borja, no Rio Grande do Sul, onde eram transportadas para o Rio da Prata, para serem exportadas.

Radin e Corazza (2018), compreendem que os balseiros eram os trabalhadores envolvidos no transporte pelo rio, com objetivo de ganhar uma renda extra, no que definem como um trabalho sazonal, possível apenas durante o período das cheias, as quais não aconteciam mais do que quatro vezes ao ano. Entretanto, a historiadora Precila Kátia Moreira, a partir da interpretação das fontes orais, percebe que havia quem se dedicava integralmente à atividade (MOREIRA, 2019).

A historiografia local compreende que se tratava de uma mão-de-obra barata e sem garantias de direitos sociais e trabalhistas, desempenhada por uma parcela pobre da população (RADIN; CORAZZA, 2018). Entretanto, esta investigação percebeu que havia famílias com distintas condições econômicas envolvidas no ofício balseiro. A principal atividade desenvolvida pelos moradores das margens do Rio Uruguai consistia na agricultura de subsistência.

O Porto Goio-Ên constituía-se em local atrativo no período, pela possibilidade de ganhos financeiros com a atividade de extração da Floresta Estacional Decidual e escoamento da madeira através das balsas, madeira da FOM e da FED. Durante o período de intensa exploração da madeira, durante as décadas de 1940 e 1960, o distrito Goio-Ên teve grande importância no desenvolvimento econômico do município e da região Oeste de Santa Catarina, por proporcionar o escoamento da madeira pelas balsas (FRANCESCHI e ONGHERO, 2008).

De acordo com Moreira (2019), a atividade começava com a derrubada das árvores e a construção das balsas, e seguia até a viagem propriamente dita. Todo esse processo era extremamente exigente, sendo realizado por meio de técnicas baseadas em trabalho físico árduo, uso de tração animal, além do emprego de ferramentas como machado e serrote. Essas atividades ocorriam em um contexto precário, marcado por condições demográficas, administrativas e de segurança desfavoráveis, com a região sendo considerada desassistida pelos órgãos governamentais.

Durante a jornada fluvial, os trabalhadores enfrentavam diversos desafios, como variações no nível das águas, obstáculos geográficos e o risco de roubo de cargas, entre outros contratempos causados pelas intempéries. Além disso, tal jornada representava uma fonte de renda significativa para os balseiros, e era ansiada por eles. À beira do rio, parentes e amigos saudavam os indivíduos que embarcavam nas balsas, descendo o curso d'água em direção aos portos comerciais. Para esses balseiros, essa viagem significava enfrentar os desafios do trajeto e superar dificuldades até alcançar a fronteira com a Argentina (MOREIRA, 2019).

Conforme Moreira (2019), no início do processo, os trabalhadores buscavam se aproximar o máximo possível da raiz da árvore, então, utilizavam machados para cortar a tora, removendo também a casca da madeira e fazendo o corte no topo da árvore. As toras eram arrastadas e alinhadas em filas próximas umas das outras. Em seguida, a madeira era removida da floresta e transportada até as margens do rio Uruguai ou para as serrarias, a fim de ser processada. Esse transporte era realizado com o auxílio de carroções, uma espécie de carroça sem caixa, tracionada por burros ou por juntas de bois, conforme a Imagem 9 abaixo.

Imagem 9 - Transporte da madeira até o rio, 1950



Fonte: acervo do CEOM.

Após o transporte, havia o processo de amarrar a madeira, como “embalsamar madeira, embalsamento, empacotar madeira, derivando embalsador” (BELLANI, 1991). De acordo com Bellani (1991), as toras eram agrupadas em pelotões, geralmente compostos por 10 a 15 toras, então essas toras eram amarradas a uma travessa de madeira resistente, conhecida pelos

balseiros como lata (uma peça de madeira de lei, robusta, com um diâmetro que variava entre 20 a 25 cm, e servia para amarrar e fixar a madeira).

Após esse processo, as madeiras eram amarradas utilizando cipó, então, posteriormente, também se passou a utilizar arame galvanizado, dando doze voltas em cada lado da vara para garantir uma fixação. O conjunto de toras formavam os pelotões, os quais entre dez ou quinze formavam a balsa. Nesse ponto, os balseiros aguardavam pela ocorrência de uma cheia que possibilitasse o transporte da balsa até os principais centros comerciais, como São Borja, localizado no Rio Grande do Sul, próximo à fronteira com a Argentina (MOREIRA, 2019).

Conforme aponta o antigo morador da região do Goio-Ên, José Matheus (2023), “A balsa começou com toras e cipó, então se fabricava no máximo uma por ano quando se ia muito bem, aí já precisava ser um balseiro com uma equipe, né! Sozinho dificilmente o cara faria uma por ano”. Relata ainda que a ideia era levar o máximo de toras possível devido às dificuldades encontradas nas viagens, por isso, no início a atividade balseira em menor quantidade de viagens por ano. Ele ainda relata que na década de 1950, com o advento das serrarias, o número de viagens dos balseiros começou a aumentar, devido ao processo de fabricação das balsas também aumentar, em consequência do transporte das tábuas. Com isso, surgiu também a utilização de arame para amarrar as balsas, não mais cipós.

De acordo com Valentini (1999), a presença da enchente era fundamental para dar início à jornada e era um requisito essencial para superar os desafios naturais ao longo do percurso, incluindo cachoeiras, trechos calmos do rio, neblina e baixas temperaturas. Tudo isso estava sujeito às condições climáticas e à habilidade dos balseiros, que desempenhavam um papel crucial nessa empreitada. A historiadora Precila Katia Moreira (2019), destaca a presença de diversos indivíduos envolvidos no transporte da madeira por balsas, como “derrubadores de árvores, cortadores de toras, arrastadores, puxadores, amarradores, remadores, serradores, comerciantes, entre outros”.

Além disso, os familiares dos balseiros também desempenhavam um papel indireto nessa atividade, inclusive durante a jornada fluvial da balsa. Durante esse trajeto pelo rio, havia funções distintas, envolvendo o próprio balseiro como condutor, sendo que entre os balseiros havia peões e práticos que auxiliavam na navegação e montagem da balsa. Em entrevista sobre a atividade, José Matheus (2023) relata a existência dos diversos grupos envolvidos na atividade: de início havia os que fabricavam as balsas e o que transportavam, nem todos os balseiros faziam as duas atividades ao mesmo tempo. A família Matheus era envolvida no processo de fabricação das balsas. José Matheus (2023) relata que nas lanchas da família, as quais tinham duas, eram transportadas mil e quinhentas a duas mil dúzias de tábuas. Além

dessas que eram levadas nas lanchas, havia concomitante as “balsas a muque”, as que não possuíam motores para auxiliar nas viagens.

Os relatos apontam a participação dos mais diversos grupos sociais na atividade, de forma direta e indireta. É importante destacar que o transporte fluvial das madeiras por balsas contou com a participação de homens e mulheres, visto que, caracterizava-se como um sistema complexo que partia da extração da madeira, da espera das chuvas que causavam as enchentes, dos balseiros, do comércio da madeira, entre outras atividades. Dessa forma, a atuação feminina na atividade, bem como nas diversas atividades realizadas no entorno do Rio Uruguai será abordada no próximo capítulo.

3 AS MULHERES DAS MARGENS

As mulheres das margens do Goio-Ên desenvolviam diversas atividades laborais em seu cotidiano, como a agricultura, comércio, extração de areia, preparação das balsas, lavagem de roupas no rio. Além disso, ocupavam-se da agricultura de subsistência e possuíam diversos sabres-fazeres relacionados ao meio ambiente circundante, como a confecção de infusões para curas de infortúnios.

Concomitantemente, no centro administrativo do município de Chapecó, distante do Porto Goio-Ên, a parte urbana que procurava se criar aos moldes europeus, havia um forte empenho para divulgar normas de comportamento para as mulheres, as quais buscavam relacionar beleza a uma série de comportamentos os quais incluíam a reclusão ao espaço doméstico, cuidado com os filhos e com o marido. Ao longo do capítulo será abordado o conceito de gênero, as percepções sobr

e as mulheres urbanas de Chapecó e as diferenças entre essas e as mulheres residentes das margens do Rio Uruguai.

3.4 O CONCEITO DE GÊNERO E AS DISCUSSÕES SOBRE AS MULHERES EM CHAPECÓ NO INÍCIO DA DÉCADA DE 1940

A fim de compreender as experiências femininas no Porto Goio-Ên durante os anos de 1940 e 1970, é preciso pormenorizar a discussão em torno do conceito de gênero. Deve-se perceber as identidades construídas socialmente a partir da divisão do sexo biológico, relacionando os estudos de gênero com outras estruturas de análise histórica, a fim de perceber as relações entre as definições sociais para os sexos e economia, política, meio ambiente. Dessa forma, utilizar-se-á o conceito de gênero para análise histórica em busca de fundamentos que propiciem a compreensão das experiências femininas e os papéis sociais incumbidos a elas considerando uma realidade distante do centro urbano, no entorno do rio, coexistindo com a violência frequente e, em geral, em meio a escassez de recursos.

De acordo com Pedro (2005), no final do século XIX, as demandas feministas incluíam o direito ao voto, participação política, trabalho remunerado, acesso a instituições educacionais e igualdade no acesso à herança. Na década de 1960, as mulheres se reuniam em encontros nos quais rejeitavam a presença masculina, buscando compartilhar suas experiências pessoais que

foram moldadas por restrições e opressões em relação aos homens ao longo de suas vidas. Assim, nas pesquisas históricas, o termo mulher era contrastado com o termo homem, refletindo a compreensão de que uma cultura dominada por homens havia subjugado as mulheres.

No entanto, a categoria mulher não abrangia as reivindicações de todas as mulheres. Afinal, dentro desse grupo, existiam diferentes grupos sociais e raciais, cada um com demandas específicas. No contexto norte-americano, “mulheres negras, índias, mestiças, pobres, trabalhadoras, muitas delas feministas, reivindicaram uma ‘diferença’ - dentro da diferença” (PEDRO, 2005). Segundo Ângela Davis (2017), as mulheres negras não condiziam com a construção da imagem das mulheres destinadas ao âmbito privado, uma vez que elas sempre estiveram ocupadas em trabalhos fora do espaço doméstico. Além de suas funções externas e após cumpri-las, assumiam o papel de mães protetoras, esposas e donas de casa. Em Chapecó, as mulheres caboclas residentes das margens do Rio Uruguai assumiam diversas funções externas ao âmbito doméstico, ligadas ao sustento da família. Entretanto, as mulheres urbanas eram frequentemente desmotivadas a ocupar espaços públicos, principalmente no que se tratava de desenvolver funções laborais.

A análise da coluna Garota Bonita, publicada no jornal A voz de Chapecó durante o ano de 1946, principal periódico em circulação no município de Chapecó, Oeste de Santa Catarina, levou Krauspenhar (2020) a identificar significativa resistência por parte dos homens do município em compartilhar o espaço público, como os locais de trabalho, com as mulheres. As publicações na coluna Garota Bonita, escritas por Eugênio Aguilhão, difundiam modelos de comportamento às mulheres, aconselhando sobre o casamento, a vida doméstica e etiqueta social. Além disso, buscava satirizar a imagem das mulheres que lutavam por direitos e que começavam a ocupar postos de trabalho, acusando-as de imitar os homens. Seguem as publicações da coluna Garota Bonita de outubro de 1946:

Em dias desta semana, conversamos a respeito das Garotas Bonitas, tipo "ATÔMICA", que seguem a evolução do mundo atual, desse mesmo mundo que anda como os acrobatas, de pernas para o ar, e que, amparadas pela democracia, expressão moderna que quer dizer liberdade, andam por aí, proclamando a igualdade de direitos, e em consequência, invadindo escritórios, balcões, repartições públicas e toda a espécie de atividade humana, como cidadãs emancipadas, que são donas de seus narizes e que não dão importância à vigilância indiscreta e nem as más linguas das vizinhas. Durante a conversação defendi os direitos dessas Garotas e a liberdade que a democracia lhe garante, porque respeito as leis que os homens, nossos legítimos representantes, elaboraram na atual Constituição. Contudo não estou de acordo com uma coisa: Que elas invadam as searas e as cabeças dos homens, proclamando a igualdade de direitos, mas exigindo para si os direitos da mulher.

Para mim, a Garota Bonita tipo "ATÔMICA", que se mete a democrata faz o que bem entende, apoiada na igualdade de direitos, é até certo ponto um homem e como tal, sem o direito de reclamar para si o direito da mulher (AGUILHÃO, 1946, n. 106, p. 2)

Conforme o trecho, Aguilhão utiliza o termo invasão para se referir a ocupação dos espaços laborais pelas mulheres, as quais chamou de “atômicas”. Krauspenhar (2020) compreendeu a publicação acima como indicação do conflito social em torno dos papéis sociais destinados aos gêneros. A participação feminina na sociedade se constituía como uma preocupação dos homens de tal modo que recebeu espaço e foi desencorajada pelo principal jornal em circulação de Chapecó, além de haver um empenho em divulgar o retorno ao lar e ao ambiente privado. Eugênio representava uma parte da sociedade, dos homens, brancos e de prestígio social, os quais incomodavam-se com as lutas pelos direitos das mulheres. Os redatores do jornal *A voz de Chapecó*, eram sempre pessoas influentes no município, a maioria deles envolvidos no principal partido local e na indústria madeireira, muitos eram advogados e todos eram homens.

Ao final da coluna, Eugênio declara que as mulheres que desejavam ocupar espaços laborais não poderiam clamar para si os direitos das mulheres ao lutar por direitos iguais, sendo consideradas como homens “até certo ponto”. Essa representação das mulheres no periódico associa-se com o ideal de progresso difundido no município de Chapecó, influenciado pelos padrões europeus. Dessa forma, há a defesa da família nuclear burguesa, o que levou a uma diferenciação de classes entre as mulheres, nas quais a mulher burguesa era esperada para se adequar a certos ideais, como os retratados nos periódicos, e essa classe de mulheres que estava associada ao âmbito doméstico. O movimento apresentando do jornal contrário a ocupação feminina dos espaços públicos era destinado a essas mulheres, residentes no perímetro urbano, brancas, pertencentes a famílias de poder econômico e prestígio, ao ponto que tinham acesso à educação e sabiam ler, o que era raro no período. Trata-se de um período em que o acesso à educação formal no município era bastante precário, assim como a nível nacional, considerando o censo do IBGE (1940) em que 56,8% da população do país era analfabeta.

As mulheres residentes das áreas rurais, as mulheres caboclas, indígenas e as mulheres pobres não pertenciam a esses ideais de comportamento difundidos, até porque essas mulheres sempre trabalharam fora do espaço doméstico e sua mão de obra era necessária para o aclamado progresso do município. Em outro momento Eugênio Aguilhão aconselha as mulheres a atentarem-se para as trabalhadoras domésticas, as quais poderiam prejudicar seus casamentos “[...] Cuide-se por todos os lados, e, se tiver empregadas, olho nelas” (AGUILHÃO, 1946, n.

97, p. 2). Dessa forma, percebe-se que não era todo o trabalho feminino que assustava aos homens, mas sim o trabalho feminino desenvolvido pela elite chapecoense.

Conforme afirma Angela Davis, referindo-se aos Estados Unidos escravista do século XIX, “A julgar pela crescente ideologia da feminilidade do século XIX, que enfatizava o papel das mulheres como mães protetoras, parceiras e donas de casa amáveis para seus maridos, as mulheres negras eram praticamente anomalias” (DAVIS, 2017). Dessa forma, a análise da coluna Garota Bonita corrobora com as teorias de Davis (2017), visto que, a promoção desse papel feminino ignorava as outras mulheres da sociedade chapecoense. Ao investigar sobre as mulheres negras, consideradas caboclas na historiografia local, todas as mulheres investigadas desenvolviam funções externas ao ambiente doméstico.

Davis (2017) percebia que no contexto investigado por ela, as mulheres negras escravizadas, em sua maioria, eram obrigadas a trabalhar nas plantações, enfrentando a opressão decorrente de sua condição racial, da escravidão e de outras formas de opressão por serem mulheres, como os abusos sexuais. Em certos momentos, quando era conveniente explorá-las como se fossem homens, eram tratadas como desprovidas de identidade de gênero, no entanto, quando surgiam oportunidades de explorá-las como mulheres, eram punidas como seres fêmeas (DAVIS, 2017). No contexto chapecoense, principalmente do Porto Goio-Ên, as publicações de Davis encontram outro contexto, mas a mesma lógica destinada às mulheres não-brancas ou mulheres pobres.

As fontes históricas apresentam um cenário de violência sexual, moral, doméstica, sexualização dessas mulheres, quando era conveniente que fossem vistas como mulheres. Ao mesmo tempo, eram exploradas como homens nos trabalhos externos às suas residências, como, por exemplo, o trabalho de recolher areia do Rio Uruguai. Conforme percebe-se no jornal local, essas mulheres não eram consideradas como as mulheres que deveriam ser protegidas, restritas ao ambiente privado, destinadas a esperar por um bom casamento e preparar-se para suas funções de mães e esposas.

Conforme aponta Krauspenhar (2020), além de não serem o público-alvo dos conteúdos destinados às mulheres nos periódicos analisados, as mulheres negras também estavam ausentes nos concursos de beleza e nos padrões estabelecidos para beleza e feminilidade em Chapecó durante a década de 1940. A relação entre corpo e gênero também revela tentativas de apagamento, é importante perceber os corpos que não são incluídos. Enquanto as mulheres brancas eram retratadas como imaculadas e belas, “À você loira, de olhos serenos, cristalinos e azuis, como o azul do mar; de cabelos dourados resplandecentes de luzes maravilhosas, como as do Sol [...]”, as mulheres negras eram representadas de forma sexualizada: “À você morena

ardente, de olhos trigueiros; e buliçosos de movimentos ágeis e excitantes, lembrando romances de enredos tropicais [...]” (AGUILHÃO, 1946, v. 91, p. 2).

Dessa forma, a investigação acerca das mulheres residentes das margens do Rio Uruguai carece da utilização do conceito de interseccionalidade, percebendo as categorias de gênero, raça e classe como interdependentes, não mais categorias separadas. De acordo com Silma Bilge (2009), a interseccionalidade é uma abordagem teórica transdisciplinar que busca compreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por meio de uma perspectiva integrada. Essa abordagem contesta a ideia de encapsulamento e hierarquização dos principais eixos de diferenciação social, tais como sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do mero reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que operam por meio dessas categorias, ele postula a interação entre elas na produção e reprodução das desigualdades sociais (BILGE, 2009 apud HIRATA, 2014).

Os discursos relacionados à beleza e feminilidade no jornal *A Voz de Chapecó* estavam intrinsecamente ligados às iniciativas de modernização e urbanização do município de Chapecó, localizado em Santa Catarina. Portanto, as narrativas encontradas na coluna *Garota Bonita* refletem uma sociedade que ainda não existia naquele momento, mas sim uma intenção de sociedade aos moldes europeus, uma vez que o perímetro urbano estava apenas começando a se desenvolver nos anos 1940. No entorno, havia uma vasta vegetação que se conectava com os estilos de vida dos colonizadores. As queixas publicadas no jornal sobre a presença de galhos que dificultavam a entrada no comércio, os problemas com a empresa de energia e várias outras adversidades relatadas estavam em contraste com a visão de Eugênio Aguilhão de um modo de vida entre “lares e salões³” burgueses. Conforme Pedro (2010), os jornais transmitiam uma visão civilizatória que visava moldar novos homens e mulheres, promovendo imagens idealizadas para ambos os sexos. Essas elites almejavam espelhar os padrões europeus de comportamento, do que era considerado civilizado.

Constata-se que as imposições relativas a determinados papéis sociais, como os papéis de gênero, são influenciadas pelos contextos sociais e econômicos nos quais se busca moldar determinado tipo de sociedade. De acordo com Joana Maria Pedro (2010), à medida que as elites dos centros urbanos começaram a se consolidar no sul do país, os papéis tradicionais das mulheres como mães e esposas foram idealizados. Soraia Carolina de Mello (2016) percebe

³ Lares e salões era o título da página destinada às mulheres do jornal *A Voz de Chapecó*, sempre a segunda página do periódico, onde estava localizada a coluna intitulada *Garota Bonita*.

esse movimento não apenas como uma forma de subjugar as mulheres aos homens, nem uma mera escolha, mas uma resposta à ascensão do capitalismo na região, visto que a vida humana após a ascensão da propriedade privada dependeu da realização do trabalho não pago pelas mulheres.

Para compreender os papéis designados às mulheres do período, percebendo as particularidades das experiências das mulheres residentes da beira do Rio Uruguai, as quais foram diferentes das mulheres urbanas, faz-se necessário definir o conceito de gênero utilizado para a investigação. De acordo com Scott (1995), o conceito de gênero pode ser dividido em duas partes principais e vários subconjuntos: “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder.” Essas duas partes estão interligadas, pois qualquer alteração na estrutura das relações sociais está relacionada a mudanças nas representações de poder.

Scott (1995) argumenta que o gênero é uma forma fundamental de significar as relações de poder, sendo articulado internamente dentro dessa dimensão. Embora ela reconheça que o poder não se limita apenas ao gênero e se manifesta em outros campos, o gênero tem sido amplamente utilizado nas tradições judaico-cristãs e islâmicas no Ocidente. Conforme observado pela autora (SCOTT, 1995), as demandas estatais podem influenciar a compreensão do discurso sobre as relações de gênero. Regimes totalitários, por exemplo, legitimaram suas forças como masculinas e retrataram a imagem do inimigo como feminina, além de implementarem políticas e ações para controlar as mulheres. Essas ações somente podem ser compreendidas em relação à construção e consolidação do poder.

Em relação às influências das demandas estatais, o Oeste de Santa Catarina no contexto investigado possui certas especificidades, afinal, o slogan do município “Chapecó não pode parar” dialoga com diversos discursos e representações que partem do período, como a colonização no início do século XX, incentivada pelo Estado, o desenvolvimento do setor madeireiro, a ascensão da propriedade privada na região, as inclinações ao ideal de progresso, que ocorria em detrimento dos modos de vida caboclos e indígenas, assim como a construção da identidade que se considerava civilizada, ou seja, a construção da branquitude hegemônica como identidade regional. Além disso, havia a característica violenta, as disputas territoriais, a expulsão violenta dos indígenas e caboclos de suas terras, o que implica nas relações de gênero. A construção da masculinidade no Oeste de Santa Catarina buscava afirmação na violência, principalmente através do uso de armas, e consistia em dominar as mulheres e a natureza circundante.

O conceito de progresso defendido durante a colonização do Oeste de Santa Catarina englobava a valorização moral do trabalho e contribuiu para a construção das noções regionais de masculinidade (VOJNIAK, 2004). Segundo a historiadora Fernanda Arno, a masculinidade é um constructo social, histórico, relacional e mutável, assim como existem diferentes práticas que caracterizam o ser mulher, também existem diferentes práticas e comportamentos que definem o ser homem (2015). Na região Oeste de Santa Catarina, ser homem está associado ao foco no progresso e à exploração das áreas florestais que precisam ser desmatadas. Para a existência desse homem, é necessário haver um contraponto, o chamado "belo sexo", o ideal de mulher divulgado nas páginas do jornal da cidade, bela, sabe portar-se, sabe calar-se nas ocasiões sociais, esposa e mãe dedicada, restrita ao ambiente doméstico, são essas características próprias da feminilidade “instinto materno, pureza, resignação e doçura” (PINSKY, 2010).

Krauspenhar (2020) percebe que dentre as características próprias da feminilidade que se buscava nas mulheres chapecoenses, a pureza muitas vezes aparece como uma infantilização. Aguilhão, geralmente utilizava expressões no diminutivo ao se referir às mulheres e o tratamento é carregado de condescendência, no segmento abaixo, Eugênio apresenta a visão sobre as mulheres escravas das emoções, que são consideradas inteligentes pois, apesar de sonhadoras e infantis, escutam os conselhos masculinos com interesse sem “fazer cara feia” e atende aos desejos masculinos sem reclamar:

Sinceramente, eu gosto muito de você, porque além de ser bonita, você é inteligente e atenciosa. É verdade que em sua cabecinha às vezes meio infantil, povoada de sonhos e ilusões, passeiam mil pensamentos lindos, na maioria das vezes fugazes, mas é verdade também, que você ouve com interesse o que dizemos, acata os conselhos dados sem fazer carinha feia e atende solicita os pedidos, sempre com o mesmo sorriso alegre a florado nos lábios. Não imagina o quanto isso me cativa e me faz seu admirador (AGUILHÃO, 1946, n. 99, p. 2).

No trecho apresentado torna-se perceptível quanto a beleza e a feminilidade são construções sociais atreladas às prescrições de gênero. Ao escrever sobre as mulheres que estavam lutando pelos direitos de trabalhar fora do espaço doméstico, Eugênio as compara com homens e o tratamento difere da figura idealizada da chamada “garota bonita”, que é vista como bonita justamente pela forma de corresponder às expectativas masculinas de comportamento. Além da domesticidade e da feminilidade, a submissão também fazia parte do padrão de beleza, por exemplo, se exaltava a beleza da mulher calada, em contraponto à mulher que fala demais. Eugênio ainda escreveu:

[...] Essas mesmas pessoas dizem ainda que você depois de casada com o treino que adquiriu na mocidade, se torna insuportável, não dando trégua para que o marido diga ai, porque você de uma só enfiada, diz tudo o que pensa, o que pensaria, o que pensará e o que tenha vontade de pensar. Isso naturalmente se ele for um homem que não goste de emitir opiniões porque se ele gostar, então Deus o livre. [...], mas eu não estou de acordo, porque muitas Garotas Bonitas são discretas ao conversar, que mostram interesse por conhecer nossas opiniões e ouvem com atenção nossas narrativas (AGUILHÃO, 1946, n. 100, p. 2).

Novamente o discurso de Eugênio sobre as mulheres promove os ideais de beleza que fomentam a submissão. Ser uma garota bonita se relaciona com manter-se calada e, principalmente, passa por demonstrar interesse nas falas masculinas. O trecho também contrapõe as mulheres bonitas com as mulheres que dizem o que pensam, que emitem opiniões, as percebendo como insuportáveis, e mais do que isso, insuportáveis para o marido. Em uma sociedade que prezava o casamento, o qual se constituía na maior conquista feminina, esse discurso desencorajava as mulheres a expor suas opiniões. Percebe-se que as noções de feminilidade e beleza estavam atreladas a um silenciamento, a mulher calada, dedicada a ouvir os homens.

Com o processo de urbanização em Chapecó, houve uma crescente busca por distanciamento do passado indígena, inclusive na grafia⁴, e uma aspiração por distinção de classes, com a adesão a práticas de entretenimento em salões inspirados em padrões europeus. Nesse contexto, tornou-se necessário construir ideais de beleza e feminilidade alinhados a esses padrões. Foi necessário criar um ideal de mulher burguesa, distinta das caboclas, indígenas e trabalhadoras. Essas mulheres representavam o ápice da sociedade, de acordo com o periódico, sendo consideradas a elite. Ao tratar sobre as construções de beleza e feminilidade, contrapondo ao esperado para as mulheres residentes das margens do rio Uruguai, faz importante mencionar que nem todas as mulheres que possuíam relação com as atividades das balsas eram mulheres pobres. Um concurso de beleza que ocorreu no Clube Recreativo Chapecoense, em 1946, teve como vencedora um familiar de um figurão conhecido na história local, o delegado Arthur

⁴ A grafia do município com X ou Ch ocupou por algum tempo as páginas do jornal A voz de Chapecó. Antonio Selistre de Campos, juiz e figura influente na cidade, dedicou-se a publicar sobre a grafia de Chapecó, questionando se iniciava com X ou Ch, questão que estava em discussão no período. Antonio defendia a utilização com Ch, alegando que quando o território ficou a cargo de Santa Catarina, ao fazer acordo com Paraná, recebeu o território chamado Contestado, “organizou quatro municípios, comarcas, a que lhes deu as denominações de Mafra, Porto União, Cruzeiro, hoje Joaçaba, e Chapecó. Escrito com Ch” (CAMPOS, 1946, n. 92, p. 1). Estava em discussão que a grafia Xapécó com X refere-se ao nome indígena. Selistre de Campos ficou conhecido por sua preocupação com a causa indígena, manifestada no periódico por diversas vezes, apesar de sua amizade próxima com o Coronel Bertaso. Entretanto, um sujeito de muitas contradições, alegava que “os antigos índios não tinham linguagem escrita, e depois, que não está provado que Chapecó seja palavra indígena (CAMPOS, 1946, n. 92, p. 1).

Argeu Lajús, um dos envolvidos no escândalo do linchamento de 1950, que desenvolveu atividades nas balsas e possuía grande quantidade de terras no Porto Goio-Ên.

Nessas competições, não apenas a aparência física da vencedora era exaltada, mas também seus sonhos de constituir uma família e suas qualidades morais, de acordo com as normas vigentes da época. Seguindo a ideologia do eugenismo, as candidatas e vencedoras geralmente possuíam pele clara, refletindo a imagem de beleza feminina predominante naquele período (OLIVEIRA, 2001). No caso do referido concurso de 1946, o padrão de beleza, além de se tratar de mulheres brancas, também tratava de mulheres ricas. A distinção se dava no concurso do vestido mais bonito, e teriam três fases, ou seja, seriam feitos três vestidos, além disso, quem frequentava o Clube Recreativo Chapecoense, CRC, onde os concursos ocorriam, eram membros da elite chapecoense. Nos salões do CRC, criados aos moldes dos salões europeus, os concursos de beleza que ocorriam possuíam várias etapas e a discrepância enorme na quantidade de votos era proporcional ao prestígio social:

Com invulgar brilhantismo, realizou-se no dia 28 do mês findo, nos salões do Clube Recreativo Chapecoense, o “Baile da Chita”. As senhoritas que representam o escol da nossa sociedade, compareceram quase todas vestidas de acordo como programa anteriormente divulgado e por essa razão a diretoria da Simpática Sociedade da Praça Duque de Caxias, resolveu realizar um concurso para apuração do vestido mais bonito dessa noite, que deixou viva recordação a todos que assistiam. Feito o julgamento, por uma comissão composta por três senhoras, coube o primeiro lugar à senhorita ODETE CUNHA, que recebeu o fino vidro de perfume, oferta gentil da Casa de Severino Trentin. No decorrer das danças, foi realizada venda de votos para o concurso da rainha do Clube, sendo a primeira apuração feita às 12h30 apresentando o seguinte resultado: 1º lugar – Jurema Lajus – 308 votos; 2º Leonilda Trentin – 62 votos; 3º - Alice Silva – 37 votos; 4º - Emida Breda – 20 votos; 5º - Odete Cunha – 14 votos; 6º - Terezinha Spilmer – 10 votos; 7º - Ilze Matto – 07 votos; 8º - Antonieta Tosseto – 05 votos. Ainda por deliberação da diretoria, ficou marcado o dia 13 de outubro para realizar-se a segunda apuração, dia 26 do mês em curso, para a terceira apuração por ocasião do baile, sendo o dia 16 de novembro escolhido para a coroação da rainha, que será festejado com grande baile (A VOZ DE CHAPECÓ, 1946, n. 105, p. 2).

Havia diferentes classes sociais que se relacionavam com o Porto Goio-Ên, o que proporcionou experiências femininas diferentes. Entretanto, a grande maioria das mulheres, principalmente as mulheres que residiam no local, desenvolviam a agricultura e se ocupavam com diferentes atividades. O concurso de beleza em questão traz importantes subsídios para a investigação sobre as representações femininas do período. Os concursos de beleza se tornaram um meio utilizado para reforçar os padrões de beleza estabelecidos, que se relacionavam com as relações de raça e classe. Dessa forma, nem todas as mulheres que de alguma forma participaram das atividades nas balsas possuíam as mesmas realidades e o mesmo prestígio social.

Os conflitos proporcionados pela determinação de papéis de gênero no passado chapecoense, expressos no principal jornal da cidade, proporcionaram que Krauspenhar (2020) compreendesse as representações sobre as mulheres no município de Chapecó, Santa Catarina, na década de 1940, compreendendo que as publicações jornalísticas influenciam a sociedade ao mesmo tempo que são influenciadas por ela, visto que, não serão publicados modelos de comportamento que não dialoguem com aquela sociedade, afinal, o jornal também possui objetivo de ser consumido. Conclui-se também que a iniciativa partia do conflito, ou seja, não havia consenso social e as mulheres não aceitavam a submissão de forma passiva. Entretanto, ao investigar as mulheres pertencentes a outros grupos sociais, conforme exposto no início do presente subcapítulo, suas presenças nas fontes oficiais são reduzidas e as opressões que sofreram foram diferentes das mulheres urbanas e pertencentes à elite chapecoense.

As mulheres residentes da beira do Rio Uruguai, em sua maioria, não satisfaziam os padrões de beleza e feminilidade do período, pois não estavam nos concursos de beleza promovidos no município, a espera do pretendente perfeito para realizar o maior sonho, o casamento, não ocorreu de forma tão romantizada, tornar-se esposa e mãe dedicada, em tempo integral, restrita ao ambiente privado doméstico, poderia ser visto como um privilégio entre as mulheres que trabalhavam nas plantações, possuíam profissão fora do ambiente doméstico e desempenhavam as ocupações de mãe e esposa em seus tempos livres. A própria visão de maternidade encontra rumos diferentes em um contexto de escassez frequente e tripla jornada.

3.5 DISCUSSÕES ECOFEMINISTAS

No subcapítulo anterior o conceito de gênero utilizado para interpretar as fontes históricas foi exposto. Entretanto, há nesse trabalho a presença de duas principais atuantes na história local que costumam ser silenciadas e dominadas, as mulheres e a natureza. Pádua e Carvalho (2020) destacam que não encontraram relação direta entre História Ambiental e Gênero, ainda que a presença das mulheres seja elemento fundamental na experiência concreta das populações em seus espaços urbanos e rurais. Pretende-se fazer uma intersecção das áreas.

Pensar em uma abordagem de gênero na história ambiental perpassa pela realização da análise das relações de gênero e como elas influenciaram e foram influenciadas pelas relações humanas com o meio ambiente. É possível perceber como as identidades de gênero influenciaram a forma como as pessoas percebem e se relacionam com o ambiente natural, bem

como as formas como elas foram afetadas pelo meio ambiente. Há vários pontos de encontro entre as duas áreas do conhecimento que impulsionam novos olhares para temas já muito pesquisados na historiografia, assim como, há novos temas proporcionados por uma abordagem de gênero na história ambiental.

Neste trabalho, partiu-se de dois subtópicos dentre os diversos subtópicos possíveis:

a) buscou-se perceber a influência das identidades de gênero nas práticas de manejo ambiental e nas relações com a natureza;

b) percebeu-se a relação entre a divisão sexual do trabalho e a exploração dos recursos naturais.

Dessa forma, foi possível observar as fontes históricas considerando esses dois subtópicos, a fim de responder a pergunta-problema que fomentou o início da presente investigação:

Qual a atuação das mulheres residentes do Vale do Rio Uruguai durante a extração e escoamento da madeira (1940/70)?

Catarina de Oliveira Buriti e José Otávio de Aguiar (2009), investigaram como a categoria de gênero é abordada pela história ambiental, destacando como as mulheres perceberam e significaram o meio ambiente circundante e com base em uma sensibilidade ambiental socialmente construída. Os autores percebem a importância de perceber as diferentes noções sobre gênero em diferentes recortes espaciais e temporais, destacando que o recorte espacial (meio ambiente) tem influência nas formas diferentes que as relações de gênero foram travadas ao longo do tempo, construindo identidades de gênero distintas.

Conforme Buriti e Aguiar (2009), as análises históricas as quais consideram uma perspectiva de gênero permitem perceber as relações sociais de gênero e das interações que estas estabeleceram com o meio ambiente em diferentes sociedades e contextos de historicidade. Dessa forma, a perspectiva de gênero pode contribuir para uma compreensão mais ampla e crítica das relações entre seres humanos e meio ambiente, levando em conta as dimensões sociais, culturais e políticas envolvidas.

Nessa pesquisa, o recorte espacial concentra-se distante do centro urbano do município de Chapecó em 20,7 quilômetros, além disso, o recorte espacial compreende as margens do Rio Uruguai, bem como o convívio com o próprio rio. Dessa forma, o espaço em que as mulheres

investigadas viveram, proporcionou uma experiência generificada diferente das outras mulheres no município de Chapecó. Conforme exposto no subcapítulo anterior, havia um empenho para que as mulheres da elite chapecoense seguissem as normas de prescrição de gênero europeias, restringindo-se suas presenças espaço público e vivendo para o ambiente doméstico e a vida familiar. Entretanto, percebeu-se que para as mulheres que viviam distantes do centro urbano, conviviam com o Rio Uruguai e conviviam com a ausência de recursos, os papéis sociais eram diferentes das mulheres urbanas. Em Chapecó, as mulheres caboclas que viviam nas margens do Rio Uruguai desempenhavam diversas funções relacionadas ao sustento da família, que iam além das tarefas domésticas.

Em relação às especificidades das análises sobre o espaço rural, Maciazeki-Gomes, Nogueira e Tonelli (2016) percebem a percepção do espaço rural como uma construção social, ligada com o local, tanto em contextos globais quanto locais. Há a necessidade de as investigações transpor as concepções simplistas de um espaço rural bucólico, como um paraíso idealizado, bem como se faz necessário distanciar-se da imagem de um lugar distante e sinônimo de atraso. Dessa forma, as investigadoras apontam para o uso do termo ruralidade, o qual se constitui como um modo de ser e viver mediado por uma maneira singular de integração nos processos sociais e históricos, rompendo com a concepção de rural como algo homogêneo, em oposição do urbano, associando o espaço rural aos movimentos e aos processos de estabelecimento da vida nesses contextos.

O Porto Goio-Ên encontrava-se afastado do centro urbano Chapecó, mas relacionava-se diretamente com os acontecimentos do município, contribuindo diretamente para a circulação de pessoas, pois tratava-se da passagem do Rio Grande do Sul para Santa Catarina. Além disso, contribuiu diretamente para o crescimento do município, com o escoamento da madeira pelo rio, até mesmo fornecendo areia para a construção das residências. Nas entrevistas há a menção dos produtos que vinham das grandes serrarias, trazidos de São Paulo, ou produtos como azeite de oliva e doce de leite trazidos pela Argentina. A localidade investigada possuía comércio ativo e alta circulação de pessoas, em função da passagem entre os estados e da atividade balseira, logo, não se encaixa na visão de zona rural bucólica e alheia às atividades econômicas da urbe e do mundo. O comércio local era fomentado principalmente pela passagem de caminhões, os quais precisavam esperar a barca. Conforme relata o morador antigo da região, Gentil Frassini,

do lado de Chapecó, o comércio era grande. Alí era quase que uma cidadezinha, né. E daí tinha Hotel, que quando dava muita enchente os caminhoneiros chegavam, nom dava travessia. Aí tinha Hotel, tinha mercado, assim, um comércio forte (FRASSINI, 2008).

Dessa forma, compreende-se que havia significativa circulação de pessoas nas margens do rio Uruguai, não podendo encaixar a localidade do mito da zona rural bucólica. Dessa forma, Maciazeki-Gomes, Nogueira e Tonelli (2016) compreendem o meio rural e suas diversas atividades que vão além da agricultura, contando com diferentes formas de utilização do espaço como “a existência de múltiplos empregos, os usos agrícolas não relacionados à alimentação, os espaços para recreação ao ar livre, o equilíbrio ecológico, a produção de recursos e serviços ambientais, o estabelecimento de agroindústrias, o equilíbrio territorial e ambiental, o ecoturismo” (MACIAZEKI-GOMES; NOGUEIRA; TONELLI, 2016). Desse modo, os contextos rurais se constituem como o local onde a vida se desenrola, mas além disso, se estabelecem como agentes que influenciam e moldam os modos de vida. As pesquisadoras compreendem que as análises de gênero em territórios rurais envolvem a intersecção de quatro espaços institucionais: a casa, a comunidade, o mercado e o Estado.

Renato do Carmo (2007) em sua pesquisa sobre a sociedade rural alentejana, percebeu que naquela sociedade, os papéis e as relações de gênero costumam ser bem definidos, em que as mulheres eram confinadas ao espaço doméstico, enquanto os homens desenvolviam a vida pública. Dessa forma, o autor separou os papéis tradicionais generificados na aldeia entre o mundo dos homens e o mundo das mulheres, conforme as formas de apropriação do espaço. Com a modernização e urbanização da vida cotidiana, os padrões de gênero daquela aldeia se alteraram, Carmo (2007) compreendeu que "o mundo das mulheres" passou a compreender a ocupação de espaços através da ampliação das atividades e o aumento da autonomia feminina. Entretanto, mesmo com uma circulação espacial maior por parte das mulheres, no interior da aldeia, as práticas sociais continuaram a seguir padrões tradicionais. As mulheres do Goio-Ên, por exemplo, possuíam relativa liberdade de circular no espaço, principalmente em função das ocupações externas ao lar. Entretanto, dentro dos lares, a norma rígida de comportamento feminino que compunham uma série de atividades, era mantida.

O conceito de idílio rural, de Kerrie-Elizabeth Allen (2002) proporciona a reflexão sobre as representações idealizadas sobre a área rural, as quais ocultam e invisibilizam os conflitos, a subordinação, a exploração, a desigualdade, a marginalização e a exclusão enfrentados por muitas mulheres nas áreas rurais. Ao retratá-las como um grupo feliz, submisso e homogêneo,

essa visão negligencia a diversidade de papéis desempenhados pelas mulheres e os diferentes lugares que ocupam (apud MACIAZEKI-GOMES; NOGUEIRA; TONELLI, 2016).

Os discursos memorialistas sobre as margens do Rio Uruguai costumam utilizar das visões de idílio rural, principalmente pelo Rio Uruguai ter sido alagado e os espaços de memórias estarem submersos. A disputa pela memória é algo frequente nos discursos dos entrevistados, em conjunto com um discurso saudosista. Não é incomum que os discursos dos antigos moradores representem a contemporaneidade das relações de gênero como algo perverso, como “nessa época as mulheres se davam o respeito”. O discurso abaixo, sobre o Monge João Maria, o qual se definiu preservar a identidade da entrevistada, apresenta a visão das mulheres do passado como um grupo submisso, que através da submissão compunha casamentos felizes,

ia chegar um tempo que os filhos mandavam nos pais e os pais não iam mandar nos filhos, as mulheres, bastava o marido olhar com os olhos torto ela abaixava, e não ia ter mais uma família assim respeitada, as família ia chegar um tempo que cada um pra si e deus por todos, ninguém mandava ninguém, da época , não vê essas meninadas solta pela rua grávida né, aonde que se viu isso, isso aí é uma tristeza né, uma menina de dez , doze anos o que vai saber ser mãe né, fica grávida e ganha o filho né, e depois que vida tem essa pessoa, tem umas que tem sorte e tem outras que não, hoje em dia tá muito ruim (AB, 2008).

Ao pensar na relação entre mulheres e a natureza, uma abordagem interessante é a ecofeminista. Angelin (2014) percebe várias perspectivas de pesquisa, as quais compreendem considerar a natureza como um ambiente que proporciona espaços de vida e sustento, bem como investigar a relação entre natureza e mulheres usada como justificativa biológica para o exercício de relações de poder e opressão sobre as mulheres. Há uma convergência das mulheres com meio ambiente natural, o qual se tornou cada vez mais próximo ao longo do tempo devido a vários fatores. Um desses fatores é o cuidado com a vida, juntamente com a naturalização dos papéis femininos, atribuindo a elas responsabilidades que as aproximaram de situações envolvendo a natureza.

Entretanto, a abordagem ecofeminista exige um cuidado para evitar naturalizar a relação entre mulheres e natureza, pois há a facilidade em cair em uma visão determinista sobre as mulheres. Compreende-se que as identidades não são fixas, apresentam um caráter fragmentado, histórico, plural e instável, as identidades são construídas a partir de processos históricos conscientes e, ao mesmo tempo, inconscientes, o que as torna inconclusas e em constante mutação. Portanto, deve-se reconhecer a complexidade e a diversidade das

experiências das mulheres em relação à natureza, evitando generalizações simplistas e reconhecendo a fluidez das identidades ao longo do tempo (ANGELIN, 2014).

Ao investigar as mulheres da zona rural, há uma série de questões históricas para debate, por exemplo, durante o período da campanha da Igreja Católica contra as bruxas, havia uma perseguição contra as mulheres da população rural. As mulheres consideradas bruxas, muitas vezes eram parteiras, enfermeiras e assistentes, ou seja, possuíam conhecimento e compreensão sobre o uso de plantas medicinais para tratar doenças e epidemias nas comunidades em que viviam, o que as tornava detentoras de um poder social significativo. Frequentemente, essas mulheres eram a única fonte de cuidados médicos para pessoas pobres, atuando como médicas sem título formal. Elas aprendiam o ofício umas com as outras e transmitiam esse conhecimento para suas filhas, vizinhas e amigas (ANGELIN, 2014). Conforme Angelin (2014), a Renascença no século XVI e a Revolução Científica no século XVII marcaram um período de dominação da natureza, reduzindo-a a formas racionais. Compreende-se que a opressão e submissão das mulheres surgiram muito antes do surgimento do capitalismo, no entanto, com o desenvolvimento do sistema capitalista, as diferenças de gênero foram intensificadas de forma estratégica.

Para a ascensão do sistema capitalista, as obrigações domésticas foram associadas à natureza feminina, como o trabalho doméstico, cuidando da casa, das crianças, dos idosos e dos doentes, além de desempenharem o papel de servir ao marido, visto como provedor do lar. É relevante destacar o conceito de divisão sexual do trabalho, que revela as desigualdades entre homens e mulheres e busca enfatizar os mecanismos sociais que hierarquizam as atividades com base no gênero. Conforme Hirata e Kergoat (2007), na divisão sexual do trabalho, as tarefas destinadas às mulheres, que geralmente são realizadas de forma gratuita, são fundamentais para a existência do capitalismo, mas são desvalorizadas e invisíveis. Essas tarefas são justificadas pelo dever materno e são feitas por amor. Enquanto isso, os homens se apropriam das funções que possuem maior valor social.

A noção de contrato sexual está intrinsecamente ligada ao conceito de divisão sexual do trabalho, em que os homens são responsáveis pelo trabalho produtivo e às mulheres é atribuído o trabalho doméstico e reprodutivo. No entanto, além dessa divisão, existe uma assimetria na qual o trabalho masculino é sempre mais valorizado, mesmo quando homens e mulheres estão inseridos no mercado de trabalho. É por meio do contrato sexual, muitas vezes implícito, estabelecido entre as famílias, que se estabelece que cabe às mulheres cuidar da casa e da família, enquanto aos homens é atribuído o trabalho produtivo (MELLO, 2016).

Sobre a ideia de natureza feminina, Marcela Lagarde y de los Ríos (2005) destaca as metáforas que animalizam as mulheres e as equiparam à terra, as quais contribuem para a submissão das mulheres. Visto que, na sociedade capitalista patriarcal, prevalece a visão de que as mulheres estão intrinsecamente ligadas à natureza, o que é usado como justificativa para naturalizar seus papéis e oprimi-las, dessa forma, assim como as mulheres, na visão capitalista patriarcal, a natureza é considerada apenas um objeto de exploração.

Além das concepções teóricas ecofeministas e dos estudos de gênero destacadas acima, a principal ferramenta teórica que proporcionou embasamento para o desenvolvimento da presente dissertação foi o livro *A morte da natureza: mulheres, ecológica e a revolução científica*, publicado em 1980 por Carolyn Merchant (2019), um livro sobre historiografia da ciência que relacionou as visões sobre as mulheres e natureza ao longo do tempo, contribuindo para o que veio a ser o ecofeminismo. Merchant recebe muito menos reconhecimento nas discussões sobre história ambiental e história da ciência no Brasil do que Donna Haraway⁵, por exemplo. Entretanto, para a concepção da presente dissertação, o livro proporcionou subsídios teóricos para a análise das fontes e escrita sobre o passado do Porto Goio-Ên. Ao pensar a relação entre história ambiental e os estudos de gênero, o livro de Merchant possibilita a reflexão sobre a construção das ideias que relacionam sociedade e natureza, os quais caminharam para a crise ecológica na contemporaneidade.

Antes da modernidade e da centralidade no pensamento científico, a natureza era retratada como uma mãe acolhedora e benevolente, que supria as necessidades humanas. Essa imagem era amplamente difundida na literatura, arte, filosofia e ciência, desencorajando a exploração dos recursos naturais. No entanto, essa percepção foi alterada para uma visão da natureza como selvagem e caótica, a qual ascendeu nos séculos XV e XVI e ganhou força nos séculos XVI e XVII, em que há a defesa da dominação das mulheres e da natureza nos discursos científicos, o que levou a uma mudança de comportamento, substituindo a restrição pelo domínio (MERCHANT, 2019).

Keith Thomas (2010) aponta que ao longo do tempo a relação entre homem e natureza se alterou através da mudança das concepções sobre o mundo natural. Havia uma relação de

⁵ Donna Haraway, feminista e historiadora da ciência, discute os efeitos planetários dos processos antrópicos e a importância de nomear as eras geológicas. Haraway (2020), propõe a criação de novos termos, como Capitaloceno, Plantationoceno e Chthuluceno, para descrever as diferentes formas como a ação humana afeta o planeta. Em relação às mulheres, ela argumenta que, se for para existir uma ecojustiça de multiespécies, essa justiça também deve abraçar a diversidade das pessoas. A autora sugere que as feministas devem exercer liderança na imaginação, na teoria e na ação para desfazer os laços de genealogia/parentesco e parentes/espécies.

dependência com a natureza, a qual se alterou no período moderno, com o desenvolvimento científico. A floresta passa de representação do medo, para algo deveria ser instrumentalizado pelo homem conforme as suas necessidades e encontrou-se na religião um meio de justificar e legitimar seu papel de ser superior perante o meio natural. A associação entre religiosidade e natureza é muito comum na história humana, visão que foi reforçada pelo teocentrismo do medievo e reelaborada pelo homem moderno (THOMAS, 2010). O livro de Keith Thomas aponta para a historicidade das percepções sobre o meio natural, entretanto, essas mudanças relacionam-se com as formas de perceber as mulheres, percebendo mulheres e natureza como categorias a serem exploradas e domesticadas.

Nos séculos XV e XVI, o modelo geocêntrico estava pelo modelo heliocêntrico proposto por Nicolaus Copernicus, a Terra, anteriormente vista como o epicentro de todas as coisas, foi agora colocada em uma posição secundária pelo novo modelo, com o sol ocupando o centro. Essa transformação teve implicações também no contexto de gênero, pois em diversas literaturas da época a Terra era associada ao feminino, enquanto o Sol representava o masculino. Nos séculos XVI e XVII há a defesa da dominação das mulheres e da natureza nos discursos científicos analisados por Merchant (2019), percebendo a natureza como imprevisível e violenta, a qual devia ser subjugada, além disso, o mesmo discurso passou a ser dedicado às representações sobre as mulheres.

Bacon fundou o instituto de pesquisa chamado de Solomon's House, dedicado à investigação da natureza, mas também à criação de novas espécies e a modificação das espécies existentes. O programa tinha como objetivo restaurar o domínio do homem sobre a natureza, o qual foi perdido quando Adão e Eva foram expulsos do paraíso, dessa forma, por meio dessas manipulações, buscava-se controlar os efeitos negativos da natureza, como tempestades e pestes (MERCHANT, 2019). Nas margens do Rio Uruguai, a paisagem da região compreende a presença marcante da monocultura das árvores exóticas, principalmente o eucalipto (*Eucalyptus globulus Labill*), conforme a imagem 10. A entrevistada Cleci Rotava compreende que os córregos que corriam nas margens do Rio Uruguai, e desembocavam nele, secaram, relato muito comum nas memórias dos antigos moradores. Há a possibilidade da seca desses córregos ser consequência da monocultura do eucalipto.

Imagem 10 - presença de espécies exóticas nas margens do Rio Uruguai



Fonte: acervo do laboratório Fronteiras.

Nas margens no Rio Uruguai, é possível observar a herança das relações humanas com o meio ambiente expressa nas ausências (AB’SABER, 2008), como no caso da fitofisionomia da Floresta Estacional Decidual (FED), consideravelmente devastada, em contraposição à presença marcante da monocultura de reflorestamento, utilizando-se de espécies exóticas, assim como áreas desmatadas para a pecuária, conforme aponta Pádua e Lago,

A ação da espécie humana, contudo, é de uma qualidade única na natureza. Pois, enquanto as modificações causadas por todos os outros seres são quase sempre assimiláveis pelos mecanismos autorreguladores dos ecossistemas, não destruindo o equilíbrio ecológico, a ação humana possui um enorme potencial desequilibrador, ameaçando, muitas vezes, a própria permanência dos sistemas naturais (PÁDUA; LAGO, 2004, p. 28).

A imagem 11 representa o mesmo espaço da imagem anterior, a qual representa a contemporaneidade das margens e do Rio Uruguai, o qual apresenta-se alagado e com parte das

suas margens submersas. Ambas representam o lado oposto às margens de Santa Catarina, a visão que se tem do Porto Goio-Ên, entretanto, a imagem 11 apresenta a paisagem percebida no Goio-Ên da década de 1970.

Imagem 11 – Porto Goio-Ên na década de 1970



Fonte: acervo do Laboratório Fronteiras, imagem cedida por *Ciro Luiz Guerreiro*, acesso em 2023.

Na imagem utilizada, é possível perceber a presença da vegetação no entorno dos córregos. Na imagem, não há a presença de monocultura de exóticas, como há na contemporaneidade no Porto Goio-Ên. A comparação de Merchant (2019) sobre a necessidade da ciência de dominar a natureza, a qual representava-se como selvagem ao mesmo tempo em que se apresentava como necessário o domínio sobre as mulheres. A figura feminina, como alvo do controle e exploração, forneceu uma justificativa para a exploração dos recursos naturais. O conceito de paisagem abordado anteriormente encontra outros vieses ao pensar nessa exploração, em que paisagem reflete a forma com a qual a intervenção humana

transformou o mundo natural em entornos domesticados, aparados e moldados para se adequarem a algum uso prático ou à estética convencional (DEAN, 1996).

Através do uso da teoria de Merchant (2019), é possível perceber, através da história do pensamento científico e das representações artísticas, como mulheres e naturezas foram relacionadas ao longo do tempo. Dessa forma, conforme a mudança econômica da sociedade, as concepções sobre a natureza e mulheres foram alteradas ao longo da história, destacando a ascensão da propriedade privada como grande motivadora dessa mudança, conforme discutido no início do capítulo. Dessa forma, parte-se dos subsídios teóricos fornecidos pela intelectual para pensar nas relações de gênero e com a natureza no Porto Goio-Ên.

Moreira (2019) ao pesquisar sobre os balseiros em Itá, Santa Catarina, destaca que as mulheres desempenhavam vários papéis ligados à balsa ou de suporte aos balseiros. Muitas cozinhavam e preparavam os alimentos para a viagem, ficavam responsáveis pela casa, pelo cultivo da agricultura de subsistência e pelos filhos, além disso, algumas mulheres auxiliavam na preparação da balsa. Moreira (2019) destaca que havia as mulheres que navegavam acompanhando os maridos, outras descarregando madeiras, inclusive, em relato de um ex-balseiro, a historiadora foi apresentada a uma fotografia com uma lancha para remorque denominado de Marcia, em homenagem a uma mulher que morreu no rio, durante o trabalho com as balsas. No Porto Goio-Ên foi encontrado apenas um relato de uma participação feminina em viagem nas balsas, entretanto, a entrevistada alega que ouviu falar sobre e não se recorda o nome da balseira.

Considera-se a importância da atuação feminina nas demais atividades relacionadas diretamente às balsas, que envolviam embalsamar a madeira, organizar as toras e tábuas, em que há diversos relatos da participação feminina. Além disso, percebe-se as diversas atuações das mulheres residentes das margens do Rio Uruguai, considerando os conceitos debatidos de divisão sexual do trabalho e a relevância da participação feminina nas atividades econômicas no município, mesmo que de forma indireta. As percepções das mulheres sobre o meio ambiente, seu cotidiano e trabalho, serão expostos nas próximas páginas.

3.6 A HISTÓRIA DO GOIO-ÊN ATRAVÉS DA PUBLICAÇÃO DAS MEMÓRIAS DE DILETA

WINCKLER

No livro organizado por Carla Pinsky, sobre as fontes históricas, Vavy Pacheco Borges (2008), aborda a questão da reutilização das biografias como fontes históricas. A autora percebe que na autobiografia, é possível penetrar na intimidade da pessoa já desaparecida. Esse penetrar ocorre através da “escrita de si” ou de “produção de si”, que revelam a intimidade do biografado.

Lígia Maria Leite Pereira (2000) aborda a autobiografia como fonte histórica, considerando que para a autora, a autobiografia é um relato escrito pelo próprio narrador sobre sua própria vida, enquanto a história de vida se constitui como um relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, com a intermediação de um pesquisador. Lejune percebe a autobiografia como “o relato retrospectivo em prosa que alguém faz de sua própria existência, desde que ela coloque o acento principal sobre sua vida individual, em particular sobre a história de sua personalidade” (LEJUNE, 1975, p. 14 apud PEREIRA, 2000, p. 117).

Considerando as produções destacadas acima, os relatos de Dileta Winckler não se constituem como uma autobiografia, pois, apesar de que em poucos momentos a escritora relata aspectos de sua vida, de forma geral, seus escritos são muito mais suas percepções e vivências enquanto residente das margens do Rio Uruguai. Embora apresente aspectos próprios da autobiografia, como a escrita em primeira pessoa, ao considerar as distinções propostas por Lejune, os escritos de Dileta se constituem muito mais como memórias, de acordo com o autor, para distinguir autobiografias de memórias, deve-se perguntar a intencionalidade por trás do documento: “o autor quis escrever a história de sua pessoa ou a de sua época? Nas memórias, o autor se coloca como testemunho de seu tempo (LEJEUNE, 1971, p. 15 apud PEREIRA, 2000, p. 124).

Reitera-se as discussões levantadas anteriormente sobre as intencionalidades por trás das fontes históricas, as quais devem ser consideradas e questionadas pelos historiadores, e percebe-se que o historiador deve compreender o contexto que produziu a fonte histórica analisada e ter cuidado para não se submeter a fonte, a observando como verdade. Dessa forma, ser historiador exige que se desconfie das fontes, das intenções de quem a produziu,

percebendo-as com um olhar crítico (BACELLAR, 2005), as memórias analisadas também devem ser percebidas através de suas intencionalidades e contextos.

As percepções entorno da memória para Portelli (1997) permeiam a concepção de que as memórias são interpretações, considerando que, através do acesso às memórias os pesquisadores criam suas interpretações em cima das interpretações sobre o passado de alguém, além das interpretações dos leitores. Dessa forma, considerando que a neutralidade científica não existe, deve-se considerar a subjetividade e as interpretações existentes, por isso, contextualizar as fontes históricas constitui extrema importância. Dessa forma, Portelli (1997) percebe que a memória pode ser socialmente elaborada, mas também expressa intencionalidades, carregando eventos que foram escolhidos para serem guardados, além de que, na expressão da memória, como no caso, as memórias escritas, há ainda que se considerar as escolhas do que se quer contar e o que não se deseja apresentar aos leitores.

Conforme apontado no início do capítulo 4, uma das formas de investigar a relação entre mulheres e natureza, é partir de relatos das próprias mulheres sobre o meio circundante. Dessa forma, os relatos deixados, contribuem para perceber as percepções das mulheres sobre o Porto Goio-Ên, principalmente considerando a comparação com as fontes orais e atentando-se às generalizações possíveis.

A publicação foi denominada de “Relatos: os balseiros do goio-ên”. Foi encadernada e copiada, de forma que uma investigação sobre o paradeiro de suas cópias levou a dois locais: uma cópia está situada no restaurante nas margens do Rio Uruguai que deixa a cópia no caixa do restaurante, como atrativo para os clientes lerem enquanto aguardam o atendimento. O segundo local em que a cópia foi encontrada foi no Museu Recanto do Balseiro em Itá, Santa Catarina, iniciativa de Nilo Brand, neto e bisneto de balseiro, fundador do Museu. A imagem 12 representa a capa do livro escrito o qual intercala partes manuscritas, datilografadas e imagens.

O fato de tratar-se de uma mulher que sabia ler e escrever para o período, pode representar certo poder dentro daquela sociedade, considerando que poucas eram as mulheres que possuíam acesso a esses conhecimentos. Dileta escreveu suas memórias aos 86 anos e publicou-as no final do ano de 2020. Além disso, considerando o exposto ao longo da presente dissertação, no Porto Goio-Ên havia a presença de diferentes grupos sociais da região. As bibliografias da região, em geral, apresentam o trabalho balseiro como exercido por famílias

pobres, o que levou a falsa percepção inicial da existência de um senso de pertencimento generalista por parte das mulheres residentes do local. Entretanto, Dileta (2020), por exemplo, revela que possuía funcionária para cuidar dos trabalhos domésticos e do cuidado com as crianças. Ao mesmo tempo, as fontes orais apontaram para mulheres de diferentes classes sociais naquele espaço, conforme discutido no início do capítulo. Dessa forma, considera-se as experiências femininas distintas nas margens do Rio Uruguai, percebendo a escritora dos relatos como uma mulher com certos privilégios dentro da estratificação social do Porto Goio-Ên, observa-se a capa do livro na Imagem 12.

Imagem 12 – Capa das memórias de Dileta Winckler



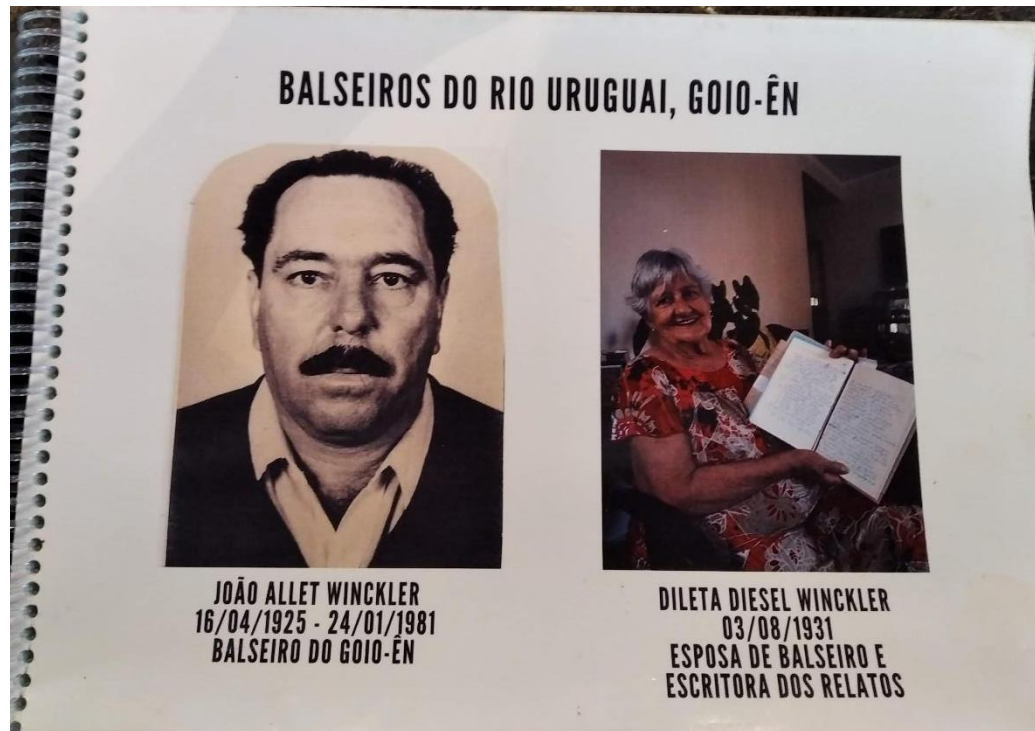
Fonte: acervo do Laboratório Fronteiras.

A contracapa do livro há duas fotos, Imagem 13, uma da escritora, Dileta (2020) e uma de seu marido. Não apenas em seu livro, mas em entrevistas solicitadas sobre os balseiros, no documentário *O Goio-Ên Transbordou* (2014)⁶, e nos relatos sobre a Dileta, a história do casal

⁶ O documentário “O Goio-Ên transbordou” produzido e dirigido pelos cineastas e jornalistas Cassemiro Vitorino e Ilka Goldschmidt (2014), aborda as percepções dos moradores antigos sobre a inundação do Porto em função da instalação da UHE Foz do Chapecó e aspectos da história do Goio-Ên.

aparece com frequência. Dileta Diesel Winckler e João Allet Winckler conheceram-se em função das balsas do Rio Uruguai. Mesmo na ocasião da morte dela no fim de 2021, o noticiário local que noticiou seu falecimento rememorou a história de amor relatada por Dileta (2020) em suas memórias (OESTE, 2021).

Imagem 13 – fotos de Dileta e João Winckler, na contracapa de seu livro



Fonte: acervo do Laboratório Fronteiras.

Ao fim de suas memórias a escritora relata a história do casal, os quais se conheceram em função das balsas. Ela se define como “esposa de balseiro e escritora dos relatos”. Em 1949 a balsa em que João Winckler estava foi danificada enquanto descia o Salto Grande, ficando parada em um remanso para conserto. Ela relata que “desde os quatorze anos assistia a passagem dos balseiros abanava desejava boa viagem, e aos dezoito anos conheci um balseiro e me apaixonei, casamos”. Em função disso, João e Dileta se conheceram, visto que ela morava às margens do Rio Uruguai. Nesse período, uma forma de começar namoro era nos bailes. E foi dessa forma que João e Dileta (2020) se conheceram, com a promessa de João Winckler de casarem-se após o retorno dele da viagem com a balsa, o que ocorreu um ano depois, em novembro de 1950, conforme a imagem 14:

Imagem 14 – Casamento de Dileta e João Winckler, 1950



Fonte: acervo do Laboratório Fronteiras.

A iconografia representa escolhas, no caso, a lida com as balsas significava muito para o casal, ao ponto de posarem para a foto em cima de uma balsa no dia do casamento. De acordo com Kossoy (2001), as fotografias partem do desejo de congelar em imagem uma parte do real, ou seja, as fontes iconográficas fazem parte de uma escolha. O relato de Dileta (2020) apresenta que João possuía a lida com as balsas como um ofício, não como algo temporário como a historiografia regional costuma abordar o ofício balseiro. Destaca-se o tamanho da balsa retratada, considerando que se trata de uma balsa feita de tábuas, possivelmente levada por lanchas. As balsas feitas de tábuas, também chamadas de remoques, eram compostas por “30 maços de tábuas com as dimensões de 5.50m por 30cm de largura, medidas convencionais para a formação de uma balsa de tábuas” (BELLANI, 1991, p. 79). José Matheus (2023) relata que nas lanchas transportavam cerca de mil e quinhentas a duas mil dúzias de tábuas.

A balsa da imagem, constitui-se em uma balsa composta por tábuas, não mais por toras, como havia sido as primeiras balsas. Na imagem, ao lado da balsa, acredita-se que por descuido, aparece um homem em um caíco, possivelmente um peão, o qual trabalhava na preparação das balsas. Ao fundo há mais homens trabalhando, visto sua posição na iconografia. Nos relatos há quem dizia que seria possível atravessar o rio Uruguai em cima das balsas nas épocas em que se esperava as cheias para descer o rio, através da imagem, pode-se inferir que há certa possibilidade de o feito ter ocorrido.

A primeira página com escrito elaborado por diletta, refere-se ao setor madeireiro e a importância do mesmo para a região: “Assim começou Chapecó. Desde Ita toda costa do rio Uruguai transportou madeiras”. Na imagem há uma propriedade rural cercada, representando a ascensão da propriedade privada na região, em que a colonização e o cercamento das propriedades rurais passou a ser a forma de perceber o meio ambiente em lugar da relação dos caboclos com o espaço era compartilhada, através do comum da terra (BRANDT, 2015). A escritora dos relatos representa os colonos que migraram para a região. No interior da propriedade é possível identificar a presença de bananeiras, as quais seus frutos, as bananas, aparecem com frequência nas entrevistas. Entretanto, percebeu-se que não se constituem como espécies nativas das fitofisionomias FOM e FED. De acordo com a EMBRAPA (s.d), o entorno dos rios no sul do Brasil conta com uma espécie compreendida como banana, a *Inga vera*, nativa da Mata Atlântica (Imagem 15). Investigou-se a possibilidade de os relatos tratar-se dessa espécie, entretanto, considerando os relatos de continuidade de vendas nos anos 1990, compreendeu-se que se trata da banana introduzida, já domesticada e produzida através das culturas.

Imagem 15 - *Inga vera*, nativa da Mata Atlântica



Fonte: acervo da EMBRAPA.

As construções representadas na imagem 16 são compostas por madeiras, contendo três no mesmo terreno. Aos fundos da imagem há a presença de mais uma casa, provavelmente de outra propriedade. A área no entorno da residência encontra-se bastante desmatada, pelo que se acredita ser espécies agricultáveis. Há a presença da cultura da cana-de-açúcar na imagem, outra espécie introduzida na região, e extremamente citada nas entrevistas, devido a seus usos como a confecção de melado, rapadura e cachaça. Ao fundo da imagem, há a presença de mata fechada, muito semelhante aos relatos dos antigos moradores de uma mata difícil de ser penetrada, ao questionar entrevistadas sobre a imagem, relataram a presença de Angico, Canela e Cedro. Entretanto, na imagem nota-se a presença de estrada larga em frente à residência. Nos relatos, há muitos casos de residências em que os caminhos que levavam até elas eram compostos por pequenas aberturas na mata, devido à dificuldade que consistia na abertura desses caminhos. O andamento da cerca aparenta leve inclinação no terreno, o que era desfavorável para o período, os relatos dos antigos moradores apresentam que havia a preferência por terrenos com declives acentuados para o desenvolvimento das atividades agricultáveis, o que se alterou ao longo do tempo para a preferência por terrenos chatos. Não aparecem animais na imagem.

Imagem 16 –



primeiras residências, conforme apontado por Dileta

Fonte: acervo do Laboratório Fronteiras.

Nos relatos dos antigos moradores da região, aparecem com frequência a diferenciação do início das balsas, para o período posterior. De início, eram utilizadas toras de madeira, muitas vezes preparadas pelos próprios balseiros, para em um segundo momento, constituírem-se de tábuas de madeira, as quais vinham das serrarias. A imagem 17, extraída do livro de Dileta, apresenta os primeiros momentos da extração da madeira.

Imagem 17 – extração da madeira



Fonte: acervo do Laboratório Fronteiras.

Observa-se, conforme apontado pela própria autora, a casa “coberta de capim e folha de coqueiro”, era moradia comum na época. Faz-se interessante observar também a espessura dos troncos registrados na iconografia, possivelmente recém derrubados. Os troncos aparentam terem sido derrubados como uso do machado. Nodari (2012) aponta como a fitofisionomia da Floresta Estacional Decidual, conhecida como “mata branca” foi aos poucos sendo alterada do uso do machado, do fogo e do motosserra. Conforme Nodari (2012), no início da colonização as técnicas para extrair as madeiras da região consistiam no uso do machado ou da serra, e as toras eram transportadas por tração animal, enquanto as árvores menores caíam, devido a derrubada das árvores maiores, e essas eram queimadas ou deixadas apodrecer.

Nelson Santos (2005) aponta para a importância das carroças no início do transporte da madeira, e como a atividade se constituiu em uma atividade de prestígio, apesar de na historiografia os carroceiros serem pouco lembrados. Conforme aponta Nodari (2012), a partir da década de 1940, o transporte para os locais onde havia estradas transitáveis começou a ser feito com caminhões e aos poucos as carroças foram substituídas, conforme a Imagem 18.

Imagem 18- Caminhões nas barcas



Fonte: acervo do Laboratório Fronteiras.

Dileta chama de “Chapecó dos pinhais”, o município no tempo em que havia a presença considerável da araucária na fitofisionomia da FOM, pelo contexto da foto utilizada pela autora, acredita-se que ela considera a década de 1950. Ela apresenta iconografias do transporte dos troncos para as serrarias, conforme a Imagem 19 abaixo,

Imagem 19 – Transporte para as serrarias



Fonte: acervo do Laboratório Fronteiras.

Para carregar as madeiras e transportar até as serrarias eram utilizados diferentes mecanismos. O tronco representado na imagem possui uma espessura bastante considerável, em comparação aos homens em seu entorno. Bellani (1991) aponta que o transporte de madeira, quer para serrarias ou pontos de embarque, até pelo menos a década de 1940 era feito em cima de montarias e carroças. Até a chegada dos veículos motorizados, representados acima.

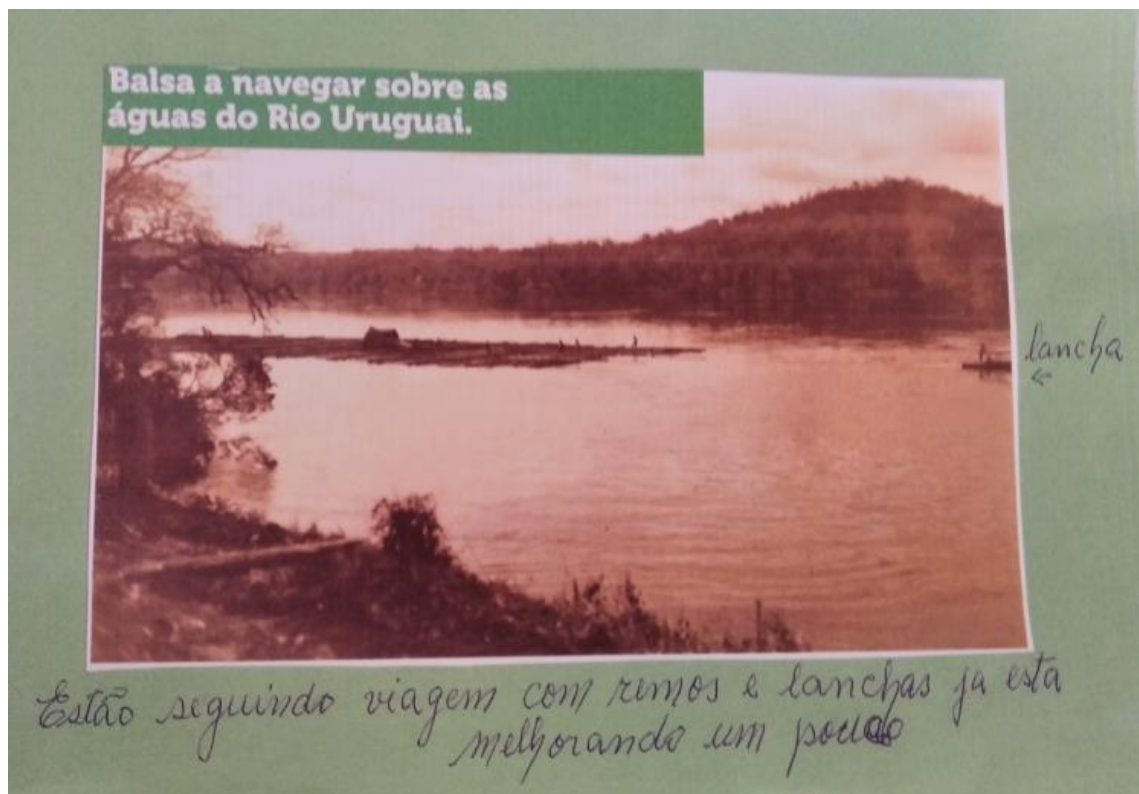
Nas páginas da escritora há relatos sobre o trabalho com as balsas, apresentando imagens de balsas e do Rio Uruguai. Na imagem abaixo, a escritora relata que “os balseiros esperavam o nível certo, a enchente para viajarem se não no salto grande era muito perigoso, não dava para descer”. O salto grande relatado pela escritora, era o Salto do Yacuman, o qual sempre aparece nas entrevistas como um salto temido, por exemplo, o ex-balseiro José Matheus (2023) relata que durante a passagem pelo salto, devido a rapidez com que a balsa descia o trajeto, era possível enxergar as árvores deitadas. Outro morador antigo da região do Goio-Ên ainda relata “depois tinha o salto grande, lá embaixo, um lugar perigoso né, lá tinha que entrá bem porque se entrasse mal, azar era espera em baixo os pedaços né” (PIRES, 2008).

O relato do agrimensor Beschoren (apud SANTOS, 2005) indica a angústia da espera por parte das mulheres dos balseiros, as quais aguardavam aflitas o retorno dos maridos,

explicitada no relato de Dileta Winckler, visto que, as mulheres estavam cientes dos perigos enfrentados por seus maridos na lida com as balsas.

Dileta relata a existência de “medidas de metrologia”, pontos marcados na mata do entorno do Rio Uruguai para indicar o ponto de balsa, ou seja, quando o rio estava cheio o suficiente para que a viagem fosse realizada. Essas medidas constituíam na subida do rio em cerca de quatro metros acima de seu nível normal. Dentro dos relatos de Dileta (2020) há um fragmento de uma reportagem sobre a família, em que apresenta que o filho dela, aos 13 anos, acompanhou o pai na descida do Rio Uruguai, alegando que existia um palanque que indicava o ponto de balsa. O ponto de balsa era noticiado também no principal jornal do município, logo, possivelmente se constituía em um momento importante para o município: “a enchente do rio Uruguai atingiu o ponto de balsa, isto é, passou de quatro e meio metros acima do nível normal. Ante ontem e ontem regular quantidade de madeira desceu para a República Argentina” (A VOZ DE CHAPECÓ, 28 de abr. 1940, p. 2). Em relação às viagens, Dileta (2020) apresenta em seus relatos diversas imagens das viagens com as balsas, inclusive, narra a mudança do ofício balseiro com o passar do tempo, com a introdução das lanchas, conforme a Imagem 20 abaixo:

Imagem 20 – Balsa sobre o Rio Uruguai



Fonte: acervo do Laboratório Fronteiras.

Conforme escreveu Winckler (2020) “Estão seguindo viagem com remos e lanchas já está melhorando um pouco”. Ela está se referindo ao começo da utilização das lanchas para as viagens com as balsas, isso é, conforme aponta Nelson Santos, houve a utilização de balsas com um comprimento maior que 120 metros, ou seja, o remoque (SANTOS, 2005). Devido ao tamanho dessas balsas e ao volume significativo de madeira envolvido, havia um barco a motor para auxiliar na condução. Entretanto, mesmo nessas condições a figura do prático era extremamente importante, pois cabia a ele uma comunicação constante com a lancha. Na imagem 21 que Dileta (2020) apresenta, há a presença de uma lancha circulada por ela, as que não possuíam motores para auxiliar nas viagens. Importante notar a forma como ela narra a história, como uma observadora distante. O Rio Uruguai é sempre agente de suas memórias, como no caso da Imagem 21, dos músicos que estão de passagem pelo rio.

Imagem 21 – músicos em um barco no Rio Uruguai



Fonte: acervo do Laboratório Fronteiras.

A presença dos músicos dentro de um barco atravessando o rio, não era um cenário raro nas margens do Rio Uruguai das décadas de 1940 e 1970. Os relatos apontam a frequência dos

bailes que aconteciam e, como já apontado anteriormente, a forte circulação de pessoas entre as margens do rio favorecia as idas e vindas de músicos da região. Além do seu testemunho envolvendo o Rio Uruguai, Dileta (2020) apresenta aspectos da história do município de Chapecó, como o episódio da enchente seguida da neve, em 1965. Aborda sobre o ofício de extrair areia do Rio Uruguai para a construção das casas de material no centro urbano de Chapecó. Dileta Winckler teve dez filhos, dos quais sete trabalharam para Victorino Zolet, primeiro fotógrafo com estúdio do município de Chapecó, dessa forma, esse elo pode ter favorecido a riqueza de acervo iconográfico nas memórias de Dileta (2020).

A família de Dileta Winckler deixou as margens do Rio Uruguai em 1965, em função da enchente, a qual arrastou casas, embarcações, balsas, e tudo o que havia no caminho. A lembrança do chamado “dilúvio” é muito frequente nas entrevistas realizadas, principalmente na memória feminina. Nas memórias da escritora Dileta Diesel Winckler há a presença de muitas imagens retratando a enchente, como a imagem 28, chamada de dilúvio nas entrevistas. Os desastres naturais e as perdas materiais impactam as mulheres de formas diferentes.

Imagem 22 – Enchente de 1965



Fonte: acervo do Laboratório Fronteiras.

Abaixo dessa fotografia, há a presença de um dos poucos discursos na primeira pessoa por parte de Dileta (2020). Ela narra que “Aqui estamos embarcando para vir a Chapecó. Com umas trouxas de roupa e nove filhos. Começar tudo de novo – com muita fé esperança e otimismo”. Ela apresenta uma imagem de uma caminhonete da família que ficou submersa “[...] perdemos tudo. Eu e Otavio – Delurdes – Mauro salvamos uma trouxa de roupas = e meus nove filhos ficaram na Igreja”. A casa da família ficou submersa, assim como a maioria das casas dos moradores das margens do Rio Uruguai. Na ocasião da enchente, o marido de Dileta (2020) foi atrás de uma balsa com uma lancha, enquanto o nível da água subia, Dileta e os filhos ficaram em sua residência. Durante a madrugada, percebeu que o nível da água chegava em sua casa, através de uma lanterna, levou os filhos a Igreja (Imagem 23), onde muitos moradores se abrigaram e procurou salvar os bens da família, como o dinheiro guardado no cofre.

Imagem 23 – Dilúvio de 1965



Fonte: acervo do Laboratório Fronteiras.

A convivência com o rio consistia em uma série de perigos, como as enchentes e os afogamentos. A existência das mulheres das margens do Rio Uruguai foge às prescrições de gênero do período, relatadas no início do capítulo. As mulheres conviviam frequentemente com a ausência de seus maridos, geriam suas residências e propriedades, desenvolveram seus saberes-fazeres como as práticas de cura, o ofício de parteiras, a alimentação da família, bem como suas vestimentas. Contribuíam para as atividades das balsas, e todas as demais atividades que existiam no Porto Goio-Ên, contribuindo para o desenvolvimento do município. O relato acima apresenta que as concepções de mulheres submissas aos maridos, passivas em relação às

próprias histórias não encontram fundamentos no cotidiano do Porto Goio-Ên entre as décadas de 1940 e 1970.

3.7 COTIDIANO E TRABALHO FEMININO NO GOIO-ÊN

Os subsídios teóricos discutidos na presente dissertação corroboram para a percepção de que a marginalização das mulheres e a destruição da biodiversidade são processos que caminham juntos, ambos fomentados pelo ideal de progresso. A ascensão da propriedade privada, o desmatamento em favor das madeireiras, as monoculturas, bem como a construção da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó, e o consequente alagamento do Rio Uruguai, proporcionaram a devastação da FOM e da FED na região, o que afetou os saberes-fazeres das mulheres do Goio-Ên.

Em relação às fontes orais, foram analisadas 59 entrevistas: 9 delas realizadas pela autora, com objetivo de preencher lacunas que as demais fontes históricas disponíveis não proporcionaram respostas, e 46 das entrevistas encontram-se no acervo do CEOM. Foram entrevistadas 6 mulheres entre oitenta e noventa anos, 2 filhas e 3 filhos de mulheres que se envolviam nas atividades, o número de entrevistados é maior do que o número de entrevistas, visto que, houve uma entrevista com a participação de três pessoas. Em relação às mulheres, há uma dificuldade em trabalhar com história oral, visto que, em geral, as investigadas apresentavam estranhamento ao serem questionadas sobre suas histórias, na maioria das vezes alegando que há homens “ainda vivos” que sabem mais. Dessa forma, houve a necessidade de aproximar-se das entrevistadas em um primeiro momento, explicar a importância de suas contribuições e demonstrar a relevância de suas memórias. Desse modo, compreendeu-se que ao trabalhar com grupos sociais que poucas vezes são solicitados como protagonistas da história, há que se considerar processos que envolvem acessar suas memórias. Dessa forma, as entrevistas realizadas duravam em média três horas cada uma.

Anteriormente às entrevistas e análise das fontes orais, fora realizada uma pesquisa exaustiva nos arquivos digitais e presenciais que pudessem conter fontes relacionadas ao tema. As ausências das mulheres nas fontes históricas encontradas nos arquivos também devem ser percebidas pelos historiadores, considerando as intencionalidades do que se pretendeu guardar

do passado. Tal consideração remete ao desenvolvimento do conceito de documento-monumento por Le Goff, o qual cita Marc Bloch:

Não obstante o que por vezes parecem pensar os principiantes, os documentos não aparecem, aqui ou ali, pelo efeito de um qualquer imperscrutável desígnio dos deuses. A sua presença ou a sua ausência nos fundos dos arquivos, numa biblioteca, num terreno, dependem de causas humanas que não escapam de forma alguma à análise, e os problemas postos pela sua transmissão, longe de serem apenas exercícios de técnicos, tocam, eles próprios, no mais íntimo da vida do passado, pois o que assim se encontra posto em jogo é nada menos do que a passagem da recordação através das gerações [BLOCH, 1942 apud LE GOFF, 1990].

Conforme Anamaria Venson e Joana Maria Pedro (2012), após as revoluções historiográficas e a utilização da oralidade, as possibilidades de investigar o cotidiano, as pessoas comuns e acontecimentos da vida privada, contribuiu para uma historiografia que considerasse sujeitos comumente excluídos dos discursos historiográficos, visto que, não se encontram nas fontes oficiais. A história oral possibilita aos historiadores adentrar domínios entendidos como privados, além de proporcionar a rememoração da experiência de constituição da sujeita por ela mesma. As autoras consideram que a memória e a oralidade são práticas permeadas por relações de poder, logo, o ato de rememorar é concebido dentro de uma relação de poder (VENSON; PEDRO, 2012).

A pesquisa é classificada como qualitativa, pois pretende focar em questões da realidade delimitada, sem preocupar-se com a interpretação dos números para compreendê-la, dessa forma procura-se compreender o universo dos significados, motivações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos “que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 2004).

O Manual de História Oral de Verena Alberti proporcionou uma metodologia minuciosa para realização das entrevistas, desde a preparação para as entrevistas, até o momento da transcrição. Conforme Alberti (2013), o roteiro da entrevista deve ser elaborado após a revisão bibliográfica do tema, para então construir um roteiro sistematizado e que aborde as lacunas sobre o tema na historiografia existente. A importância em analisar a produção já existente sobre o tema percorre todas as etapas da pesquisa utilizando a história oral, desde a elaboração do roteiro até o tratamento dos dados. Para tratar os dados coletados, é importante comparar as versões dos entrevistados sobre o passado, tendo como ponto de partida as fontes existentes sobre o assunto.

Alberti (2013) percebe que para evitar que o entrevistado seja induzido a responder o entrevistador deseja, se faz interessante construir um roteiro de perguntas abertas, para que o entrevistado fale sobre o que se pede. Dessa forma, o roteiro da presente investigação serviu como ponto de partida, entretanto, as perguntas eram abertas e a pesquisadora as utilizava de acordo com a conveniência do momento. Havia momentos em que os entrevistados se emocionavam, passavam a relatar fatos importantes que não estavam no roteiro ou divagavam por temas caros para eles, dessa forma, as entrevistas privilegiaram as falas abertas dos entrevistados, a fim de não se tornar algo truncado, mecânico e induzido.

No roteiro se faz importante também que o entrevistado tenha um momento de emitir sua opinião sobre a entrevista, a fim de “permitir que ele também faça um balanço do que foi dito e destaque aquilo que julgar importante” (ALBERTI, 2013). Esse momento das entrevistas se constituiu como um momento extremamente importante, em que as mulheres muitas vezes davam-se conta enquanto seres que possuem uma história. O discurso inicial de que não sabiam o que falar era substituído pela observação de que possuíam muito para falar. Houve quem sentiu saudades do período, houve quem trocou o discurso contra a imoralidade das mulheres da contemporaneidade para a observação de que talvez a atualidade seja melhor, houve quem emocionou-se ao pensar que as memórias que acabara de acessar estão submersas após a construção da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó.

A historiadora considera que é na realização das entrevistas que se situa efetivamente o fazer da história oral. Dessa forma, para iniciar a pesquisa convém entrevistar as pessoas com idade mais avançada, ou iniciar entrevistando os que possuam facilidade de acesso, podendo indicar novos contatos para serem entrevistados (ALBERTI, 2013). O primeiro contato com o entrevistado deve ser planejado, momento em que o entrevistador realiza um contato inicial por telefone, e-mail ou através de uma visita. Nesse momento o pesquisador deve explicar o propósito da pesquisa, o método que utilizará, assim como a importância da pessoa para a entrevista, esse momento fornece a formação de um vínculo de confiança entre entrevistador e entrevistado. Desse modo, previamente será informado ao entrevistado que a entrevista será gravada, haverá um termo de consentimento para ser assinado, a gravação será transcrita e após esses procedimentos será entregue ao entrevistado para sua avaliação (ALBERTI, 2013),

Dessa forma, compreende-se que utilizar a metodologia da história oral compõe uma série de etapas rígidas, as quais serão dispendiosas e requerem extremo cuidado por parte do pesquisador para não ferir princípios éticos da pesquisa com seres humanos. Conforme Alberti (2005), não se trata de sair com o gravador em mãos e pedir que as pessoas relatem suas vidas,

utilizar da história oral compreende saber os porquês, como e para que as entrevistas serão feitas, e exige também que os pesquisadores não adotem posturas ingênuas, como a de “dar voz aos vencidos”, as entrevistas são fontes históricas e como tais, constituem-se como documento-monumento.

Dessa forma, as fontes históricas proporcionaram a percepção do cotidiano das mulheres do Goio-Ên no contexto da exploração madeireira e escoamento da madeira via rio Uruguai. Ao longo das discussões teóricas, percebeu-se que o cotidiano é importante para análises que consideram meio ambiente e gênero, e ao esmiuçar o cotidiano deve-se levar em conta sua relação com todos os outros aspectos da realidade social, como a política e economia, visto que, as dimensões múltiplas das vidas das pessoas, o cotidiano, não se desprende das influências externas, bem como interage com elas. Dessa forma, nas entrevistas realizadas e a análise das fontes proporcionou perceber as atividades laborais ou demais atividades desenvolvidas pelas mulheres residentes nas margens do rio Uruguai, bem como as relações de gênero na localidade, suas repercussões nas relações familiares e conjugais, e suas relações com o meio ambiente.

Nas suas narrativas, as mulheres das margens do rio Uruguai evocam o tempo de antigamente, período que precede à enchente de 1965 que fomentou o êxodo rural na localidade. Esse tempo é percebido como tempo da fartura de alimentos e de convívio social, entretanto, considerando as investigações sobre a memória e suas falhas, observa-se as contradições dos discursos, em que aparecem muitas dificuldades, principalmente para as mulheres, além de dificuldades do cotidiano. Ademais, é importante frisar que havia diferentes classes sociais na localidade, as quais se relacionaram com o meio de formas diferentes e experimentaram as opressões de gênero de dissemelhantes formas.

Ao abordar a história do município de Chapecó, a figura do colonizador, eternizada no monumento do desbravador localizado na área central do município, é evocada pela memória local. O progresso econômico, as madeireiras, as serrarias, o Coronel Bertaso e as famílias que possuíam o prestígio local. Ao investigar as margens do Rio Uruguai o sujeito balseiro costuma ser frequente nos discursos e na memória local. Espera-se apresentar que para que o madeireiro existisse, era fundamental que o balseiro existisse, pois a madeira não poderia ser vendida sem a existência do último. Para que cinco a sete homens descessem o Rio Uruguai, era preciso que alguém coletasse cipó nas florestas alguns meses antes da amarração da balsa, por exemplo. Para amarrar as balsas, era preciso que o mergulhador e sua expressiva capacidade cardiorrespiratória adentrassem no rio, confeccionando os nós embaixo das balsas. Deve-se

considerar que grupos sociais distintos, mesmo que marginalizados, atuaram significativamente nas atividades ao longo da colonização do Oeste de Santa Catarina.

Entretanto, há agentes históricos que costumam não estar presentes na memória, nos discursos e, inclusive, na historiografia local: as mulheres. Para que os homens pudessem descer o rio em cima das balsas, foi preciso que as mulheres gerissem e trabalhassem nas propriedades rurais, garantindo a subsistência dos filhos. Para que todos os fenômenos da história do Oeste de Santa Catarina existissem, a presença das mulheres foi fundamental, desenvolvendo o trabalho doméstico não pago e permitindo a ascensão do capitalismo, cuidando dos filhos e da família, trabalhando em todos os setores, como na indústria madeireira, na extração da areia, na agricultura, no comércio. As mulheres estiveram presentes na história de Chapecó e do Goio-Ên, atuando de diversas maneiras.

Os trabalhos com menos prestígio social costumam ser destinados às mulheres, além da designação ao trabalho doméstico não pago e à maternidade, considerados naturais ao feminino. Soraia Carolina de Mello escreveu em sua tese “Discussões feministas na imprensa para mulheres: revista Claudia e o trabalho doméstico (1970-1989)” que a ideia de contrato sexual está atrelada ao conceito de divisão sexual do trabalho, em que os homens ficam encarregados do trabalho produtivo e às mulheres é designado o trabalho doméstico e reprodutivo, mas além disso, há uma assimetria nessa divisão, em que sempre o trabalho masculino é mais valorizado, mesmo quando homens e mulheres estão no mercado de trabalho, é através do contrato sexual que fica acordado entre as famílias, mesmo que de forma velada, que cabe às mulheres o cuidado com a casa e a família e aos homens o trabalho produtivo (MELLO, 2016).

Nos registros de nascimento do Goio-Ên realizados na década de 1950, a expressiva maioria das mulheres foram consideradas “do lar” enquanto seus maridos eram registrados como agricultores ou lavradores⁷, com apenas um caso de registro de operário. Entretanto, nas fontes orais é possível perceber que as mulheres trabalhavam diretamente com a agricultura, visto que, a agricultura de subsistência praticada no período não distinguia os sexos, nem faixa etária. A família toda contribuía para a atividade, resguardadas as crianças até por volta dos 7 anos.

⁷ O professor Carlos de Almeida Prado Bacellar (2005) escreveu no livro *Fontes Históricas*, organizado por Carla Pinsky, que apesar de que lavrador seja um termo que designa um proprietário de áreas rurais, ao analisar as fontes históricas é importante ter em mente que muitas vezes trata-se de trabalhadores rurais, agricultores. Nas fontes históricas sobre o Goio-Ên há a possibilidade de tratar-se de um agricultor de subsistência, como boa parte dos moradores das margens do Rio Uruguai do período.

As fontes orais relatam um certo prestígio social em casar-se com um homem “bom” e “trabalhador”, talvez, por esse motivo nos registros oficiais as mulheres não eram registradas como trabalhadoras da agricultura, e muitas vezes não se viam como trabalhadoras nas entrevistas, o que era contradito quando mencionavam seus afazeres diários, os quais envolviam majoritariamente a atividade. As entrevistas apontaram para o plantio de milho, feijão, mandioca, batata, arroz, batata doce, amendoim, abóbora. Tratava-se de uma agricultura diversificada, que consistia na utilização da coivara herdada pelos indígenas e trazia menos prejuízos ao meio ambiente.

Cleci Rotava, 78 anos de idade, reside no Porto Goio-Ên há 50 anos, entretanto sua relação com o rio é de longa data. Anteriormente, residia nas margens do Rio Uruguai, no lado do Rio Grande do Sul com sua família, onde nasceu. Rotava (2023) conta sua rotina na agricultura desde a infância,

[...] e as crianças com 7, 8 anos já iam pra lavoura. E eu com 8 anos, já na roça. E sabe o que que é lavrar com boi? Tu nunca viste? Nos pirambeiros segurar o Arado e os boi puxando [...] aquela ferramenta ia pra baixo e tinha que segurar para cima. Me... roçá, cortá com machado, serrá com aquele serrote, não tinha motosserra [...] Serrá madeira pra fazer casa (ROTAVA, 2023).

O período relatado por Cleci Rotava, quando iniciou nas atividades agrícolas, refere-se ao início da década de 1950. Apesar das pesquisas sobre a região que relacionam a modernização da agricultura com o período da ditadura militar⁸, percebendo a utilização de agrotóxicos, a introdução das sementes geneticamente modificadas e de máquinas para o plantio, principalmente na década de 1970, no Porto Goio-Ên as principais lembranças das mulheres remetem a agricultura sem uso de maquinários, nem agrotóxicos ou sementes modificadas. Acredita-se que devido ao declive acentuado do terreno nas margens do rio, assim como o êxodo rural que ocorreu após a enchente de 1965, a região não foi um foco dos extensionistas ou dos promotores do desenvolvimento rural do período. Nos relatos do período a principal ferramenta utilizada para desmatar as áreas era o serrote, referenciando um período

⁸ Sobre a modernização da agricultura e da criação de animais do Oeste de Santa Catarina, ver: ANDRIOLI, Marina. "**Celeiro Catarinense**": a agricultura e a paisagem do oeste de santa catarina nos planos desenvolvimentistas (1968-1979). 2020. 106 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2020.
CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de; NODARI, Eunice Sueli; NODARI, Rubens Onofre. “Defensivos” ou “agrotóxicos”? História do uso e da percepção dos agrotóxicos no estado de Santa Catarina, Brasil, 1950-2002. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 75-91, janeiro 2017.
SIQUEIRA, Gustavo. Os donos do “Celeiro do Progresso”: redes sociais e política (Chapecó, 1956-1977). (Dissertação de Mestrado em História). Florianópolis: UDESC, 2016.

anterior a motosserra, a qual acelerou o processo de desmatamento na região, principalmente após a década de 1960 (NODARI, 2012).

Considerando as décadas rememoradas pelas entrevistadas, e que ainda no ano de 1976, em Santa Catarina 83,34% dos imóveis rurais eram minifúndio, conforme relatório da Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária (EMPASC, 1976), trata-se de uma agricultura voltada ao consumo familiar, baseada em minifúndios, diversificada, a qual não necessitava do desmatamento de extensas áreas de terra, como para as monoculturas. Tratava-se das técnicas de plantio caboclos, de acordo as descrições sobre a agricultura elaboradas por Brandt (2015). Convém reiterar que os colonos que ocuparam a região Oeste de Santa Catarina foram atraídos para a região com objetivo de desenvolver a agricultura. Conforme aponta Nodari (2012), no início da colonização uma das justificativas para a derrubada das florestas era a limpeza do terreno para a agricultura de subsistência, não o potencial madeirável.

Dessa forma, faz-se importante destacar a centralidade da atividade da agricultura de subsistência no Goio-Ên entre as décadas de 1940 e 1970. Mesmo com a presença de atividades laborais, como a lida com as balsas e a extração da areia, a agricultura está presente em todos os relatos. Dentro da agricultura de subsistência há um esquema rígido para as mulheres, em que o casamento e a maternidade ocupam papéis fundamentais para a sobrevivência. Valmir Luiz Stropasolas (2004), discorreu sobre a importância do casamento considerando os valores culturais do campesinato no Oeste de Santa Catarina, em que casar-se relaciona-se a um papel fundamental na reprodução social do patrimônio familiar e na organização do processo de trabalho.

Diferente da agricultura, a qual era exercida por todos os membros da família, mas muitas vezes sob o comando da figura masculina marido/pai, exceto em sua ausência, as hortas consistiam em um espaço tipicamente feminino. Os saberes femininos sobre chás e ervas medicinais encontravam nas hortas seu laboratório, havia nesses espaços o plantio de diversos tipos de verduras para o consumo da família. Esse saber-fazer foi alvo de pesquisas recentes sobre a região Oeste de Santa Catarina, como de Daiana Varotto (2020), em que as hortas agroecológicas são identificadas como um espaço de resistência feminina, as quais proporcionaram trabalho e renda para as mulheres.

Na região do Goio-Ên, as transformações nos modos de vida foram intensas durante as décadas de 1930 e 1940, conforme a pesquisa com os antigos moradores da região elaborada pela modalidade da Educação de Jovens e Adultos da Escola Isolada Goio-Ên (1990). Na

década de 1950, intensificou-se a grilagem da terra dos caboclos, de forma semelhante ao que se discutiu no primeiro capítulo da presente dissertação. Nesse contexto, os caboclos reconstruíram seus modos de vida, articulando experiências passadas e as práticas sociais emergentes. Essas transformações na cultura ganharam expressão nos modos de produzir, na convivência e nas festas religiosas. Nesse sentido, um ofício tipicamente feminino era o de benzimento, as quais desenvolviam práticas de cura utilizando rezas e ervas naturais, muitas vezes o ofício era ensinado pelas mulheres caboclas ou indígenas.

O benzimento compreende um conhecimento ancestral sobre plantas em que se realiza produtos como chás, xaropes, garrafadas, infusões, aliadas a práticas espirituais. Trata-se de um saber-fazer muitas vezes transmitidos oralmente de geração em geração, que tem por objetivo a cura de infortúnios físicos, mentais, espirituais. Práticas de cura existiram na Europa, inclusive foram perseguidas pela Igreja Católica nas inquisições ao classificá-las como bruxaria, mas também há registros entre povos indígenas e africanos escravizados. Nas entrevistas é expressiva a utilização dos saberes-fazeres indígenas e caboclos do Goio-Ên para elaborar as práticas de cura, devido ao fato dessas mulheres conhecerem de forma aprofundada a flora da região.

As entrevistas relatam o benzimento como principal ferramenta de cura, pois os médicos disponíveis concentravam-se no centro do município e os valores cobrados eram exorbitantes, as entrevistadas costumam relacionar o preço das consultas pelos animais do período, os quais se constituíam como um dos principais bens da família, alegando que uma consulta equivalia a um boi. Dessa forma, as benzedeiras eram evocadas em situações de infortúnios diversos, em principal gripe, resfriado, vermes, amarelão, dores de cabeça e em bebês, para curar o refluxo e o choro contínuo que se acreditava ser causado pelo chamado susto. Os remédios naturais que aparecem nas entrevistas são a banha de porco, mel de abelha para fechar machucados e alguns elementos da flora local, como aponta a moradora antiga da região, Rita Fernandes da Silva 95 anos,

A mãe curava de rendedura uma pessoa que tem dor por exemplo hoje diz da coluna, mas as vezes é um machucado não é doença da coluna, ergue um peso e se machuca né ela benzia de rendedura, ela costurava, ela benzia de bicha, ela curava de amarelão, ela curava de hemorragia que dava nas mulheres na vagia... ela curava hemorragia ela não tinha o tipo de benzimento que ela não soubesse e benzia [...]

Rendidura a gente benze pega um pano novo, uma linha uma agulha e o nome do santo que cura chama-se Santo Furtuoso é o nome do santo o nome de Jesus Cristo eu benzo e coso a carne rendida, o osso quebrado e o nervo torto, daí a gente pergunta para a pessoa que tá aí primeiro faz a oração com o nome da pessoa, o que que eu coso a pessoa responde carne rasgada, osso quebrado e nervo e a gente costura carne quebrada, carne rendida, osso quebrado e nervo, com o nome do santo eu curo e coso dizer 3 vez a pessoa mal tem dor [...]

Os vermes exigem que eles tinham o benzimento dos vermes que tem verme que tá enrolado aí fazem a oração, aí eles saem daí a gente reza um pai nosso pra aquela criança e daí a gente benze que é aquela bicha braba que tá no corpo da criança que de 10, fica 9, de 9 fica 8, de 8 fica 7, de 7 fica 6, de 6 fica 5, de 5 fica 4, de 4 fica 3, de 3 fica 2, de 2 fica 1 e de 1 nenhuma daí que acabe ali e que não fique nenhuma no corpo daquela criança e como foi tirado a dor do corpo de Jesus depois da crucificação deixa a criança liberta de qualquer tipo de doença e torna a benzer 3 vezes (SILVA, 2023).

As doenças mais comuns relatadas pelas benzedeiras eram sarampo, catapora, varicela, tosse comprida (pneumonia). Na maioria dos relatos, o benzimento era passado pela mãe, havendo formas específicas de colher as ervas utilizadas para fazer as infusões, as ervas muitas vezes eram nativas e endêmicas da mata nativa, ou plantadas pela benzedeira, de acordo com a pesquisa de Rapczynski (2020). As práticas e os objetos utilizados no ato de benzimento possuem características singulares dependendo de cada benzedeira. Apesar das diferentes formas de realizar o ofício, Ben (2015) aponta que as características comuns das benzedeiras são a herança dos conhecimentos pelos antepassados, intensa religiosidade e fé em suas crenças, conhecimento sobre as propriedades medicinais das plantas. Geralmente trata-se de pessoas que não acessaram a instrução formal e utilizam-se de um conhecimento prático para realizar as curas. As práticas de cura, como apontado por Merchant (2019), envolviam conhecimentos femininos complexos, os quais foram descredibilizados pelo discurso científico. A importância das mulheres para o tratamento dos mais diversos males relacionados à doença era tamanha, que incluía muitas vezes a única possibilidade de curar-se.

Conforme Rapczynski (2020), o benzimento e o conhecimento sobre as infusões e uso das ervas para tratar doenças e aflições humanas não se constituía propriamente em um trabalho remunerado, mas em um saber-fazer, passado através das gerações. As entrevistadas relatam que não se poderia cobrar pelo benzimento, visto que, tratava-se de um dom, e como tal, não deveria ser usado em benefício próprio. Entretanto, como forma de agradecimento às curas realizadas, as pessoas presenteavam as benzedeiras com alimentos, tecidos, entre outros presentes. Faz-se importante reconhecer que os conhecimentos sobre as práticas de cura, bem como o ofício das parteiras, proporcionaram a algumas mulheres o reconhecimento como profissionais da saúde depois. Nos registros da Escola Isolada Goio-Ên (1990) os antigos moradores locais identificaram que a primeira enfermeira do Goio-Ên foi Terezinha Matheus e o primeiro posto de saúde construído no Goio-Ên foi no ano de 1970. Em entrevista com o filho de Terezinha, José Matheus (2023), foi possível desvendar os ofícios que a mãe desempenhou nas margens do Rio Uruguai, sendo um deles o de enfermeira do Posto de Saúde.

A família Matheus era envolvida no processo de fabricação das balsas, visto que, ele relata, nem todos os balseiros que desciam o rio se envolviam nessa atividade. A mãe de José Matheus, Terezinha, desenvolveu diversas atividades, quando residente das margens do Rio Uruguai no município de Itá, Santa Catarina, trabalhou como barqueira, interligando através do remo os dois lados do rio. Terezinha Matheus foi professora, parteira, enfermeira, além disso, também desenvolvia a agricultura de subsistência. Nas memórias é mais percebida como enfermeira, enquanto as atividades de parto Belinha de Deus é frequentemente lembrada.

A figura da parteira se constituía em uma figura de importância durante parte considerável da história do Oeste de Santa Catarina. Durante o recorte temporal investigado, entre as décadas de 1940 e 1970, o trabalho como parteira era fundamental para a sociedade da região. Considerando o Porto Goio-Ên e a forte presença da agricultura de subsistência, em que o trabalho reprodutivo das mulheres das constituía também força de trabalho para as lavouras, a importância dos conhecimentos das parteiras é frequentemente lembrada. Visto que, mesmo com a coexistência com os médicos do município de Chapecó, durante os anos 1940 até os anos 1970, as parteiras eram muito solicitadas para os partos do local, o que proporcionou inclusive alianças com os representantes da saúde pública da área urbana no município, como os médicos.

Dessa forma, apresenta-se que as mulheres do Goio-Ên resistiram a discursos que utilizavam a autoridade científica para diminuir saberes femininos. Merchant apresenta relatos que havia a disseminação da crença de que a prática da obstetrícia realizada por mulheres era desprovida de humanidade, o que resultou na diminuição do prestígio dessa profissão (MERCHANT, 2019).

A existência das alianças entre parteiras, benzedoras e curandeiras do município de Chapecó com postos de saúde e médicos, sendo distribuídos a elas, inclusive, medicamentos, proporciona a percepção da importância dessas mulheres para o período, mas mais do que isso, ao constatar as tensões entre esses saberes femininos e a medicina institucional, predominantemente masculina (MERCHANT, 2019), é possível perceber a resistência feminina às tentativas de submissão de seus saberes. Por algum tempo, a medicina institucional precisou aliar-se com as práticas que ela buscava combater. Além disso, percebe-se nos discursos das entrevistadas, que nas memórias femininas os saberes das parteiras são lembrados em detrimento dos médicos, há a predominância de discursos que alegam que havia menos intercorrências antes dos partos em hospitais.

Entretanto, não se trata de um discurso que encontra consonância entre todas as entrevistadas. Cleci Rotava (2023), por exemplo, rememora os partos difíceis, como de sua mãe:

A minha mãe sofreu sete dias em casa pra ganhar um filho. Daí não tinha nem como tirar de casa porque tinha que sair com carroça e boi. Meu Deus. Como dizia, a criança já tinha coroadado, daí diz que não pode mexer a mulher, né. A criança tá ali, sai ou não sai. E daí se mexer pode... Tanto morrer a mãe que filho. (ROTAVA, 2023).

Além de possuírem conhecimentos sobre os corpos femininos, o trato com as crianças recém-nascidas e atuarem no momento do nascimento da grande maioria dos nascidos no Porto Goio-Ên, a atividade das mulheres parteiras constituía também em um ofício que solicitava às mulheres grande mobilidade pelo espaço e relativa independência, visto que, muitas vezes se ausentavam por dias para os cuidados com as mulheres no puerpério. Os relatos dos antigos moradores da região abordam que era comum chamar as parteiras no meio da noite, algumas subiam em seus cavalos e percorriam o caminho até o destino do parto, outras, eram levadas para as mais diversas localidades. Nem sempre o destino era conhecido. Além da independência dessas mulheres e prestígio social, ainda havia o afastamento dos ofícios domésticos e de cuidado com os filhos em determinados períodos.

Percebendo as preocupações em torno da saúde, desde o início do século XX havia preocupações com a saúde e medidas sanitárias no Oeste de Santa Catarina, como incentivos a coleta do lixo e a proibição da circulação de animais soltos nas ruas no jornal local. Entretanto, a saúde era uma preocupação na época, Eunice Nodari (2009) aponta que muita gente morria sem possibilidade de atendimento, principalmente nas localidades mais distantes do centro urbano, como no Porto Goio-Ên. Conforme aponta Nodari (2009), na década de 1940, a febre tifóide foi uma das doenças que mais afetou a população, considerando um cenário que convivia com a falta de médicos ou a impossibilidade de bancar um tratamento médico. Nas entrevistas com a população antiga do Porto Goio-Ên são frequentes os relatos de adoecimento, principalmente de crianças.

Em relação ao cuidado com doentes, constitui-se como uma prescrição de gênero, de forma que está atrelada à feminilidade. Nas entrevistas as moradoras relatam que além do acúmulo de funções entre os serviços domésticos, maternidade, agricultura e as atividades que cada uma se ocupava, cabia às mulheres o cuidado com as pessoas que adoeciam, independente da relação de parentesco, sendo suas atribuições o cuidado com familiares delas e de seus companheiros. Nas entrevistas a função é tão frequente ao ponto de que o passado se relaciona com o enfermo que estava sendo cuidado em determinado momento.

Conforme exposto por Maria Ângelo D’Incao (2010), nesse momento de ascensão do capitalismo, no caso da região, através das noções de propriedade privada, havia um empenho para vender prescrições de comportamento feminino que relacionavam o amor maternal ao cuidado, dessa forma, às mulheres cabiam sempre atividades absorventes no interior do espaço doméstico, havia ainda “por parte dos meios médicos, educativos e da imprensa na formulação de uma série de propostas que visavam ‘educar’ a mulher para o seu papel de guardiã do lar e da família - a medicina, por exemplo, combateu severamente o ócio e sugeria que as mulheres se ocupassem ao máximo dos afazeres domésticos” (D’INCAO, 2010, p. 230). Dessa forma, as mulheres do período nunca estavam sem afazeres, o que relatam, muitas vezes, a sobrecarga mental que envolvia a ocupação frequente. Em algumas entrevistas tais designações às mulheres foram chamadas de “ditadura”, “regime” ou “machismo”. Em outras, há lembrança do período com carinho, destacando as dificuldades enfrentadas pelas mulheres, mas apontando suas forças.

Como discorrido no segundo capítulo, cada vez mais, ao longo da primeira metade do século XX, a derrubada da madeira intensificava o ritmo das derrubadas e da destruição das matas. As máquinas usadas para a serragem e as técnicas de ordenamento da madeira nas balsas, transportadas pelo Rio Uruguai a partir de 1920, apressaram as transformações do espaço e também a paisagem da região, ou seja, alteraram a estrutura e os significados do espaço, dos modos de viver. Nas entrevistas as mulheres não se lembraram da existência de serrarias no Porto Goio-Ên e em todas as entrevistas há a menção do uso da *Araucária angustifolia* para confecção das balsas, mas trazida dos municípios de Xaxim e Xanxerê, em Santa Catarina. As principais madeireiras que utilizaram o rio Uruguai para transportar a madeira foram a Colonizadora Irmãos Lunardi e Indústria de Madeiras Tozzo SA, além de madeireiras de fora da região, principalmente de Passo Fundo. Nas entrevistas não há a menção de participação direta da Colonizadora Bertaso S.A. nas atividades balseiras. Além disso, a Colonizadora Irmãos Lunardi e a Indústria de Madeiras Tozzo SA, também se relacionavam com a atividade balseira, em um sentido de enviar as madeiras e buscá-las em São Borja, no Rio Grande do Sul.

A moradora da região Cleci Rotava lastima o desmatamento do período, constituindo-se em um dos poucos casos entre as fontes históricas de percepção sobre época pensando na destruição da mata e não a percebendo apenas de forma utilitarista, conforme aponta (2023),

madeira do mato. Era canela, de cabreúva, cernica, canjarana. Um monte de madeira e tudo tiraram. Tem hoje no mato aí, tem nos lugares que eles iam cortando as madeiras e faziam tipo uma careira e iam rolando elas. Até no rio pra fazer as balsas pra ir pra São Borja, pra Argentina [...] o pessoal foi destruindo, destruindo tudo (ROTAVA, 2023).

Ao iniciar a pesquisa, a abordagem, devido ao recorte espacial e temporal, centrava-se em perceber uma narrativa que compreendesse as percepções e atuações das mulheres do Porto Goio-Ên, enquanto uma categoria social. Entretanto, durante a investigação constatou-se que se trata de uma sociedade com estratificações sociais baseadas no gênero, raça e classe. A divisão sexual do trabalho, que compreende o trabalho gratuito feminino no interior do ambiente doméstico, possui especificidades em relação a raça e a classe (HIRATA, 2014). Conforme apresentado no início do presente capítulo, uma das famílias que mais possuíam terras no Goio-Ên e enriqueciam com a atividade balseira, não residia na localidade e as mulheres daquela família dedicavam-se ao ambiente privado do lar, aos concursos de beleza e aos encontros das mulheres das famílias mais abastadas. Essas mulheres possuíam auxílio de empregadas domésticas nas funções tidas como femininas, as quais, como discorreu-se anteriormente, não estavam inclusas no ideal de domesticidade e feminilidade, pois mulheres pobres sempre trabalharam fora de seus lares (DAVIS, 2017).

Na estratificação social do Goio-Ên e da atividade balseira, abaixo dos proprietários de colonizadoras, madeireiras e serrarias estavam os práticos das balsas, os quais possuíam conhecimento sobre o rio e guiavam as viagens. Geralmente, os práticos recebiam a madeira, embalsamavam-na, montavam as balsas e contavam com o trabalho de peões das mais diversas localidades, os quais viam uma oportunidade para receber algum dinheiro. Nesse contexto, as mulheres costumavam possuir relativa liberdade em comparação às mulheres das famílias dos colonizadores e donos de madeireiras e serrarias, mas acumulavam suas obrigações externas às obrigações voltadas ao espaço familiar.

Essas mulheres relatam suas atividades: trabalhavam na agricultura, a qual devia servir aos peões da família que muitas vezes residiam um tempo em seus galpões, gerenciavam o lar e ocupavam-se das atividades domésticas e de cuidado com os membros da casa, muitas vezes designando funções aos filhos, em especial as filhas mais velhas. Esse grupo social compreendia mulheres que atuavam diretamente na atividade balseira, auxiliavam no momento de descarregar a madeira, carregavam tábuas, preparavam as quadras, embalsamavam a madeira, alimentavam os peões que trabalhavam na atividade e cuidavam de toda as funções relacionadas às balsas na ausência de seus maridos.

Interessante mencionar quem eram esses peões que trabalhavam para essas famílias. Na atividade direta com as balsas não foram encontrados relatos da participação feminina desse estrato social, o qual consistia na mão de obra cabocla da região ou das redondezas. As mulheres desses homens não se encontravam dentro do segmento social que as restringia ao lar, visto que, seus companheiros dependiam de atividades sazonais e consistiam em mão de obra barata.

Dessa forma, as mulheres casadas com os peões tinham seus ofícios externos ao lar, como professoras, areieiras, lavadoras de roupa, alimentação dos caminhoneiros que aguardavam a passagem para o Rio Grande do Sul através da barca. Havia casos de mulheres que trabalhavam nas casas das famílias dos práticos ou das famílias mais abastadas da localidade, desenvolvendo as atribuições tidas como naturais das mulheres, como o cuidado com as crianças, a alimentação para todos e o trabalho doméstico, mas como pontua Davis (2017), as mulheres negras precisavam primeiramente cuidar dos filhos dos outros, depois de seus próprios filhos.

Em relação ao acúmulo de atividades por parte das mulheres residentes das margens do Rio Uruguai, como as mulheres caboclas, o trabalho externo ao ambiente doméstico por parte das mães proporcionava a delegação das atividades naturalizadas como femininas, como o trabalho doméstico, cuidado com os filhos, alimentação da família e gerencia da casa, para as irmãs mais velhas. Maria da Luz Mesnerovicz (2009), antiga moradora das margens do Rio Uruguai, aponta que durante a ausência da mãe para desenvolver as atividades laborais, os irmãos mais novos ficavam confinados dentro de casa, para que os demais desenvolvessem a agricultura de subsistência para a família, “eu nasci também nós morava lá nessa costa do rio, a mãe ia trabaíá, nós ficava em casa fechado, a mãe tinha uma casa grande de assoalho, daquelas mesmas tábuas que o meu puxava no Uruguai, ela ia lá pra cima da será trabaíá nós ficava fechado dentro de casa, os piqueno né”.

Além disso, os registros no cartório de crianças “morenas” apontam uma maior frequência de registro sem pai do que as crianças “brancas”. Os relatos analisados apresentam que muitas vezes essas mulheres não compreendiam a idealização de mulher para casar-se, apresentada no início do presente capítulo. Algumas vezes, essas mulheres eram chamadas de “mulheres da vida”, e cabia a elas o próprio sustento e a maternidade solo. O racismo presente nesse período, o qual fomentou a branquitude hegemônica presente na região, conforme discutido nos capítulos anteriores, é uma questão levantada pelo antigo morador da região, Gomercindo Figueira, o qual relata como era a vida na sociedade investigada enquanto caboclo,

no causo era bem difícil as pessoa morena, ele era mais preferido pra casá com uma morena porque, que sempre o moreno era bem mais pobre que os branco. E o rapaiz moreno pra casá cuma moça branca era muito difícil, porque tinha racismo. Porque que muitos baile ejístia, hoje não falam nisso, a moça naquela época não pagava entrada? Má tamém tinha que dançá cum tudo quanto era pessoa que aparecesse lá. No bom sentido, né, cum respeito, né. E muitos rapaiz moreno foram cunvidá uma moça branca pra dançá e ela não quis, porque o rapaiz era moreno e ejístia o racismo [...]

Que o moreno memo ele era mais desdexado das coisa. Parece que dexava as coisa rolá, caprichavam menos, por causa que já eram meio desprezados. Até tem um ditado que, esse ditado eu vi numa emissora de rádio, o cara disse que quando vê uma pessoa morena chegando diz anssim né “esse cara não chera bem”. Só porque ele é moreno,

porque ainda ejiste um resíduo de racismo. Má não ansim. Eu gostaria que os morenos caprichassem, de chegá lá e sê bem recebido e mostrá que sê bão não ocupa lugar e é muito bão sê bão [...]

Eles gostavam mais que a moça branca se casasse com branco, porque eles achavam que o branco era mais trabaiaador que o moreno. E aí esse é o ditado [...]

Falavam assim, “ó minha fia, tu não me dês bola praquele moreno lá que eu vo te dá uma tunda de laço. Tu tem que procurá um rapaiz fio dotro branco pra tu casá, que se tu dé bola pra quele lá, você vai entrá na cinta”. E falavam declaradamente “Tu não casa com aquele moreno”.

Eu sufri muito. Que daí eu sofri palavra de negro. E muitas veiz um rapaiz dizia pra gurua dele “ó, você não me dê bola pra esse negro aí”, eu sufri. Até uma veiz um rapaiz, até toco de saí do baile porque ele disse pra gurua dele, namorada dele que, se eu fosse convidá ela pra dançá, que ela não fôsse porque eu era negro. E daí eu fui lá, e daí dançá com essa dita moça, só que eu não pedi pra ele. E mandei ele ficá bem quietinho. Por isso que as veiz, vê um moreno se tocado é meio revoltoso, só que nada aconteceu, graças a Deus. Mais eu sufri o racismo. Até cheguei num ponto que casei cuma pessoa morena. Mas vi que os brancos gostavam dos moreno, só que tinha que sabê vive (FIGUEIRA, 2018).

Apesar de um relato de um homem do período, se buscou mostrar como se constituía a branquitude hegemônica na região (SOARES; ANDREOLA, 2018), o que repercutia nas experiências femininas. As mulheres caboclas não serviam aos ideais de mulheres do período, e sofreram as opressões de gênero concomitantemente com as opressões de raça e classe, apesar de possuírem mais mobilidade social do que as mulheres burguesas, conforme discutido por Perrot (1988) em relação as mulheres pobres e burguesas da França do século XIX.

Em relação à agricultura, as mulheres indígenas atuavam nesse sistema de peonagem. Os relatos apontam que essas mulheres chegavam ao Porto Goio-Ên a pé, junto a outros indígenas. Possuíam medo dos caminhões frequentes no período, devido a atividade madeireira, e muitas vezes falavam pouco o português brasileiro. Os relatos apontam que vinham de Nonoai, Rio Grande do Sul, e buscavam o Porto para desenvolver a agricultura no sistema de peonagem, recebendo em troca do trabalho alimento e vestuário. Além disso, residiam por um tempo nas casas das famílias dos práticos ou pessoas mais abastadas da localidade.

Nesse momento, eram feitas trocas culturais significativas, como aponta o relato de José Matheus (2023), o grupo que frequentava anualmente a casa da família dele era comandado por uma mulher, a qual possuía forte domínio sobre os demais. Eles andavam sempre em fila indiana e ela sempre os guiava, ficando à frente. O entrevistado relata que essa mulher ensinava infusões e práticas de cura para sua mãe, parteira e curandeira da região. O entrevistado rememorou casos de cura por parte desses indígenas, como quando uma indígena se assustou com um caminhão, caiu e ficou cerca de três meses na residência da família sendo cuidada pelo irmão. A memória do morador local relembra os passos utilizados pelo irmão, o que despertava

curiosidade por parte da população local. Queimava-se uma planta da região, misturava com banha de porco e passava nos ferimentos da irmã, até que ela se curasse. Dormiam no chão e despertavam a curiosidade dos moradores. Em relação às frequentes trocas culturais apontadas nas entrevistas, faz-se interessante apontar a cultura híbrida existente no Oeste de Santa Catarina, conforme percebido por Eunice Nodari (2009) no livro *etnicidades renegociadas*, em que elementos culturais de diferentes origens, teuto, ítalo, portuguesa e indígena misturaram-se devido ao contexto regional da colonização, não apenas pelo acontecimento de casamentos interétnicos, mas também pela renegociação cultural.

Nos relatos Carolina Teixeira de Oliveira (2023), 82 anos, aponta que a fala desses indígenas que frequentavam o Goio-Ên assemelhava-se a língua falada pelos venezuelanos que migram para a região de Chapecó na atualidade. Há a possibilidade de que esses indígenas aprenderam espanhol nas missões jesuíticas, ou a comparação pode vir do estranhamento causado pela linguagem que não se compreende. Algo em comum em todos os relatos é a localização desses indígenas, os moradores antigos das margens do Rio Uruguai apontam que esses indígenas vinham de Nonoai, onde hoje estão aldeados, conforme apresentado no capítulo 2.

Além disso, muitos grupos indígenas procuravam o Porto Goio-Ên para vender artesanato, compreendido como balaio na região. Os relatos apontam que procurava-se aprender com eles essas práticas, como o cesto que era usado pelos pescadores e pescadoras das margens do rio para fisgar peixes. Segundo Berta Ribeiro:

Cestaria é o conjunto de objetos – cestos-recipientes, cestos-coadores, cestos cargueiros, armadilhas de pesca e outros – obtidos pelo trançado de elementos vegetais flexíveis ou semirrígidos usados para transporte de carga e armazenagem, receptáculo ou coador. Variam em tamanho, forma, decoração, técnica de manufatura, mas obedecem basicamente às exigências ditadas por sua funcionalidade (RIBEIRO, 1998, p. 38).

O contato com os indígenas mencionados anteriormente fornecia subsídios para o desenvolvimento das práticas de cura. Além de ensinar a fazer os artesanatos indígenas, como flechas, petecas, cestos em geral, também ensinavam a fazer remédios, “remédio do mato”, geralmente esses ensinamentos partiam de conhecimentos de mulheres indígenas sobre a natureza local e as curas. Não foram encontrados relatos sobre as relações das mulheres indígenas com seus corpos, mas acredita-se que possuíam relativo conhecimento e menos estranheza do que as mulheres colonas, visto que, culturalmente havia uma aproximação com

o corpo feminino e não um afastamento, muito proporcionado pela influência da religião ocidental, conforme percorrido no presente capítulo através das pesquisas de Merchant (2019).

Em relação a diferença de conhecimento sobre os corpos, nas entrevistas realizadas com as mulheres colonas há a frequência dos relatos sobre o tabu que havia em relação a temas como a menstruação, concepção, desenvolvimento dos seios, por exemplo. Mary Del Priore (2000) sinaliza a diferença de acesso à informação sobre os próprios corpos em relação a mulheres urbanas e rurais. Em relação as mulheres indígenas, a própria atividade de parto ocorria de forma mais funcional, de cócoras, e para isso havia um preparo. Além disso, Sagás (2016), observou a utilização de chás que facilitavam a atividade do parto por parte de indígenas Kaingang no fim do século XIX e início do século XX.

Ao pensar o conceito de corpo, percebe-se as formulações de Luciana Klanovicz (2008), a qual percebe que o corpo não pára de ser fabricado a todo o momento, ao estudar sobre o corpo é preciso “tornar questionáveis os gestos e as atitudes que ontem e hoje nos parecem familiares ou não. Pois o corpo é, ele próprio, um processo. Resultado provisório das convergências entre técnica e sociedade, sentimentos e objetos, ele pertence menos à natureza do que à história” (SANT’ANNA, 1995, p. 12 apud KLANOVICZ, 2008, p. 29).

Apesar do apontamento quanto as formas culturais de perceber os corpos, as quais se alteram ao longo da história, neste trabalho, em concordância com as teorias ecofeministas discutidas anteriormente, percebe-se o corpo feminino como natureza, apontando para os momentos em que foi afastado de sua composição enquanto natureza e transformado culturalmente em objeto, ou como algo impuro. Como uma pesquisa voltada aos estudos de gênero, as percepções culturais sobre o corpo são apontadas, mas também se considera relevante não cometer o mesmo erro que os a historiografia cometeu por tantos anos: o de afastar a todo custo os seres humanos de seu destino, ser parte da natureza.

Nos relatos dos moradores antigos da região, há entrevistados que relatam que aprenderam saberes-fazeres indígena. O comércio efervescente na localidade despertava interesse dos diversos grupos sociais e contava com grande circulação de pessoas. A circulação proporcionada pelo comércio no Porto Goio-Ên, pela travessia entre estados, para o comércio do setor madeireiro, para o trabalho com as balsas, o comércio areieiro, bem como compra de produtos produzidos na localidade, favorecia uma troca cultural significativa na localidade. Dessa forma, ao pensar em ruralidades corrobora-se com as percepções de Maciazeki-Gomes,

Nogueira e Tonelli (2016), que não se trata de um espaço bucólico e distante, em oposição ao urbano, mas sim, com suas um espaço fruto de uma construção social em interação com o local, assim como o global.

O entrevistado José Matheus (2023), aponta que por volta da década de 1950 estima-se 4000 habitantes no porto Goio-Ên, além da circulação diária de pessoas, “o Goio-En era uma cidade”. Para que a localidade chegasse nesse momento, em um primeiro momento houve a abertura de estradas, muitos tropeiros optaram por este caminho para a condução das tropas rumo aos mercados de Sorocaba. Durante o trajeto, pernoitavam em determinados locais, mas com prioridade do Goio-Ên. As moradoras mais antigas da região recordam dos tempos em que os tropeiros cruzavam a localidade, seguindo para São Paulo, conduzindo as tropas de mulas. Conforme descreve Carolina Teixeira de Oliveira (2023),

tinha muita tropa que passava lá no Goiô. Tropa de gado, tropa de cavalo, burro que ia para aqueles fins de mundo. Tudo era ali. Daí passavam na barca, outros iam na água para atravessar. E daí eles iam para ajudar a levar o gado, ajudar a levar os burros, os cavalos, que ia tudo para São Paulo, para aquela região. A passagem era aqui no Goiô. Então a gente se criou vendo todas essas coisas, né [...] Só quando o gado vinha, ele já vinha na frente. Aquele que vem avisando que tinha que se cuidar, porque o gado era brabo, né? Era gado de campo, que nem lá no Paraná tem ainda. Daí era para as crianças não ficarem na rua nem na beira da estrada, porque o gado refugava, né? E daí então nós ficávamos só na janela olhando. Quando nós éramos crianças, passava 400, 200, 500, tudo na barca. E outros que não refugavam, como eles diziam, eles iam pelo Uruguai. E daí os caiqueiros lá, os barqueiros, iam repompando o gado com o caique, que eles atravessavam o rio (OLIVEIRA, 2023).

Ainda sobre a passagem das tropas pelo Porto Goio-Ên, os relatos abordam que se tratava de tropas de bois e mulas. Há ainda quem rememora das tropas de porco, tratando-se do porco preto, que fornecia banha para a região (BRANDT, 2015). Trabalhavam cerca de 8 homens a cavalo para carregar as mulas, e no rio tinha os canoieiros para não deixar o gado sair da trilha. Havia os que conduziam os animais pelo rio Uruguai e os que utilizavam de transporte, conforme os relatos de Carolina Teixeira de Oliveira (2023). Além disso, a entrevistada aponta para a necessidade do cuidado, pois tratava-se de um “boi bravio”, considerando que o gado bonivo e equino se disseminou aos milhões na região dos campos gaúchos, após sua introdução no século XVI (BRANDT, 2015).

A circulação dos tropeiros, assim como dos balseiros aponta para a necessidade das mulheres substituírem o patriarca da família durante sua ausência, visto que muitas vezes a gestão do lar, o cuidado com a propriedade, o trabalho com a agricultura e criação de animais, e com os sustentos da família cabia a elas.

Dessa forma, a abertura dessas estradas e a atividade do tropeirismo tiveram consequências importantes para a região, como a atração dos moradores provenientes que foram se instalando e organizando pequenos povoados, como o Porto Goio-Ên. Os moradores que se fixaram na região foram estabelecendo relações comerciais com os tropeiros, principalmente fornecendo produtos para a alimentação, consumidos durante as viagens, como carne, banha, açúcar e cachaça. Importante perceber que a fabricação da cachaça apenas aparece nos relatos das margens do rio Uruguai em frente ao Goio-Ên, no Rio Grande do Sul. Um ofício tipicamente feminino que envolvia o cultivo da cana-de-açúcar era a fabricação de rapaduras e venda no Porto Goio-En ou para os caminhoneiros que esperavam a barca, ocupação citada pela antiga moradora da região Lídia Baú Treichel (2023), a qual ocupou-se da atividade durante a infância. Além disso, as ocupações com a agricultura são sempre constantes nas entrevistas, mesmo em relatos de mulheres que alegam que não desenvolviam a agricultura como a antiga moradora da região, Ana Aurora (2023), durante seus relatos é possível perceber que ao menos para o consumo familiar havia o cultivo de alimentos, de forma tão naturalizada naquela sociedade que era considerada “plantava pro gasto”, como algo corriqueiro.

Boa parte dos moradores do Goio-Ên durante o período eram caboclos, mas havia também colonos teutos ou ítalo-brasileiros. Dedicavam-se à pequena agricultura ou à mão de obra assalariada. Nas entrevistas, um ofício comum das mulheres caboclas era a lavagem de roupas e a extração de areia, ambas atividades no rio Uruguai.

O Porto Goio-ên contava, nesse momento, com forte comércio e maior circulação de pessoas. Havia hotéis, moinhos, vendas das mais diversas, igreja, salão comunitário e escola. Os moradores da localidade entendem que o nome vem dos indígenas, os quais estavam atravessando o rio e perderam um chefe, por causa das águas fundas e escuras e chamaram de poço fundo, conforme os relatos dos antigos moradores registrados no acervo da antiga Escola Isolada Goio-Ên, em 1990,

O nome de Goio-Ên, porque era um poço fundo, os índios queriam passar do lado de cá para visitar seus companheiros e como tinha a enchente, eles não conseguiram e disseram que tinham que fazer uma esteira para passar e começaram a de Goio-Ên que na língua indígena é poço fundo; foi chamado assim nos anos 30 (Escola Isolada Goio-Ên, 1990).

O relato acima foi fornecido por meio de um material encadernado encontrado na residência de um entrevistado, o material foi realizado na antiga Escola, hoje Escola Básica Municipal Goio-Ên, o qual apresenta uma pesquisa produzida pela direção, professores e alunos da Educação de Jovens e Adultos da Escola do Goio-Ên. Intitulado “histórico da comunidade

do goio-ên”, em que os alunos entrevistaram antigos moradores de forma informal e registraram trechos importantes das respostas. Há a possibilidade de muitos desses alunos que produziram a pesquisa terem sido balseiros ou filhos desses, assim como as mulheres terem participado da atividade ou das demais atividades expostas ao longo da presente investigação. Em relação às escolas, nem sempre as mulheres puderam frequentá-las, principalmente tratando-se de irmãs mais velhas, as quais eram atribuídas mais responsabilidades. Como aponta Cleci Rotava (2023) “Aula? Nunca na vida. Meu pai dizia assim, mulher não precisa estudar, quem tem que estudar é homem”.

Para frequentar a escola havia uma série de dificuldades imposta a todos, mas principalmente às mulheres, como menciona rotava (2023), “quando eu tinha que sair daqui ir lá no tope da serra, lá na serrinha, na aula, passava o rio, de pé descalço, de manhã, no frio. Eu lembro, acho que eu fui à aula, eu não sei se em toda a minha vida, eu fui dois meses. Começava aí, dois, três e não ia mais, tinha de ir pra casa, trabalhar”. Além do discurso de que não cabia às mulheres o estudo, havia também o acúmulo de funções nas famílias, os quais impossibilitavam a continuidade dos estudos, principalmente tratando-se da irmã mais velha, como aponta Cleci,

E eu, como mais velha, tinha que administrar os mais novos. Não queria trabalhar, passava o laço. Tinha que terminar o pedaço que o pai marcou lá, né? [incompreensível] era uma ditadura [...] chegava, mais ou menos, a hora certa que sabia que tinha que botar comida nos coxos pras vaca, tirar leite de tarde, tirar leite de manhã. Botar a panela e fazer a polenta. Naquela época, era a polenta, era o sagrado. Todo dia aquela panelão de polenta. E daí, eu ficava, meu Deus, já tinha que fazer a polenta. Já tinha que dar banho naquele mais novo. Já isso, já aquilo [...] 7, 8 anos. 7, 8 anos já tinha responsabilidade de uma pessoa grande. Eu tinha que fazer (ROTAVA, 2023).

As dificuldades mencionadas acima não impediam as mulheres de acessar os mais variados conhecimentos e nos relatos é frequente a valorização por cursos e aprendizados que puderam acessar ao longo da vida. Há quem apresenta conhecimentos profundos sobre a agricultura, como Cleci Rotava, sobre saberes-fazeres culinários, como Ada Dal Ponte, 87 anos, a qual possui a venda de massas como subsistência até a atualidade, ou como Carolina Teixeira de Oliveira, que aprendeu artesanato e passou a viajar ensinando em cursos. Havia também as mulheres que acessaram o conhecimento formal, como Dileta Winckler que escreveu seus relatos, Carolina Teixeira de Oliveira também encontrava em sua família apoio para se desenvolver na educação formal, devido a religiosidade protestante a qual a família confessava.

Em relação ao protestantismo, havia uma certa diferença para com a crença católica. Merchant (1980) destaca que, embora os principais líderes protestantes não tenham defendido mudanças nos papéis sociais das mulheres, eles promoveram mudanças significativas em

relação à vida doméstica das mulheres. As mulheres nos movimentos reformistas possuíam mais momentos de fala sobre as questões do governo da Igreja e envolviam a participação de muitas mulheres, ainda que grande parte desses movimentos defendia a subordinação feminina ao marido e ao espaço doméstico (MERCHANT, 2019). No Porto Goio-Ên, havia a presença de religiões protestantes, porém com menor adesão do que o catolicismo. A família da entrevistada Carolina Teixeira de Oliveira, conforme suas memórias, possuía menor rigidez para com as mulheres, diferente das outras famílias.

Dentre as mulheres que puderam acessar a educação formal, havia as que se tornavam professoras como Rita Fernandes da Silva, de 95 anos. As salas de aula eram compostas por alunos dos mais diversos níveis, de responsabilidade de uma professora. Era comum as professoras residirem na casa de uma família da localidade em que eram designadas para dar aulas. A professora Rita, mulher cabocla, a qual se autoafirma como tal, percebendo a categoria social como sinônimo de mestiço, por sua mãe ser indígena e seu pai europeu. Entretanto, ao observar a história de Rita, é possível perceber a aproximação de sua experiência enquanto cabocla, visto que, foi expulsa de suas terras devido a chegada dos colonos, além da religiosidade cabocla, presente no discurso dela a crença no Monge São João Maria.

Apesar de possuir certo prestígio social, por ser professora, e mobilidade no espaço público, frequentando, por exemplo, os cursos de formação para professoras que ocorriam na área central do município, os quais a levavam a dormir em hotéis. As atividades somavam-se às atividades comuns às mulheres do período, nas horas em que não lecionava, cuidava dos filhos, alimentava-os, costurava suas roupas. Também desenvolveu atividades agrícolas, e em consonância com as descrições do período, teve quatorze filhos todos nascidos em casa com o auxílio das parteiras. O marido de Rita atuou como peão nas balsas, e apesar de ela não residir no Porto Goio-Ên, o relato de Rita fornece indícios da vida dos peões das balsas, os quais desenvolviam a atividade de forma sazonal. Através dos relatos da professora aposentada, é possível perceber que a pessoa responsável por gerir a residência, inclusive financeiramente, era ela.

Nos discursos é comum encontrar as opressões de gênero vivenciadas, assim como as resistências. Não houve relatos de mulheres totalmente submissas, que aceitaram caladas seu destino. O que aparece nos discursos, com frequência, é o reconhecimento do acúmulo de funções às mulheres do período, a percepção das dificuldades, e o enfrentamento, sutil ou não, a figura do marido nas tentativas de submissão. As resistências femininas se deram de diferentes formas, mas sempre ocorreram (PERROT, 1988).

O trabalho de conduzir as balsas até a Argentina envolvia mais funções, como por exemplo, os balseiros transportavam produtos da região para serem comercializados, entre eles, a erva-mate, a rapadura, a cachaça e o açúcar, estes fabricados pelas mulheres. Adquiriam mercadorias da Argentina que eram trazidas para a região e comercializadas. Segundo relatos dos balseiros, além da diversão em boates, bares e outros estabelecimentos, aproveitavam para comprar produtos argentinos que na região o então não existiam ou mesmo eram desconhecidos, como: o pêssego em caldas, ameixa, azeite, roupas de couro e lã, calçados, perfumes, joias.

Nas entrevistas aparece a figura das “moças da vida”, as prostitutas, as quais são rememoradas tanto no Porto, quanto em São Borja. As mulheres entrevistadas alegam que elas ficavam isoladas da população, sendo que, se aparecessem em algum evento social, como festas, eram expulsas. Entretanto, tal atividade era procurada pelos homens do município, consistindo-se em uma forma de divertimento. Os bares em que ocorriam jogatinas eram bastante frequentados pelos homens do município, neles encontrava-se trabalhadoras do sexo, mulheres que muitas vezes estavam marginalizadas no sistema rígido do período. A presença da prostituição no Porto Goio-Ên é relatada nas entrevistas, além da presença da atividade nos Portos de destino, os próprios balseiros relatam que havia quem gastava todo o dinheiro nas boates. Inclusive, na música sobre as viagens com as balsas, interpretada por Cenair Maicá, mas de autoria de Barbosa Lessa (1978), o trecho “Quem se escapa deste golpe, chega salvo na Argentina. Só duvido que se escape do olhar das correntinhas”, faz menção as relações que ocorriam entre os balseiros e as mulheres Argentinas.

Nesses locais ocorriam brigas por mulheres e bebidas (HASS, 2013), o que reafirma os padrões de masculinidade vigentes, em que a violência era algo positivo, em oposição aos “frouxos”. A memória dos residentes da localidade sinaliza para o uso frequente de armamentos, o que era predominantemente de manuseio masculino, e dificultou ainda mais a vida das mulheres da região. Reitera-se a abordagem de gênero utilizada por Scott (1995), ao compreender que o gênero significa as relações de poder, dessa forma, em contextos violentos, como no recorte espacial e temporal abordado, as experiências femininas são diretamente atingidas. Ao longo da história, políticas e ações para controlar as mulheres legitimaram políticas estatais totalitárias em contextos de violências, por exemplo.

Enquanto homens eram incentivados à relação sexual com várias mulheres, e que comesçassem cedo, pois significava virilidade, e por esse motivo procuravam profissionais do sexo ou mulheres que não desejavam casar-se, a virgindade era característica extremamente valorizada, símbolo de pureza, que além de controlar a sexualidade das mulheres, reforçava as

desigualdades sociais, as mulheres mais pobres muitas vezes eram procuradas para esses homens satisfazerem seus desejos, mostrarem sua virilidade, desenvolverem sua sexualidade precocemente. Para casar-se, procuravam as mulheres virgens da mesma classe social que a sua. Quando se casavam, caso o homem desconfiasse que a mulher não era virgem, ele poderia pedir a anulação do casamento, conforme o Código Civil vigente (PINSKY, 2010).

A violência foi extremamente frequente nesse momento na localidade investigada. Não apenas pela expulsão das terras, mas os balseiros muitas vezes andavam armados para proteger as madeiras, há frequentemente relatos de tiros trocados. Dificilmente um homem não andava armado, o que dificultou ainda mais a vida das mulheres da região. Relatos sobre os piratas do rio, brigas de bar e roubo madeira são frequentes, bem como a defesa da honra por parte dos homens, que fundamentava a violência. Os relatos do uso da violência verbal e física contra as mulheres são uma tônica nos discursos. Embora houve menção a violência sexual, principalmente praticada por homens mais poderosos do município de Chapecó que possuíam relação com as balsas, foi algo que as entrevistadas não desejaram compartilhar com mais detalhes.

As mulheres possuíam diversas obrigações sociais, como aceitar dançar com os homens. Caso não aceitassem, poderiam sofrer violência física, o que era considerado justo frente a vergonha que fizeram o homem passar. Além disso, os relatos da violência doméstica são frequentes, o que será explorado mais adiante, ao retratar a instituição do casamento, conforme aponta o morador da região,

a maioria aceitava, se elas não aceitassem às vezes elas tomavam uma no rosto, era o carão que diziam que fica feio mesmo o rapaz tirar uma guria, porque a guria não tem obrigação de dançar bastante com um rapaz que ela não quer, mas uma peça ela é obrigada a dançar. Depois, se ela não gosta, não se agradou, ela tem que pedir para ele agradecer é o que elas faziam, porque elas tinham um outro preferente ou coisa assim. Então claro, o cara não ia se bobear tirar de novo (PICOLLI, 2008).

Após todos os conflitos, a terra do Porto Goio-Ên foi tomando outros significados, que para os caboclos era fonte de sobrevivência, para se transformar numa mercadoria ou objeto de negócio, possível de compra e venda. Pode-se perceber através dos relatos de antigos moradores que a abundância das matas, cobriam a maior parte das terras e foram fundamentais para os costumes dos caboclos. A região do Goio-Ên era uma região montanhosa e formada por “angico, cabreúva, ...”, grápia, carbiúba, anjico, ah tinha de tudo, loro, chamada madeira de lei nos relatos orais. Havia também presença da erva-mate mais acima, no que convencionou-

se denominar ‘tope da serra’. A mata das margens, por sua vez, consistia num impenetrável enredo de espinhos e cipós das mais diferentes espécies. Em meio a esta densa mata, a FED, os caboclos cultivavam seus pequenos roçados, criando seus animais tanto para o consumo, especialmente o porco, quanto para a realização de serviços mais pesados, sendo que cavalos, mulas e bois que eram utilizados nas atividades de coleta da erva-mate, no transporte de produtos dos roçados ou para os povoados vizinhos, para comercializar. Em relação a atividade de criação de porco tipo banha, em que consistia também em levá-los até os frigoríficos, havia mulheres que desempenhavam essa função, como Maria Insulina Nunes relata (2009), “Eu ajudava meu pai levá os porco, eu era mininota que nem aquela ali, eu já ajudava tocá os porco pra levá lá no Lajeado Grande [...] Era tocado pelo chão, um ia com o mío puxando grãozinho de mío assim e o outro tocando os porco”.

Até o início das atividades madeireiras, processo que se intensificou com a entrada das serrarias, nos anos de 1930, as densas matas costeiras ao rio Uruguai eram entrecortadas por pequenas picadas abertas a mão à base de foices e facões e por campinas, pequenas áreas desmatadas onde eram feitos os roçados e construídos os ranchos, essa atividade não é apresentada como dividida por gênero, e as mulheres relatam suas participações, pois muitas vezes mudaram-se com apenas a família.

Nos relatos, há a presença do cultivo do milho utilizado em larga escala pelos caboclos, nos relatos ainda há lembranças do milho colorido, antes da modificação da semente que unificou a coloração do milho e obrigou a compra de sementes anuais. O cultivo do milho é frequentemente mencionado nas entrevistas com as mulheres locais. Conforme relata Maria Insulina Nunes (2009) “Eu quando me casei fui morá lá embaixo na costa do rio, daí o meu marido foi três meis em balsa no rio, foi com a barsa, e eu fiquei com meus filho piquininho em casa, e puxava mío [milho] de cima da serra nós morava aqui em baixo, nós puxava de cargueiro [...]”.

A carne de porco, do chamado porco simples pelos entrevistados, que era o porco preto, ou porco de banha, era a carne mais consumida, mas a banha ainda era mais utilizada do que a carne. As mulheres relatam a confecção do charque, o qual era guardado mergulhado na banha para conservar.

Também havia o consumo de carnes provenientes da caça e da pesca e as frutas que desenvolviam espontaneamente, como relatado, a banana e a bergamota. Entretanto, as espécies não são nativas, convém desenvolver em trabalhos futuros um mapeamento das espécies, investigando sua introdução na região. Dessa forma, o vale do rio Uruguai teve uma importância

fundamental para a alimentação, visto que o solo apresenta uma fertilidade natural, segundo, pois a reação das águas do rio Uruguai às temperaturas frias produz, no inverno, cerração que atua como obstáculo à formação de geadas e que evita a destruição das árvores frutíferas e das plantações; e em terceiro, a potencialidade pesqueira do rio Uruguai e seus afluentes.

Ainda antes do desmatamento massivo na localidade, as espécies frutíferas da região forneciam alimentos para os peixes, conforme relatado. As fontes descrevem a grande variedade de frutos nativos mencionando as espécies: jabuticaba, cereja, pitanga, guabiju, ariticuns, goiaba, guabiroba. As mulheres trabalhavam em tendas, vendendo frutos para os caminhoneiros e viajantes que aguardavam a barca para atravessar o rio. Havia também famílias que se direcionavam para o centro urbano de Chapecó ou atravessavam o rio para vender as frutas.

Nos momentos em que ocorriam as enchentes, as balsas eram soltas e alguns caboclos arrumam serviços temporários, tomando parte das viagens. Os balseiros tinham que providenciar uma boa quantidade de alimentos para suprir as necessidades de consumo durante os oito ou dez dias de viagem até chegar ao destino. Além destes produtos necessários ao consumo, levavam excedentes para serem comercializados com os moradores nos povoados para onde dirigiam-se as balsas, entre os quais, a rapadura, o açúcar, a cachaça e a erva-mate. Em geral, esses alimentos ficavam a cargo do preparo por parte das mulheres.

Com a abertura dessas novas frentes de trabalho e de comércio, a produção de excedentes tornou-se uma necessidade. Foi preciso aumentar as áreas de plantio de milho que era destinado tanto ao consumo interno como farinha quanto para a alimentação dos animais utilizados nas serrarias. Com o aumento do consumo dos derivados do porco - carne, banha, toucinho -, foi necessário incremento na produção de milho para alimentar esses animais que não podiam mais ser criados soltos nas matas. Na medida em que as serrarias absorveram integralmente os peões, estes ficaram impossibilitados de produzirem seus próprios alimentos. A produção de excedentes tornou-se, dessa forma, uma necessidade, e foi levada a cabo por aqueles que não estavam ligados diretamente às serrarias.

As percepções sobre a terra e o rio Uruguai por parte dos homens e mulheres caboclos, assim como menor divisão sexual do trabalho e submissão feminina, deram lugar aos novos modos de vida e perceber o meio ambiente e o rio. Entretanto, tradições caboclas, como o uso de remédios naturais nativos e a culinária foram essenciais para a instalação nas margens do rio Uruguai, eram esses saberes fazeres tipicamente femininos. Além disso, a prática da pesca também se serviu dos saberes fazeres caboclos e indígenas, sendo que as mulheres também ocupavam-se da pesca, como forma de sustento e diversão.

Pescava o que viesse: giraba, dourado, traíra, todos esses peixes, jundiá e peixe miúdo, lambari, e diversos tipos de peixe miúdo, pegava o que... Dependia da isca que levava. tinha uns que preferem uma isca outros peixes não (PIT, Joarez, 2008).

“Aqui no rio Uruguai tem uma espécie de piranha que nós chamamos de Palumita, mas ela não faz mal nenhum ao homem, é um outro tipo de peixe que não é nocivo.”

“Aquele tempo tinha dourado que dava pra escolher, não é como hoje que o que vem tem que pegar”.

“Pegamos dourados de até 14 kg depois de limpo”.

Antes nós pegávamos peixes grandes para vender e os pequenos para comer. Mas os peixes acabaram porque nós não sabíamos, mas o pessoal de Chapecó vinha aqui e levava todo o peixe pequeno e eles não se reproduziam mais [...]

Uma vez chegamos a pegar 25 dourados, amarelou de dourados perto da balsa (Escola Isolada Goio-Ên, 1990).

Tinha a piava, tinha a tainha, tinha a pracañuba, o piavançu, o dorado, o jundiá, o pati. Aquele outro, o corimba, o dorado, o lambari, a joaninha, o cará, tinha o peixe-relógio. Tinha tudo essas espécie. E vários outro tipo que a gente não sabe o nome. Tinha o peixe-espada também (FRASSINI, 2008).

Os principais peixes mencionados nas entrevistas são, geralmente, grandes espécies migradoras: dourado (*Saminius maxillosus*), grutamã (*Prochilodus lineatus*), piava (*Leporinus spp.*), surubim-pintado (*Pseudoplatystoma coruscans*), bracañuva (*Brycon orbignyanus*) e cascudo-preto (*Pogonopoma sp.*). A pesca da espécie de peixe compreendida como tainha aparece com frequência nas entrevistas, e apesar da espécie ser reconhecida em Santa Catarina pela temporada no litoral, constitui-se em outra espécie de peixe. A taxonomia da tainha encontrada nas regiões litorâneas constitui-se na Família Mugilidae, Gênero Mugil e Espécie liza (LEMOS, 2015). Não foram encontradas pesquisas sobre a taxonomia da espécie conhecida popularmente como tainha do Rio Uruguai, mas antigos pescadores da região relatam que: “falam tainha, mas trata-se do campineiro” (ORO, 2019), “tem tipo de tainha é um peixe branco” “o que eu conhecia de tainha, era uma piavinha sem pinta, branquinha” (SIQUEIRA, 2023). “É esse mesmo que eu tô falando, é um peixinho aí de... os que nós pegava dava um meio quilo, um quilo, um quilo e alguma coisa, não é um peixe grande não! Muito espinho... O pessoal chama de tainha, agora... se ele tem um outro nome também não sei. Anda em cardume, é bem difícil pegar no anzol porque ele não corre, parece um lambarizinho, só dá umas mexidinhas na linha. Nós pegamo mesmo foi na tarrafa, né” (MOREIRA, 2023). Pescadores do Rio Uruguai apontam que o peixe era pescado utilizando o milho, o que chamavam de “ceva”. “Não é um peixe que dê grande, tipo tainha que nem eu conheço dá no máximo 20, 25 centímetros, meio fininho, como que vou te dizer, mais arredondado do que chat... tem dente, parecido com o dente da piava” “se o nome é tainha, não sei, mas chamam de tainha. Parecida inclusive com a tainha do mar, só a cor é mais branca” (SIQUEIRA, 2023). Tratava-se de uma espécie muito encontrada nas águas do Rio Uruguai em períodos sazonais.

As mulheres costumavam preparar esses peixes de diversas formas, produzindo o charque de peixe para armazenamento ou fritando e ensopando. Havia também mulheres que se dedicavam à venda do peixe frito, o que atraía os viajantes naquele período. Dentre as entrevistadas não foi comum em todos os discursos, mas haviam mulheres que também se dedicavam a pesca.

Conforme Brandt e Campos (2008), para os caboclos, a relação com a terra e os recursos naturais acontecia de forma coletiva, um exemplo é o mutirão, conhecido como puxirão, em que vizinhos ajudavam-se com as atividades agrícolas, principalmente na colheita e no período de trilhar, e após os trabalhos servia-se uma refeição a todos, seguida por festividades. Nessas ocasiões a divisão sexual do trabalho ocorria da seguinte forma, as mulheres e homens trabalhavam na agricultura e ficavam encarregadas preparar a alimentação para todos.

Inclusive, às vezes eu comento que, daquela época, os homens eram muito machistas porque, eles iam para a roça, a mulher tinha que ir para a roça carpir o dia inteiro ou plantar de máquina ou quebrar milho junto com o esposo. Quando voltavam para casa, o esposo se lavava e se sentava no sofá ou numa cadeira: mulher, tu esquentar uma água aí e prepara o chimarrão para mim, mas ele esquecia que ela tinha que fazer o almoço, que ela tinha que cuidar as crianças e ainda tinha que fazer o chimarrão e levar o chimarrão para ele, ele não lembrava será que ela tinha ido para a lavoura com ele desde manhã até o meio dia e que tinham voltado juntos? Mas eles eram machos: o homem é quem manda em casa, o homem não podia ajudar nem a enxugar uma colher, não, isso aí é serviço de mulher, hoje está mudado (TIZZIANI, 2018).

As mulheres relataram esse acúmulo de funções nas entrevistas, conforme pontua Maria Munarini,

E eu tinha que lavar roupa tempo daquela vez em pinhal tinha que lavar roupa no rio, tanque ninguém conhecia, botava uma tábua lá e lavar de joelho lá e sapecava o tatu e esfregava as roupas que não tinha nem escova, ninguém conhecia. O trabalho, as mulheres eram mais sofridas (MUNARINI, 2009).

Havia o cultivo e desenvolvimento de muitas variedades de frutas, destacando-se banana, mamão, laranja, bergamota, limão, lima, tangerina. Entretanto, a bergamota possuía um destaque central, pois a venda da fruta em tendas nas margens do rio Uruguai, bem como no município de Chapecó, proporciona o sustento de muitas famílias caboclas e muitas vezes consistia em um trabalho desenvolvido pelas mulheres e crianças. Dessa forma, observa-se que as mulheres caboclas da região dispunham de uma farta variedade de produtos que constituíam a dieta alimentar, desenvolviam a agricultura diversificada e consumiam os alimentos de forma sazonal.

De acordo com as entrevistas e as descrições encontradas no acervo da Escola Isolada Goio-Ên (1990), o milho era um dos produtos mais cultivados, utilizado para diversos fins, constituindo-se num componente alimentar dos mais importantes. A produtividade do milho, no vale do rio Uruguai, era muito alta devido à fertilidade do solo, sendo favorecida pelas queimadas dos roçados que deixavam uma quantidade muito grande de cinza, componente importante para o desenvolvimento das plantas, técnica conhecida como a coivara, saber-fazer indígena. A fertilidade do solo, aliada a esta camada de cinza, favorecia um rápido desenvolvimento do milho que, desse modo, antecipava-se à brotação dos troncos das árvores derrubadas e impunha-se sobre os arbustos e ervas daninhas.

Dessa forma, os caboclos obtinham excelentes colheitas e, considerando o baixo consumo, não tinham necessidade de plantar áreas muito extensas. Praticamente toda a produção era produzida na própria unidade familiar. A expansão do cultivo do milho ocorreu somente com a entrada das serrarias, quando o produto passou a ser usado para alimentação dos animais utilizados no arrasto das toras nas matas ou nos estaleiros. Na década de 1920, os caboclos não possuíam ainda enxadas, utilizavam foice e machado (Escola Isolada Goio-Ên, 1990).

Conforme Escola Isolada Goio-Ên (1990), o vale do Rio Uruguai, principalmente a região do Goio-Ên, era densamente coberto de matas, as quais comportavam inúmeras variedades de madeiras, além de uma diversificada fauna com aves e outros animais de pequeno e grande porte. Os moradores mais antigos recordam dos tempos em que desenvolviam a atividade de caça. As mulheres não relatam participação nessas atividades, mas o convívio com os animais alvo das caças, como a onça, são relatados e costumavam ser temidos. A circulação pelo espaço, a qual era frequente tratando-se das mulheres residentes das margens do Rio Uruguai, favorecia o encontro com esses animais, e não raramente as mulheres também precisavam enfrentá-los.

No Alto Uruguai havia 400 espécies silvestres na região do Goio-En, classificadas 46 são ervas rasteiras, 73 arbustos, 90 pequenas árvores, 116 trepadeiras, 50 árvores altas, 25 epítetos e parasitas. Ele identifica, entre essas, 400 espécies, 21 que se encontravam nas margens dos rios, 124 nas orlas das matas e 255 no interior das matas (Escola Isolada Goio-Ên, 1990). Anualmente, ou a cada dois anos, os caboclos derrubavam uma área nova de mato ou de capoeirão, para aí cultivarem o milho, o feijão, a cana-de-açúcar. Procedendo dessa forma, a terra entrava regularmente num processo de pousio, tempo necessário para uma recomposição natural. Neste intervalo de tempo, crescia uma vegetação rasteira, de fundamental importância para a recuperação da fertilidade do solo, evitando a erosão. A recuperação da mata de porte

elevado, no entanto, exigia períodos bem mais longos, principalmente no que se refere às madeiras nobres.

Roçavam as capoeira, queimava e colhiam tudo na mão, né. Tudo no braço. Isso aí. E puxado né, que muitos lugares não ia nem uma carroça com boi. Então puxava com cavalo, na costa. Muita dificuldade, né (FIGUEIRA, 2018).

As mulheres entrevistadas, independente do segmento social que faziam parte, trabalhavam com o plantio, desenvolvendo as mesmas atividades dos companheiros. A agricultura constituía-se como essencial para o desenvolvimento da comunidade do Goio-Ên, desenvolvida de formas diferentes, mas frequente no cotidiano daquela população. O cotidiano feminino, principalmente das mulheres teuto e ítalo-brasileiras, constituía-se em acordar por volta das cinco horas da manhã e preparar a primeira refeição do dia. O fogão ficava no chão e as panelas suspensas em ferros. Após a família alimentar-se, lavava-se as louças utilizadas e colhia-se a mesa. As louças eram lavadas em uma parte externa da casa, pois não havia encanamento de água nas residências. Após esse momento, as mulheres dedicavam-se a agricultura, até o horário de preparar o almoço. Dentre as mulheres moradoras da mesma casa, algumas continuavam desenvolvendo a agricultura, enquanto outras voltavam às residências para preparar o almoço da família. A lida com a agricultura continuava após o almoço, entretanto, algumas, entre as irmãs, ficavam responsáveis pela limpeza da casa. Nas horas vagas do trabalho na agricultura, ao anoitecer ou quando chovia, as mulheres dedicavam-se às atividades como a costura das roupas da família, das roupas de cama ou a ensinar tais práticas às filhas.

As mulheres caboclas desempenhavam diversas funções, relacionando-se com o meio ambiente em seu entorno. A disposição da erva-mate, proporcionou o trabalho com a erva-mate, a casa na beira do rio Uruguai, proporcionou o trabalho como lavadoras de roupa, as frutas disponíveis favoreciam a venda no comércio local, conforme aponta Therezinha Vieira,

Eu trabalhava, nós trabalhava na roça desde criança. Até quando que minha mãe morreu eu tinha oito ano, daí fiquei só com o pai. Só eu e o meu irmão. Daí se criei até dezenove ano. Com dezenove ano eu me casei. E daí nó...nóis trabaia na roça. Depois tabaiemo, viemo po porto, aí tabaiava lavando ropa. Fui po, lá pa tar de lixiguana tirá erva. Tabaiei quatro mês na erva.

Plantava arroiz, plantava mandioca, plantava feijão, plantava milho, batata doce, cove, verdura. Tudo. Plantava amenduim.

O excedente das plantações era trocado entre os vizinhos ou vendido no comércio local. O Porto goio-Ên com o passar do tempo e com o desenvolvimento da atividade

madeira, possuía mercados, hotéis e restaurantes, esse era o tempo analisado como tempo antes da construção da ponte e do dilúvio (VIEIRA, 2018).

Em relação à lavagem de roupas no Rio Uruguai, não foram encontrados registros iconográficos. Entretanto, para fins de ilustração, apresenta-se abaixo a Imagem 24 de mulheres lavando roupas no Rio Palmitos, sem data, na região Oeste de Santa Catarina, provavelmente para a família e não como ofício. Acredita-se que a Imagem 24 represente, aproximadamente, as décadas de 1950/1960. Observa-se que os filhos acompanhavam as mães em seus afazeres, assim como relatados pelas entrevistadas. Há ainda relatos de afogamentos em função da atividade de lavar roupas no Rio Uruguai.

Imagem 24 – mulheres e crianças na atividade de lavar roupa no rio



Fonte: acervo do CEOM.

Havia um forte comércio e circulação de pessoas no Porto Goio-Ên, com a presença de hotéis, restaurantes, armazéns, bares, o que possibilitou às mulheres a ocupação de espaços e o desenvolvimento de trabalhos externos ao ambiente doméstico, como a venda de rapaduras do outro lado do rio, frequente nos relatos das mulheres residentes no Rio Grande do Sul, onde era encontrado mais produção de cana de açúcar. Conforme pontua a moradora da região Lourdes Pavoski (2018), sobre as mulheres “todas elas iam na roça, a maioria. Dia intero”, começavam a trabalhar por volta dos 8 anos.

As cultura é tudo que se planta na colônia, feijão, milho, tudo, eu acho que naquele tempo não se plantava soja.

má da idade que eu comecei podê trabalhá daí dos 8 anos em diante daí eu trabalhava na roça direto.

Enquanto tinha as minhas irmãs mais velhas em casa elas faziam, lavá ropa, limpá a casa essas coisa, a mãe ficava a em casa, mas esses serviços assim de lavá bastante ropa, essas coisa a gente fazia. Minhas irmãs mais velhas até na hora de, de descanso, seria pra descansá, elas lavavam ropa pra fora pra daí ganhá um dinherinho porque era difícil né, não tinha, não tinha como.

quando a gente veio morá aqui, que casô, antes a gente morava um poco lá com o sogro né e, até que a gente saiu e chegô aqui né, daí fazia pão na hora do meio dia, lavava ropa tudo e voltava pra roça. Não tinha perdê tempo, era o dia todinho sem folga (PAVOSKI, 2018).

Lourdes passou a morar na beira do rio Uruguai em 1954 e conta que havia bastante movimento na região, como no salão comunitário, “Bem no início nem tinha salão, as festa era na vêra do rio pra baxo tinha um lugar lá que faziam festa né, quando era da, da padroeira, Nossa Senhora dos Navegantes, dava festa muito grande lá, mas era tudo fora assim, fazia copa em baxo da sombra tudo” (PAVOSKI, 2018).

As mulheres relatam que desempenhavam todas as atividades, na agricultura, na criação de animais, fabricação de alimentos como o queijo e a rapadura. Entretanto, os homens não realizavam as atividades compreendidas como femininas, “chegava em casa tinha que faze comida, faze almoço, é... dá de come pras criança, lava, dá banho e... a vida é isso assim”, conforme relata antiga morada local, Maria Munarini, havia o frequente acúmulo de funções para as mulheres (MUNARINI, 2009). Além das atividades citadas, a entrevistada menciona um dia de uma rotina comum para ela,

Quando que se levantava tinha que fazer o chimarron, faze o café, i tira leite, trata os bichinho, e depois ajuda pra ele né. Quando tinha o alambique enton aí ia lá ajudava, faze o alambique, quando ia na roça enton se ia na roça, planta milho, planta mandioca, planta (risos) de tudo um pouco pra vive né, fejon, tinha de planta de tudo pra vivê, não era só no alambique né (MUNARINI, 2009).

Até 1960, os contraceptivos não eram encontrados nas farmácias, ou seja, as mulheres brasileiras não tinham muito controle sobre a concepção, não tinham o poder de decidir sobre quando iriam viver a maternidade (SCOTT, A., 2017). No caso do Goio-Ên, muitas famílias necessitavam do trabalho agrícola para sobreviver, como era o caso das famílias dos balseiros. Nesses casos, ter filhos significava sobretudo força de trabalho, sendo que o trabalho relacionado a maternidade era incentivado, principalmente por tratar-se de famílias da área rural. Era muito comum as mulheres estarem constantemente grávidas, possuíam dezenas de filhos. O parto ocorria das residências e era realizados por parteiras, os cuidados para as mães

consistiam em pouca comida, cuidado com o sol e a chuva, não lavar a cabeça por um tempo. Para os recém-nascidos, as parteiras os banhavam e enfaixavam até os três meses de vida, acreditava-se que dessa forma, evitava fraturar membros, como costela, braços.

Ao abordar a relação entre ruralidade e gênero, Mary Del Priore (2000) escreveu sobre a diferença de percepção sobre a menstruação, em que “as mulheres da urbe podiam ler, ter instruções fora de casa por meio de revistas femininas, caso o assunto em casa fosse impossível ou incompreensível”, enquanto as rurais estavam mais isoladas das informações sobre seus próprios corpos. Nas entrevistas realizadas, as mulheres relataram desconhecimento sobre seus corpos, como espanto ao menstruar, relacionar o desenvolvimento das mamas com algum bicho, como carrapatos, desconhecer as práticas sexuais, a reprodução humana e, ainda, infecções sexualmente transmissíveis. Menstruação, puberdade, sexo e reprodução eram tratados como tabus, o que proporcionava um desconhecimento das mulheres sobre seus próprios corpos. Havia várias crenças relacionadas a menstruação, como apresentado pela entrevistada Rita Fernandes da Silva (2023),

a minha avó falou com o São João Maria, tinha uma filha que ia casar, chamava-se de Trindade, irmã da minha mãe, tava pronta pra casar, naquele tempo casava muita novinha né, ela tava com catorze ou quinze anos de idade e ia casar e minha avó foi e a minha vó foi lá e levou a guria né, ele olhou e disse assim pra minha avó: trate bem ela, trate bem dela, cuide dela, agrade bem ela pro casamento dela, fez assim e minha avó ficou em dúvida, né que ela morreu, quando fez uns quinze dias ou vinte dias depois antes do casamento, ela tava menstruada e naquele tempo não tinha banheiro, não tinha nada, era água de rio né, e ela foi e tomou um banho em um dia frio no rio, atacou sangue pra cabeça, estourou sangue pelo nariz, não deu pra acudir, porque não tinha médico, o dia que era para ela casar ela já estava morta [...] (SILVA, 2023).

As moradoras das margens do rio Uruguai, ainda relatam as restrições da liberdade que viviam,

E não tinha, não tinha liberdade também, na época as muié não tinha, as muié era mais sofrido na época, que do meu tempo o da mãe era pior, a gente não saia nem fosse aonde fosse a muié não podia andá sozinha né, tinha sempre ela era bastante... não tinha liberdade nenhuma.

não dexava saí sozinha em parte nenhum, não tinha veiz de í numa junção, só se era acompanhada, i na roça era mais escrava, os piá tinha mais liberdade, nessa nosso tempo era, e hoje já não, hoje ta mais livre né. Desde a ropa né, a ropa era tudo vestido pra baxo do joelho (MUNARINI, 2009).

Conforme pontua Munarini (2009), ao sair de casa, as mulheres deveriam usar vestidos longos, que cobriam os corpos e com mangas, não era aceito usar regatas. Também não era aceito que usassem calças. A entrevistada Carolina Teixeira de Oliveira (2023), pontua que ao

tomar banho de rio, que era mais restrito as meninas, elas deveriam ir vestidas cobrindo totalmente o corpo, para não correr o risco de desafiar os códigos morais de conduta feminina. As mulheres que desafiavam eram excluídas da sociedade, não conseguiam frequentar os ambientes de convívio daquela localidade. A Imagem 25 abaixo retrata uma mulher em cima da balsa, com as vestimentas adequadas para o período. Percebe-se que naquele momento a fotografia se constituía como um momento especial e planejado, logo, ela preparou-se para apresentar-se dessa forma, com essa vestimenta,

Imagem 25 - Mulher sobre balsa de madeira roliça, Rio Uruguai, 1935



Fonte: arquivo de Josefina Padoan Pasin apud Nelso Santos (2005)

As restrições não eram impostas apenas nas vestimentas, mas nas atividades de lazer também. Em muitos lugares as mulheres mais jovens só poderiam estar presentes acompanhadas por uma pessoa responsável. Algumas entrevistadas não puderam frequentar a escola devido a crença de seus pais de que não era local apropriado para as mulheres, como apontado pela antiga moradora da região Cleci Rotava, 78 anos (2023). As viagens com as balsas foram objeto de desejo de muitas moradoras das margens do rio Uruguai, como a senhora Ada Dal Ponte (2023) e Carolina Teixeira de Oliveira (2023) 81 anos, as quais auxiliavam em todo o processo, exceto na parte de descer o rio. Nos bailes, havia as mulheres que podiam

frequentar na companhia das irmãs, outras apenas com os responsáveis junto. Conforme relata Maria Munarini,

a gente não tinha liberdade de ir com as amigas, só acompanhada pelo pai ou pela mãe, os dois, tinha que ter uma companhia assim e tinha que ser tudo assim mas muito... era muito severo, o nosso tempo era bastante, era assim. Era uns bailinho, desde um de dia assim matiné que eles faziam nas casa de família, a gente não tinha liberdade de ir sozinha, saí com as outras amiga não tinha, então daquela época lá mudou, no nosso tempo era assim (MUNARINI, 2009).

Além das restrições, da agricultura e do acúmulo de funções, o cenário em que a vida doméstica das mulheres acontecia apresentava uma série de dificuldades para as atividades entendidas como femininas: para lavar louça, era preciso pegar água do poço, carregar até a residência e encher um tonel, pelo menos duas vezes ao dia, e era realizado fora de casa. Não havia água encanada, nem luz elétrica, de acordo com o relato dos antigos moradores, a eletricidade no Porto Goio-Ên chegou nos anos 1970, “Era só lampião. Querosene. Pegava e comprava naquela época querosene e ponhava no lampiãozinho” (VIEIRA, 2008).

Os alimentos precisavam ser consumidos rapidamente, ou conservados através das compotas ou mergulhados na banha de porco, como as carnes e peixes, “Comprava aos pouquinho. Que é, comprava um quilo ali, fritava. Fritava tudo e daí guardava nos pote, junto ca banha, pra daí tirá dali e esquentá” (VIEIRA, 2008). O fogo era no chão, pouquíssimas mulheres tiveram acesso ao fogão a lenha, que chegou muito depois do Goio-Ên. Para dar banho nos filhos e tomar banho, utilizava-se o Rio Uruguai ou os pequenos córregos próximos das residências. As casas eram muitas vezes construídas pela própria família com a madeira disponível na localidade, eram feitas toras, geralmente eram feitas de chão batido, algumas faziam assoalho. Um cenário comum no Goio-Ên eram as casas cobertas de capim e cercadas de cana de açúcar e milho, geralmente as residências típicas dos caboclos, muito semelhante a imagem 20 apresentada nos relatos de Dileta Winckler.

O casamento não era arranjado pelo pai, mas precisava de sua aprovação para ocorrer. Há muitos casos de mulheres que contavam cerca de vinte anos a menos do que seus companheiros. Havia uma série de etapas, que consistia em um namoro, solicitado e aceito pela família, em que não deveria haver toque físico. Depois, havia o noivado e o casamento. Após a cerimônia de casamento, os homens buscavam as mulheres em suas residências, muitas vezes utilizando uma carroça para levar o enxoval delas para a casa. Às vezes as mulheres recebiam presentes de seus pais, como animais e levavam para sua nova residência. Eram frequentes os casos de mulheres que ao casarem-se eram retiradas de suas antigas famílias e passavam a viver

um cotidiano distante dos seus parentes e focado no marido e nos filhos, bem como, muitas vezes passavam a conviver com a família dos maridos. Aos homens era comum ser entregue um lote de terra ao casarem-se.

O rio Uruguai e seus dois elementos frequentes no período, a barca, utilizada para atravessar o rio, e as balsas, utilizadas para o escoamento da madeira, eram vistos de forma tão significativa na localidade investigada, que a busca por fontes históricas encontrou dois registros de casamento em que o rio fora escolhido para registrar o momento, considerando uma sociedade em que o casamento e seus ritos possuíam uma significativa importância, a escolha do registro apresenta os espaços ocupados pelo Rio Uruguai no imaginário do período. Um registro fora apresentado no subcapítulo anterior, a imagem 18, percebido nas memórias de Dileta Diesel Winckler. Abaixo, segue o registro de casamento, Imagem 26, de Ana Batistello e Oldra, encontrado em um grupo memorialista da região, datado da década de 1960 e utilizando a barca como elemento escolhido para compor o registro.

Imagem 26 – casamento em cima das balsas



Fonte: acervo do Laboratório Fronteiras, cedido por Rudi Batistello.

A Imagem 26 a qual retrata uma barca, utilizada para atravessar o Rio Uruguai, retrata algo comum na localidade: a fronteira fluída que se constituía o rio. Os relatos apontam namoros, amizades, casamentos, festividades, comércio, entre as duas margens, as quais eram, muitas vezes, cotidianamente visitadas pelos moradores antigos. Dessa forma, o rio não era um empecilho da sociabilidade, mas sim, os moradores, através dos caícos ou das barcas, utilizavam-no como meio de transporte para suas relações sociais e comerciais. Inclusive, em todas as entrevistas há relatos de mobilidade, inclusive de moradia entre as margens do rio.

Em relação aos casamentos, desde o final do século XIX e ao longo do século XX, conforme Ana Scott (2017), predominou no Brasil e no mundo ocidental, um ideal de casamento heterossexual, monogâmico e indissolúvel. O principal objetivo da união era gerar filhos, e para isso, os papéis naturalizados para a mulher como mãe e dona de casa, e a figura do pai provedor, constituíam a base da família. A mulher consolidou-se como mãe e esposa em tempo integral, ocupada com os trabalhos que esses papéis familiares acarretavam a ela. Outro fator importante, até 1977 o casamento só poderia ser dissolvido pelo desquite, em que os desquitados não poderiam casar-se novamente (SCOTT, A., 2017). As mulheres entrevistadas costumavam casar-se entre os 15 anos de idade aos 22 anos, já os maridos costumavam ser mais velhos, em cerca de dez a vinte anos. Foram mencionados relatos de casamentos felizes, principalmente nas memórias de Dileta Winkler.

Entretanto, nas entrevistas encontrou-se casos de violência doméstica, de todas as suas formas. Essas mulheres costumavam sentir saudades do tempo de moradia com os pais, apesar do trabalho árduo, visto que, conviveram com infidelidade, agressões físicas e verbais, violência patrimonial e obstétrica. As mulheres agredidas vivenciavam as agressões sozinhas, pois relatam que era sinônimo de fraqueza reclamar do marido em uma sociedade em que um bom casamento se constituía como a maior realização feminina. Havia o medo de que externalizar as violências vividas dentro dos lares, pois provavelmente seriam culpabilizadas. Nos discursos dos homens colonizadores, externalizados no principal jornal da região ao longo do primeiro subcapítulo do capítulo 4, às mulheres cabia a manutenção do casamento, bem como uma postura compreensiva quanto aos erros de seus maridos. Nessa configuração de sociedade, as mulheres eram vistas como irracionais, e os homens, em principal os maridos, deveriam educá-las, através da violência. Em relação ao casamento e a visão sobre as mulheres no período, há ainda a menção nas entrevistas da prática do “roubo de noivas”, em que as mulheres eram retiradas de suas famílias à força por homens que desejavam casarem-se com elas.

Interessante notar que grandes homens rememorados nos discursos da região, entram em um campo de disputa pela memória ao analisar a história sob a ótica das mulheres do

período. Ao final da entrevista, uma moradora antiga do Goio-Ên relatou “desculpa não poder contar uma história bonita, mas é a história que aconteceu”. A coexistência com a submissão da esposa não era incomum. Outra senhora entrevistada relatou “nunca ouvi um nome dentro de casa, fui aprender o que era isso com meu marido”.

Dessa forma, as discussões bibliográficas trazidas anteriormente auxiliam na percepção de que a família tradicional, exaltada inclusive nos discursos memorialistas da região, possuía durabilidade pela submissão das mulheres através da violência. Outra coisa incomum nas memórias são os homens provedores do lar, os quais cuidavam de suas esposas de uma forma quase paternal. Muitas mulheres conviviam com o vício de seus maridos no álcool, as quais relatam que precisavam cuidar da casa sozinhas. As mulheres saíam de casa para casar-se e após o feito não poderiam voltar, muito menos ousar reclamar dos maridos.

Além disso, a função reprodutiva da mulher consistia-se em gerar muitos filhos, “um atrás do outro”. Era comum perder filhos no nascimento e no começo da vida, por meningite, por exemplo. Não eram incomuns as mortes no nascimento, esse feito por parteiras. Há relatos de uma entrevistada que aponta ter passado dois dias em trabalho de parto e conta que a sogra não permitia que gritasse naquele momento. Muitas vezes essas mulheres deixavam as casas de suas famílias para residir junto com as famílias dos maridos. Nas memórias a figura das sogras costuma aparecer como uma fiscal do comportamento feminino, incumbida da regulação para com as mulheres que até pouco estavam sob a vigia da mãe, sempre acompanhada dessas para qualquer evento social. As sogras ficariam responsáveis em ensinar como comportar-se dentro daquela família, como cozinhar para aqueles membros, quais as preferências e costumes. Aparece também como reguladora do casamento e da criação dos filhos. Em relação a morar no mesmo terreno das famílias e da figura da sogra, trata-se das mulheres colonas, principalmente descendentes de italianos, os quais possuíam como costume casar-se e continuar no mesmo espaço dos pais.

Os relatos de violência costumam partir de famílias colonas. Nas famílias caboclas, parecia haver relativa liberdade para as mulheres que precisavam trabalhar no espaço externo ao ambiente doméstico e não eram contempladas pelas concepções de mulheres submissas que se buscava difundir, conforme exposto no primeiro subcapítulo dessa seção. Entretanto, para as mulheres caboclas que não se casaram, as opressões muitas vezes eram em função de todas as categorias a quem pertenciam, de gênero, raça e classe. Um caso encontrado nas investigações aponta uma mulher cabocla que vivia uma relação de concubinato com uma figura de prestígio social no Goio-Ên, entretanto, não pode criar o filho que teve com ele e sofreu diversas agressões, relatadas inclusive pela esposa do referido sujeito, uma mulher colona. Ao relatar os

diversos casos extraconjugais do marido, é possível perceber que se tratavam sempre de mulheres pobres, caboclas, como um caso de uma lavadeira de roupa, por exemplo. Dessa forma, as discussões abordadas no início do capítulo sobre as representações de mulheres idealizadas para o casamento, puras, virgens e que contemplavam os padrões de beleza e feminilidade do período, contemplava as mulheres brancas, principalmente das classes mais altas.

Havia mulheres que desenvolviam o trabalho de extração de areia, as areieiras. O trabalho de extração de areia era desenvolvido sozinhas ou em duplas, era um trabalho desenvolvido por homens e mulheres caboclos. Consistia em um trabalho direto com o rio, a extração da areia era feita no rio Uruguai e vendida para um comerciante o qual estocava. Conforme os relatos de Dileta Winckler (2020), as primeiras casas e prédios de alvenarias construídos com areia comprada do Porto Goio-ÊN, tirada das costas do Rio Uruguai, eram vendidas para meu compadre Duca Guilherme, tinha bastante areieiros que vinha com seus caiques carregados. Depois seu Duca vendia para Chapecó”.

A areia era utilizada para fazer as casas de material que estavam sendo construídas no município de Chapecó. Muitos residentes das margens do Rio Uruguai desenvolveram tal atividade. Saíam com seus caícos e faziam a extração da areia para vender para comerciantes ou para o armazém do Porto. Diferente da atividade balseira, que clamava pelo rio cheio para acontecer, a atividade nas areias necessitava que o rio Uruguai baixasse seu nível. O trabalho acabou quando começou a ser comercializada areia de outras localidades, por volta do fim da década de 1980, mais interessantes para os empreendimentos imobiliários da urbanidade e progresso que se tentava promover no município de Chapecó. Conforme relata a senhora Ana Aurora (2023), a areia ia pra Chapecó, Nonoai, Herval, Erechim. As entrevistas relatam o enriquecimento da empresa Girardi Materiais de Construções através do comércio com a areia do Porto Goio-En, relatam que a parte urbana de Chapecó foi construída com a areia do Porto. Calcula-se através dos relatos, que a atividade era desempenhada por uma média de 60 pessoas. A atividade iniciou por volta dos anos de 1960 e decaiu no final da década de 1980. A extração da areia do rio Uruguai ocorria em cima de um caíco grande, os relatos indicam que o trabalho era mais dificultoso no inverno, visto que, muitas vezes era necessário entrar nas águas no rio Uruguai para retirar a areia. Era utilizada uma pá com o cabo comprido para fazer a extração. Atavam o caíco em uma pedra, entravam na água, escavavam com a pá e colocavam a areia dentro do caíco, até encher. Levavam a areia molhada, a qual era contabilizada de forma diferente do que a seca, visto que a areia retirada da água, era mais cara do que a extraída nas

áreas secas, pois saía limpa do Rio. Havia ainda diferentes números de peneiras, para extrair areia mais fina e mais grossa, conforme as necessidades da construção civil.

Duas mulheres que desenvolviam tanto a atividade de extração de areia, quanto de lavar roupas no rio, foram Terezinha Vieira (2008) e Ana Aurora (2023). Terezinha relatava que até o meio-dia trabalhava com a areia, depois do meio-dia trabalhava lavando roupas no Rio Uruguai. Ana Aurora também desenvolvia as duas funções, como também trabalhava de empregada doméstica na casa de uma família nuclear de um prático, extremamente envolvido com o ofício balseiro. As duas cuidavam de suas residências e dos filhos nos horários que restavam em seus dias. Sobre o trabalho nas areias, Terezinha (2008) relata

Era fila aquela fila de caíco. Era um caíco assim, outro assim. Como aqui tinha um caíco, ali tinha outro. Era aquela filera de caíco. Tudo carregado de areia. E daí enchia os caíco. Enchia os caíco e ficava alto de areia. Chegava no porto e daí tinha que descarregá com a pá e jogá lá, pra daí eles carregarem nos caminhão, pra daí levá pra cidade (VIEIRA, 2008).

O caíco proporcionava mobilidade e fluidez da fronteira imposta pelo rio. As mulheres que se dedicavam mais a agricultura e criação de animais, algumas vezes precisavam usar o caíco para pegar pastagens do outro lado do rio, como o exemplo da senhora Carolina Teixeira de Oliveira (2023). Entretanto, o caíco também servia para passeios, banhos de rios escondidos dos pais e para visitar as propriedades próximas. A mobilidade entre um lado do rio e o outro era frequente, muitas vezes diária para exercer o comércio. Havia casais que se conheciam dessa forma e viviam um tempo de romance que necessitava cruzar o Rio, como rememora a senhora Lúcia Baú Treichel (2023). A imagem abaixo possui em sua paisagem representada a presença de um caíco, conforme as embarcações utilizadas no período. Os relatos que rememoram travessias do Rio Uruguai por volta da década de 1940, frequentemente evocam a memória da utilização da madeira para a fabricação do caíco, ao passo que uma árvore com tronco largo proporcionava a fabricação de um caíco. Na imagem 27, em que balseiros estão reunindo troncos de madeira para confeccionar as balsas, possivelmente utilizando do declive acentuado para favorecer a colocação das toras.

Imagem 27 – Balseiros confeccionando uma balsa, 1940



Fonte: acervo do Laboratório Fronteiras.

A circulação pelo rio Uruguai nos caícos era muito comum, possibilitando lazer, pesca e trabalho, como no caso das areieiras. Entretanto, em geral, utilizava-se mais a barca, que desenvolvia o trajeto Chapecó – Nonoai e Chapecó – Erval Grande. A senhora Lídia Baú Treichel (2023), utilizava da barca para vender rapaduras do lado de Santa Catarina, atravessando o rio diariamente.

Conforme apontado pelas entrevistadas Terezinha Vieira (2008) e Ana Aurora (2023), as mulheres caboclas também desenvolviam o trabalho de lavar as roupas no rio. Nesse ofício, há a presença da sociabilidade entre as mulheres, conforme percebido por Perrot (1988) na França do século XIX, em que observou o lavadouro como um ponto de socialização feminina, nesse caso das mulheres mais pobres. Além de ser um espaço para lavar a roupa, elas conversavam, trocavam informações, receitas. Também exerciam trocas sobre a medicina popular, sendo as rivais dos médicos, porém transformando-se posteriormente em auxiliares deles. Essa observação de Perrot ajuda a perceber a importância da sociabilidade feminina nesse contexto.

Na época das balsas, as roupas eram lavadas em cima das balsas, utilizando uma tabuinha para a realização do ofício. Nem todas as mulheres que desempenhavam essa atividade era pra seu próprio sustento, muitas acompanhavam para a família, de forma gratuita. Nesse

caso, mais uma vez mostra-se interessante que apesar das classes sociais distintas dentre as entrevistadas e relatadas nas fontes históricas, certas limitações impostas pelo tempo e espaço não facilitavam a vida das mulheres. Por exemplo, há o relato por parte de uma mulher mais abastada naquela sociedade, da perda de sua única filha biológica enquanto lavava roupas nas balsas. O afogamento se deu por conta das balsas, pois a criança caiu no único vão que havia entre uma balsa e outra, e ao tentar submergir era impedida pelas balsas que ocupavam o rio Uruguai. Outra entrevistada, essa uma mulher cabocla também perdeu sua filha enquanto lavava roupas. Tão significativo quanto os números de partos, eram também os óbitos das crianças, principalmente no nascimento e nos primeiros anos de vida, no parto, por doenças como meningite, por exemplos, ou em acidentes.

Muitas mulheres relatam a forma como a enchente de 1965 modificou suas vidas. Cleci Rotava, 78 anos, aponta Cleci (2023) “moramos ali até 65, 66, que deu um dilúvio. Daí levou embora todas as casas que tinha na Barranca do Rio, e daí as balsas também não ficou nada, foi tudo embora. Depois continuaram as balsas mais uns dois anos. Daí saiu a ponte, não tinha travessia porque não passava embaixo da ponte.” O chamado dilúvio, enchente de grandes proporções que ocorreu em 1965, aparece em todas as entrevistas. A enchente se constituiu como um marco na vida dos moradores das margens do Rio Uruguai, pois houve uma alteração significativa nos modos de vida após o chamado dilúvio. Os moradores tiveram suas casas levadas pela força do rio, animais, embarcações, plantações, moinhos, comércio local. Grande parte das mulheres entrevistadas que moravam nas margens do Rio Uruguai perderam suas residências e se perceberam sem nada, Ada Dal Ponte, por exemplo, saiu do Goio-Ên após o dilúvio, Dileta Winckler também. Mesmo as que não foram atingidas diretamente, após o êxodo rural ocasionado pela enchente e o fim das diversas atividades que ocorriam no Goio-Ên, essas mulheres perderam suas formas de sustento, visto que o comércio que existia ali fora arrastado pelas forças das correntezas. Os desastres ambientais parecem atingir as mulheres de forma diferente dos homens, pois muitas já lutavam pela sua sobrevivência, muitas vezes sem auxílio dos companheiros. Não são raros os relatos de estarem sozinhas durante o momento do dilúvio e precisarem salvar alguns bens e proteger os filhos sem nenhuma ajuda.

Interessante abordar que há muitas imagens que retratam a enchente de 1965, considerando que se trata de um período em que os registros fotográficos ocorriam com menor frequência do que na contemporaneidade, devido à dificuldade de acesso a máquinas fotográficas e ao custeio para revelar os filmes das máquinas, as escolhas em fotografar no momento levam a reflexões importantes. O dilúvio de 1965 alterou significativamente os modos

de vida, mas também proporcionou muito prejuízo econômico aos donos de madeiras. De forma que se constituía em acontecimento significativo para toda a região. Assim como há diversos registros iconográficos das balsas, devido a importância do setor econômico madeireiro. Entretanto, o ofício das areieiras, das lavadoras de roupa ou das ervateiras não é encontrado em registros iconográficos.

A família de Cleci perdeu a residência e as plantações da propriedade,

Não morreu gente, mas perderam tudo que tinha na beira do Rio. Começou lá em Marcelino Ramos e veio vindo, veio varrendo tudo o que tinha na beira do rio Uruguai foi tudo, inclusive, nós perdemos moradia, tudo, tudo, tudo. Nós teve que começar a vida de novo [...] Nós ficamos 15, 20 dias em Erval Grande. A prefeitura deu abrigo pra gente lá e depois a gente ganhou umas madeiras e construiu mais uma casa. Aí continuamos morando e trabalhando na lavoura ali mesmo (ROTAVA, 2023).

O cotidiano envolvendo a convivência com o rio apresentava a convivência com as enchentes, como relata Cleci “Só eu, desde quando era solteira na casa do pai. E depois eu me casei e vim morar aqui, quatro vezes pegou água na casa” (ROTAVA, 2023). Entretanto, a enchente de 1965 foi um marco na história da região pela intensidade da destruição causada por ela. Muitas famílias após perderem tudo, deixaram o Porto, como foi o caso da família de Dileta Winckler (2020), conforme relatado por ela. O comércio efervescente da região foi arrastado pelas correntezas. Pouco tempo depois, por volta de 1972, a ponte que ligava o Rio Grande do Sul a Santa Catarina foi construída, o que proporcionou o fim da atividade balseira, pois as balsas não conseguiam mais passar pelo rio. Além disso, estradas eram construídas e cada vez mais os caminhões circulavam, substituindo a necessidade do escoamento via Rio Uruguai. Com a construção da ponte, as viagens de barca também acabaram, e com isso, muito do comércio que tinha como principais clientes os trauseuntes que precisavam esperar a barca chegar para atravessar os estados.

Nas entrevistas diversos são os casos de protagonismo e de não aceitação à submissão. Apesar de haver um reconhecimento das opressões que as mulheres vivenciavam e os acúmulos de funções, as entrevistadas e as fontes históricas do período apresentaram diversas formas de resistência, como a luta de muitos anos pelo divórcio após sofrer violência doméstica, rejeitar-se a permanecer no espaço privado do ambiente doméstico e aprender ofícios.

Houve o caso, por exemplo, de uma mulher que esperou o marido adoecer para aprender uma profissão, para que ele não pudesse censurá-la. Uma das entrevistadas não aceitou as

relações não consensuais dentro do casamento e teve poucos filhos, ao contrário do que deseja o marido e ao contrário do que se esperava naquela sociedade. Além disso, as mulheres desenvolveram diversos saberes-fazer, como o trabalho das parteiras, benzedeiras e curandeiras, contribuíram significativamente para a história do município, carregando areia que permitiu a construção das residências na área urbana, montando as balsas, as quais proporcionaram o desenvolvimento do setor madeireiro, comercializando seus saberes-fazeres como a costura e determinados alimentos. As mulheres do Goio-Ên acumulavam funções e atividades, como a agricultura, e se relacionaram com o meio ambiente das margens do rio Uruguai e com o próprio rio de diferentes formas.

Dessa forma, percebe-se numa fluidez nas relações de gênero e com o ambiente natural nessa sociedade, que se relacionam com as questões de gênero, raça e classe. Buscou-se fugir da imagem de idílio rural exposta no início do capítulo e problematizada por Kerrie-Elizabeth Allen (2002) das percepções idealizadas sobre a área rural. Havia conflitos, exploração, subordinação e desigualdade, que variavam mesmo dentro da experiência generificada feminina, as quais desempenhavam diversos papéis na sociedade das margens do Rio Uruguai (apud MACIAZEKI-GOMES; NOGUEIRA; TONELLI, 2016). Entretanto, mesmo com todas as dificuldades enfrentadas por essas mulheres, corrobora-se com a percepção de Perrot (1988), de que as mulheres nunca aceitaram a submissão passivamente e sempre desenvolveram formas de resistir a ela.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Havia em Chapecó no final da década de 1940 um forte empenho em divulgar padrões de comportamento para as mulheres, os quais consistiam na dedicação integral às atividades domésticas, ao cuidado com os filhos e com o marido, e restrições quanto à vida pública. Havia também diversas publicações que procuravam ridicularizar o trabalho feminino fora do ambiente doméstico, apresentando que as mulheres que buscavam trabalhar não satisfaziam os desejos masculinos para o período, logo, não estavam dentro das prescrições de beleza.

Entretanto, percebeu-se que essas prescrições tratavam das mulheres urbanas do município de Chapecó, pois ao considerar o Porto Goio-Ên, nas margens do Rio Uruguai, percebeu-se que as mulheres possuíam diversas atividades fora do ambiente doméstico, principalmente as mulheres caboclas, em consonância com os estudos de Perrot (1988) que apresentavam maior mobilidade nos espaços públicos por parte das mulheres pobres da França do século XIX.

Todas as entrevistadas e as mulheres investigadas nas fontes históricas acumulavam diversas funções, além do trabalho doméstico não pago e do cuidado com os filhos, maridos e doentes, que também ficavam a seus cuidados. As atividades na agricultura eram atribuições comuns das mulheres do Porto Goio-Ên, desde a infância. Percebeu-se que essas mulheres não conseguiam relacionar atividades de lazer, pois tinham ocupações inclusive quando chovia, como ensinar as filhas a costurar, por exemplo. Os trabalhos com menos prestígio social costumam ser destinados às mulheres, além da designação ao trabalho doméstico não pago e à maternidade, considerados naturais ao feminino, mesmo que as mulheres do Porto Goio-Ên trabalhavam de diferentes formas fora do espaço doméstico, através do contrato sexual é acordado entre as famílias, mesmo que de forma velada, que cabe às mulheres o cuidado com a casa e a família e aos homens o trabalho produtivo (MELLO, 2016).

No Goio-Ên, as mulheres tinham um papel atribuído que consistia principalmente em realizar o trabalho doméstico não remunerado, cuidar dos filhos e atender às necessidades do marido. Essas responsabilidades incluíam desde a confecção de roupas até a preparação das refeições diárias. Além disso, essas mulheres também tinham a tarefa de garantir ou contribuir para a subsistência das famílias, sendo a agricultura de pequena escala para consumo próprio a principal atividade nesse sentido. As atividades das mulheres variavam de acordo com as diferentes classes sociais. Aquelas com menos recursos financeiros eram obrigadas a acumular mais tarefas, como a extração de areia, a lavagem de roupas, o trabalho como empregadas

domésticas e até mesmo o comércio. Por outro lado, as mulheres pertencentes a famílias mais abastadas, muitas das quais descendentes de europeus, desempenhavam funções adicionais dentro do âmbito da propriedade da família. Elas auxiliavam no descarregamento de madeira para as balsas, na gestão dos trabalhadores para as atividades com as balsas e na gestão das atividades agrícolas.

A relação das mulheres com o meio natural circundante variava de acordo com critérios de raça e classe. As mulheres colonas, por exemplo, tinham interações mais restritas com o rio como forma de lazer, devido a possibilidade em exhibir os corpos ao molhar o tecido das roupas, o que era visto como inapropriado. Apesar disso, as imagens e relatos da época indicam que elas nutriam uma forte admiração pela paisagem do rio e o utilizavam para diversas atividades, como banhos de higiene pessoal e lavagem de roupas. Por outro lado, as mulheres caboclas, em seus ofícios, como a coleta de areia, tinham um contato direto com o rio, que fazia parte de seu cotidiano. Em relação a vegetação das margens do Rio Uruguai, essas mulheres muitas vezes se aproximavam de espécies que auxiliavam nas práticas de cura, coletavam frutos para vender no comércio local e, em alguns momentos, lastimam nas entrevistas o desmatamento daquele período.

Dentre as mulheres do Porto, foram percebidas diferentes formas de se relacionar com o meio e de existência em função de seu gênero. As mulheres colonas pertencentes as famílias com mais prestígio social, costumavam possuir relativa liberdade em comparação às mulheres das famílias dos colonizadores e donos de madeireiras e serrarias, mas acumulavam suas obrigações com a agricultura às obrigações voltadas ao espaço familiar. Trabalhavam na agricultura o dia todo e nos tempos livres preparavam a alimentação da família, a qual devia servir aos peões da família que muitas vezes residiam um tempo em seus galpões, gerenciavam o lar e ocupavam-se das atividades domésticas e de cuidado com os membros da casa, muitas vezes designando funções aos filhos, em especial as filhas mais velhas. Esse grupo social compreendia mulheres que atuavam diretamente na atividade balseira, auxiliavam no momento de descarregar a madeira, carregavam tábuas, preparavam as quadras, embalsamavam a madeira, alimentavam os peões que trabalhavam na atividade e cuidavam de toda as funções relacionadas às balsas na ausência de seus maridos, o que era comum em seu cotidiano.

As mulheres caboclas também conviviam com a ausência dos seus maridos, pois seus companheiros dependiam de atividades sazonais e consistiam em mão de obra barata. Dessa forma, as mulheres casadas tinham seus ofícios externos ao lar, como professoras, areieiras, lavadoras de roupa, alimentação dos caminhoneiros que aguardavam a passagem para o Rio Grande do Sul através da barca. Havia casos de mulheres que trabalhavam nas casas das

famílias dos práticos ou das famílias mais abastadas da localidade, desenvolvendo as atribuições tidas como naturais das mulheres, como o cuidado com as crianças, a alimentação para todos e o trabalho doméstico, mas como pontua Davis (2017), as mulheres negras precisavam primeiramente cuidar dos filhos dos outros, depois de seus próprios filhos.

Apesar da importância atribuída ao casamento na sociedade investigada, considerando que em sociedades que desenvolvem a agricultura de subsistência o casamento e a maternidade possuem um papel de extrema importância, além disso, apesar dos relatos que apontam o quão grave era ficar “solteirona”, que se trata das mulheres que não se casaram, ou tornar-se “mulher da vida”, mulheres prostitutas, amantes ou mesmo as que possuíam comportamentos dissonantes para o período, nem todas as mulheres investigadas casaram-se ou tiveram longos casamentos, entretanto, todas tiveram filhos, algumas vezes ficando encarregadas do cuidado deles sozinhas.

Apesar das expectativas sociais que pesavam sobre as mulheres, a violência presente no Porto Goio-Ên e todas as formas de submissão relatadas, é importante destacar que sempre houve formas de resistência às submissões, formas de existir combativas que divergiam dos padrões impostos, a sociabilidade feminina, as formas que foram encontradas em casa caso para atuar nas próprias histórias. Joan Scott aponta que as posições normativas são produto do conflito social e não do consenso (SCOTT, 1995, p. 87).

Percebeu-se que as mulheres das margens do Rio Uruguai contribuíram diretamente para o desenvolvimento da região, para a atividade balseira, a construção do centro urbano e Chapecó, e para o desenvolvimento do comércio. Apesar de terem suas contribuições muitas vezes silenciadas mulheres, essas mulheres atuaram diretamente no passado do município de Chapecó, desenvolveram diversos saberes-fazeres, como o trabalho das parteiras, benzedeiras e curandeiras, as quais por muito tempo foram as únicas trabalhadoras da saúde do município. O conhecimento dessas mulheres e a confiança e procura por parte da comunidade foi tamanha, que a medicina institucional precisou aliar-se a elas para conseguir adesão pelos moradores locais. As investigadas trabalharam das mais diversas formas, montando as balsas, coletando areia das margens do rio, comercializando seus saberes-fazeres como a costura e determinados alimentos, vendendo frutas, trabalhando na agricultura. Além dessas funções, também desenvolviam o trabalho doméstico não pago e o cuidado com os filhos e com o marido, o que permitiu que todas as atividades do município acontecessem. As mulheres do Goio-Ên acumulavam funções e atividades e se relacionaram com o meio ambiente das margens do rio Uruguai e com o próprio rio de diferentes formas, muito relacionadas aos fatores de raça e classe.

Buscou-se contribuir com a história das mulheres e do meio ambiente no município de Chapecó, com foco para o Porto Goio-Ên, nas margens do Rio Uruguai. As fontes coletadas e entrevistas permitiram perceber as atuações femininas que se relacionaram com os aspectos econômicos, sociais e políticos do município. As mulheres e a natureza ao longo do tempo sofreram diversas formas de tentativa de submissão e controle, e recentemente costumam pertencer a sujeitos invisibilizados da história. Esperou-se oferecer uma singela contribuição para uma historiografia regional menos excludente, que considera as influências do meio ambiente e suas relações com os seres humanos, bem como percebe as atuações das mulheres ao longo da história.

REFERÊNCIAS

Fontes Históricas:

- Entrevistas do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina

PAVOSKI, Lourdes. Depoimento, 18 de junho de 2008. Faxinalzinho, Rio Grande do Sul. Entrevistadores: Mateus Spada Zatt e Lucas Antonio Franceschi.

ANTUNES, Ary. Depoimento, 07 de junho de 2008. Nonoai, Rio Grande do Sul. Entrevistadores: Mateus Spada Zatt e Lucas Antonio Franceschi.

BELLANI, Eli Maria. Depoimento, 30 de junho de 2006. Chapecó, Santa Catarina. Entrevistadores: Mateus Spada Zatt, Lucas Antonio Franceschi e Helder Pomaro.

BELLEI, Helena. Depoimento, 21 de julho de 2010. Caxambu do Sul, Santa Catarina. Entrevistadores: Lucas Antonio Franceschi, Emanuele Anchau, Mirian Carbonera.

BELTRAME, Gilmar. Depoimento, 22 de agosto de 2008. Chapecó, Santa Catarina. Entrevistadores: Mateus Spada Zatt, Lucas Antonio Franceschi e André Luiz Onghero.

CAMARGO, Adão de; CAMARGO, Miguel de; CAMARGO, Eva de. Depoimento, 09 de fevereiro de 2009. Rio dos Índios, Rio Grande do Sul. Entrevistadores: Mateus Spada Zatt, Lucas Antonio Franceschi e André Luiz Onghero.

CANALLI, Fermينو. Depoimento, 05 de julho de 2008. Alpestre, Rio Grande do Sul. Entrevistador: Lucas Antonio Franceschi.

CAPELESSO, Hermes; CAPELESSO, Alcila Sbortoletto. Depoimento, 13 de julho de 2008. Itatiba do Sul, Rio Grande do Sul. Entrevistadores: Mateus Spada Zatt, Lucas Antonio Franceschi e Carlos Gimenes.

CESSI, Artêmio; CESSI, Metilde Bálico. Depoimento, 23 de junho de 2008. Itatiba do Sul, Rio Grande do Sul. Entrevistadores: Mateus Spada Zatt e Lucas Antonio Franceschi.

CRUZ, Adair; CRUZ, Loreci Martins Fonseca da. Depoimento, 2008. Nonoai, Rio Grande do Sul. Entrevistadores: Mateus Spada Zatt e Lucas Antonio Franceschi.

ELI, Moacir; ELI, Valdir José. Depoimento, 2008. Nonoai, Rio Grande do Sul. Entrevistadores: Mateus Spada Zatt, Lucas Antonio Franceschi e Carlos Gimenez.

FERRARI, Craide. Depoimento, 2008. Alpestre, Rio Grande do Sul. Entrevistadores: Mateus Spada Zatt e Lucas Antonio Franceschi.

FIGUEIRA, Gomercindo. Depoimento, 29 de janeiro de 2009. Chapecó, Santa Catarina. Entrevistadores: Mateus Spada Zatt, Lucas Antonio Franceschi e Carlos Gimenes.

FRASSINI, Gentil. Depoimento, 30 de outubro de 2008. Chapecó, Santa Catarina. Entrevistadores: Lucas Antonio Franceschi, Mateus Spada Zatt e André Simonsen.

JUNGES, Ana Ilza. Depoimento, 09 de julho de 2008. Paial, Santa Catarina. Entrevistadores: Lucas Antonio Franceschi e Mateus Spada Zatt.

KNOB, Neri Nicolau. Depoimento, 05 de junho de 2008. Rio Grande do Sul. Entrevistadores: Lucas Antonio Franceschi e Mateus Spada Zatt.

LOPES, Ilda Rebonato; FRANCO, Maria do Prado. Depoimento, 07 de junho de 2008. Erval Grande, Rio Grande do Sul. Entrevistadores: Lucas Antonio Franceschi e Mateus Spada Zatt.

MARANGONI, Ermínio. Depoimento, 02 de fevereiro de 2008. Erval Grande, Rio Grande do Sul. Entrevistadores: Matheus Spada Zati, Lucas Antonio Franceschi, Mirian Carbonera e Carlos Gimenes.

MENEZES, Cassiano dos Santos. Depoimento, 16 de fevereiro de 2009. Nonoai, Rio Grande do Sul. Entrevistadores: Lucas Franceschi, Mateus Spada Zatt e Carlos Gimenes.

MESNEROVICZ, Augusto; MESNEROVICZ, Maria da Luz; NUNES, Maria Insulina. Depoimento, 03 de fevereiro de 2009. Nonoai, Rio Grande do Sul. Entrevistadores: Lucas Franceschi, Mateus Spada Zatt e Mirian Carbonera.

MOURA, Antônio de; MOURA, Nilvo de. Depoimento, 14 de fevereiro de 2009. Águas de Chapecó, Santa Catarina. Entrevistadores: Mateus Spada Zatt, Lucas Antonio Franceschi e Tiago Peixoto.

MUNARI, Roque; MUNARI, Nailde. Depoimento, 06 de fevereiro de 2009. Itatiba do Sul, Rio Grande do Sul. Mateus Spada Zatt, Lucas Antonio Franceschi e Carlos Gimenez.

MUNARINI, Itamar; MUNARINI, Lenira; MUNARINI, Maria Caovilla. Depoimento, 06 de fevereiro de 2009. Itatiba do Sul, Rio Grande do Sul. Entrevistadores: Mateus Spada Zatt, Lucas Antonio Franceschi e Carlos Gimenez.

MUNARINI, Maria. Depoimento, 05 de fevereiro de 2009. Paial, Santa Catarina. Entrevistadores: Lucas Antonio Franceschi, Mirian Carbonera e Mateus Zatt.

OLIVEIRA, Pedro Batista de. Depoimento, *18 de junho de 2008. Faxinalzinho, Rio Grande do Sul. Entrevistadores: Mateus Spada Zatt, Lucas Antonio Franceschi.*

ORLOSKI, Claro; ORLOSKI, Loreci. Depoimento, 2008. Itatiba do Sul, Santa Catarina. Entrevistadores: Mateus Spada Zatt, Lucas Antonio Franceschi e Carlos Gimenez.

PADILHA, Luis Carlos; PADILHA, Marli Isabel. Depoimento, 2008. Chapecó, Santa Catarina. Entrevistadores: Mateus Spada Zatt, Lucas Antonio Franceschi e Carlos Gimenez.

PAVOSKI, Lourdes. Depoimento, 18 de julho de 2008. Faxinalzinho, Rio Grande do Sul. Entrevistadores: Mateus Spada Zatt e Lucas Antonio Franceschi.

PELISSER, Arilene. Depoimento, 07 de maio de 2009. Caxambu do Sul, Santa Catarina. Entrevistadores: Lucas Antonio Franceschi, Emanuelle Anchau e Mirian Carbonera.

PICOLLI, Silvestre. Depoimento, 2008. Lajeado Grande, Santa Catarina. Entrevistadores: Mateus Spada Zatt e Lucas Antonio Franceschi.

PIRES, Adão. Depoimento, 23 de outubro de 2008. Chapecó, Santa Catarina. Entrevistadores: Mateus Spada Zatt, Lucas Antonio Franceschi e Carlos Gimenez.

PIT, Joarez. Depoimento, 27 de agosto de 2008. São Carlos, Santa Catarina. Entrevistadores: Mateus Spada Zatt e Lucas Antonio Franceschi.

PLAETH, Irene. Depoimento, 2008. Paial, Santa Catarina. Entrevistadores: Mateus Spada Zatt.

RODRIGUES, Arestide. Depoimento, 07 de agosto de 2008. Nonoai, Rio Grande do Sul. Entrevistadores: Mateus Spada Zatt, Lucas Antonio Franceschi e Carlos Gimenez.

SALINI, Gilmar Antonio Belini. Depoimento, 18 de junho de 2008. Caxambu do Sul, Santa Catarina. Entrevistadores: Mateus Spada Zatt e Lucas Antonio Franceschi.

SANTOS, Brigida Rosa Fávaro; SANTOS, João Batista dos. Depoimento, 06 de junho de 2008. Guatambu, Santa Catarina. Entrevistadores: Mateus Spada Zatt e Lucas Antonio Franceschi.

SANTOS, Sergio dos. Depoimento, 01 de novembro de 2008. Alpestre, Rio Grande do Sul. Entrevistadores: Lucas Antonio Franceschi, Carlos Gimenez e André Simonsen.

SCARPARO, Volmir. Depoimento, 31 de maio de 2008. Caxambu do Sul, Santa Catarina. Entrevistadores: Mateus Spada Zatt, Lucas Antonio Franceschi e André Luiz Onghero.

SCHNEIDER, Sérgio. Depoimento, 26 de agosto de 2008. Guatambu, Santa Catarina. Entrevistadores: Mateus Spada Zatt e Lucas Antonio Franceschi.

SEDEI, Alexandre; SEDEI, Odila Bringhenti. Depoimento, 17 de fevereiro de 2009. Nonoai, Rio Grande do Sul. Entrevistadores: Mateus Spada Zatt, Lucas Antonio Franceschi e Carlos Gimenez.

SEGATO, Marildes Giollo; SEGATO, Maria de Carli. Depoimento, 29 de abril de 2009. Caxambu do Sul, Santa Catarina. Entrevistadores: Mirian Carbonera, Emanuelle Anchau e Lucas Antonio Franceschi.

SIVE, Oscar. Depoimento, 05 de fevereiro de 2009. Paial, Santa Catarina. Entrevistadores: Mateus Spada Zatt, Lucas Antonio Franceschi e Mirian Carbonera.

SOARES, João Noé. Depoimento, 12 de fevereiro de 2009. Faxinalzinho, Rio Grande do Sul. Entrevistadores: Mateus Spada Zatt, Lucas Antonio Franceschi, Tiago Peixoto e Mirian Carbonera.

TIZZIANI, Jardelino; GIULIANI, Sadi; TIZZIANI, Neli; GIULINI, Catarina Maria. Depoimento, 2008. Rio dos Índios, Rio Grande do Sul. Entrevistadores: Mateus Spada Zatt e Lucas Antonio Franceschi.

VIEIRA, Therezinha. Depoimento, 22 de agosto de 2008. Chapecó, Santa Catarina. Entrevistadores: Lucas Antonio Franceschi, Mateus Spada Zatt e André Luiz Onghero.

NETO, Matheus Zavistanovizt. Depoimento, 02 de junho de 2008. Águas de Chapecó, Santa Catarina. Entrevistadores: Lucas Antonio Franceschi e Mateus Spada Zatt.

- Entrevistas realizadas por Bruna Carolina Krauspenhar

AURORA, Ana. 68 anos. Depoimento, 17 de junho de 2023. Chapecó, Santa Catarina. Entrevistadora: Bruna Carolina Krauspenhar.

DAL PONTE, Ada. 87 anos. Depoimento, 20 de junho de 2023. Chapecó, Santa Catarina. Entrevistadora: Bruna Carolina Krauspenhar.

MATHEUS, José. 66 anos. Depoimento, 22 de junho de 2023. Chapecó, Santa Catarina. Entrevistadora: Bruna Carolina Krauspenhar.

OLIVEIRA, Carolina Teixeira de. 82 anos. Depoimento, 03 de julho de 2023. Chapecó, Santa Catarina. Entrevistadora: Bruna Carolina Krauspenhar.

ROTAVA, Ademar. 62 anos. Depoimento, 17 de junho de 2023. Chapecó, Santa Catarina. Entrevistadora: Bruna Carolina Krauspenhar.

ROTAVA, Cleci. 78 anos. Depoimento, 21 de junho de 2023. Chapecó, Santa Catarina. Entrevistadora: Bruna Carolina Krauspenhar.

SILVA, Rita Fernandes da. 95 anos. Depoimento, 16 de junho de 2023. Chapecó, Santa Catarina. Entrevistadora: Bruna Carolina Krauspenhar.

TODESCHINI, Beatris. 61 anos. Depoimento, 18 de junho de 2023. Chapecó, Santa Catarina. Entrevistadora: Bruna Carolina Krauspenhar.

TREICHEL, Lídia Baú. 81 anos. Depoimento, 22 de junho de 2023. Chapecó, Santa Catarina. Entrevistadora: Bruna Carolina Krauspenhar.

- Periódicos

AGUILHÃO, Eugênio. Garota Bonita. **A voz de Chapecó**, ano VII, n. 91. 29 jun.1946.

AGUILHÃO, Eugênio. Garota Bonita. **A voz de Chapecó**, ano VII, n. 97. 11 ago.1946.

AGUILHÃO, Eugênio. Garota Bonita. **A voz de Chapecó**, ano VII, n. 99. 25 ago.1946.

AGUILHÃO, Eugênio. Garota Bonita. **A voz de Chapecó**, ano VII, n. 100. 01 set. 1946.

AGUILHÃO, Eugênio. Garota Bonita. **A voz de Chapecó**, ano VII, n. 106. 13 out. 1946.

A VOZ DE CHAPECÓ. Chapecó, ano II. 28 abr. 1940.

A VOZ DE CHAPECÓ. Chapecó, ano VII, n. 105. 06 out. 1946

A VOZ DE CHAPECÓ. Chapecó, ano VII, n. 205. 17 out. 1948.

CAMPOS, Antônio Selistre. X ou Ch. **A voz de Chapecó**, ano VII, n. 92. 07 jul. 1946.

PARANÁ. A. Um por Semana. **A voz de Chapecó**, ano VII, n 98. 18 ago. 1946.

- OUTRAS FONTES HISTÓRICAS:

CUBER, Padre Antoni. **Nas margens do uruguai**. Porto Alegre: Museu Antropológico Diretor Pestana, 1898.

EMPRESA CATARINENSE DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, Empasc. **Relatório anual de 1976**. Empasc, Santa Catarina, 1976.

GOIO-ÊN, Escola Isolada do. **Histórico da Comunidade do Goio-Ên**. Chapecó: [S.N.], 1990.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 1940**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv1425.pdf>.

INVENTÁRIO FLORÍSTICO FLORESTAL DE SANTA CATARINA, IFFSC. Inventário dos Remanescentes Florestais. **IFFSC**, Santa Catarina. Disponível em: <<https://sites.google.com/view/iffportal/resultados/ciclo-1-2007-a-2011>>. Acesso em: 27 de abr. de 2020.

LESSA, Barbosa. **Balseiros do rio Uruguai**. Disponível em: <guascaletras.blogspot.com/2010/09/balseiros-do-rio-uruguai.html>. Acesso em: 25 de novembro de 2022.

MOREIRA, Moacir. [**PESCA DA TAINHA NO RIO URUGUAI**]. Whatsapp. 15 jul. 2023. 15h30. 1 mensagem de áudio de Whatsapp.

ORO, Cláudio. **Pescaria no Rio Uruguai de tainha**. Youtube, 08 mar. 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=YGatXP7k_Po&t=2s

PROGRAMA VER MAIS OESTE. Ver Mais se despede de Dileta Winckler, **protagonista do especial do aniversário de Chapecó em 2021**. Youtube, 04 nov. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nQpRoMFZv6k>

Registros de nascimento. Cartório Dias de Castro do Município de Chapecó, Santa Catarina. 3 de março de 1958 até 7 de dezembro de 1965.

SILVA, José Adair da. **[COTIDIANO NO GOIO-ÊN]**. Facebook. 16 jun. 2023. 14h30. 5 mensagens de áudio do Facebook.

SIQUEIRA, Carlos. **[PESCA DA TAINHA NO RIO URUGUAI]**. Whatsapp. 15 jul. 2023. 15h30. 1 mensagem de áudio de Whatsapp.

UHE FOZ DO CHAPECÓ. **Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial - PACUERA -**. Foz do Chapecó: Abg Engenharia e Meio Ambiente, 2019.

VITORINO, Cassemiro; GOLDSCHMIDT, Ilka (Dir.). **O Goio-En transbordou**. Chapecó: Margot Produções.

WINCKLER, Dileta Diesel. **Relatos: os balseiros do goio-ên. Chapecó: [S.N.], 2020.**

ZIMMERMANN, Bruno Zimmermann. Depoimento, 16 de agosto de 2017. Pinhalzinho, Santa Catarina. Entrevistadora: Andressa Krieser Bauermann.

- BIBLIOGRAFIA

AB'SABER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil:** potencialidades paisagísticas. 5 ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

ALBERTI, Verena. **História Oral:** a experiência do Cpdoc. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2013.

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ANGELIN, Rosângela. Mulheres, ecofeminismo e desenvolvimento sustentável diante das perspectivas de redistribuição e reconhecimento de gênero. Estamos preparados? . **Revista Eletrônica Direito e Política**, Programa de Pós - Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.9, n. 3 , 3 ° quadrimestre de 2014. Disponível em: www.univali.br/direitoepolitica - ISSN 1980 - 7791. 1573

ARNO, Fernanda. **Violência e Masculinidade em Chapecó – SC (1958 – 1974)**. 2015. 156 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

BACELLAR, Carlos. **Uso e mau uso dos arquivos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.) **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p 11-65.

BELLANI, Eli Maria. **Madeiras, balsas e balseiros no Rio Uruguai:** o processo de colonização do Velho Município de Chapecó (1917-1950). 1991. 308 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis, SC: UFSC, 1991.

BEN, Fernanda. **No quintal da casa de madeira: saberes, fazeres e dizeres dos benzedores e benzedoras do oeste de Santa Catarina.** XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis, 2015. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434378030_ARQUIVO_Noquintaldacasa-demadeira-textoAnpuh.pdf Acesso em: 25 nov. 2022.

BORGES, Vavy Pacheco. **Fontes biográficas: grandezas e misérias da biografia.** In: PINSKY, Carla Bessanezi (org.). *Fontes Históricas.* São Paulo: Contexto, 2008. p. 203-233.

BRANDT, Marlon. **Criação de porcos à solta na Floresta Ombrófila Mista de Santa Catarina: paisagem e uso comum da terra.** *História* (São Paulo. Online), v. 34, 2015, p. 303-322.

BRANDT, Marlon. **Paisagens caboclas no Oeste de Santa Catarina: colonização e rupturas.** In: BRANDT, Marlon; NASCIMENTO, Ederson (Orgs.). *Oeste de Santa Catarina: território, ambiente e paisagem.* São Carlos: Pedro e João, 2015, p. 11-40.

BRANDT, Marlon. **Uma história ambiental dos campos do planalto de Santa Catarina.** 2012. 332 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

BRANDT, Marlon; CAMPOS, Nazareno José de. **Uso comum e práticas associativistas da população cabocla do planalto catarinense.** *Geosul.* Florianópolis, v. 23, n. 45, p. 45-64, 2008.

BRANDT, Marlon; NODARI, Eunice Sueli. **Comunidades tradicionais da Floresta de Araucária de Santa Catarina: territorialidade e memória.** *História Unisinos.* São Leopoldo, v. 15, n. 1, p. 80-90, 2011.

BRASIL. EMBRAPA. **Bioma Mata Atlântica.** Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.webambiente.cnptia.embrapa.br/webambiente/wiki/lib/exe/fetch.php?media=webambiente:web_mata_atlanticared.pdf. Acesso em: 10 maio 2023.

BRIGHENTI, Clovis. Povos indígenas em Santa Catarina. In: NÖTZOLD, Ana Lúcia; ROSA, Helena Alpinie; BRINGMANN, Sandor Fernando (Orgs.). **Etnohistória, História Indígena e Educação: contribuições ao debate.** Porto Alegre: Pallotti, 2012.

BURITI, Catarina Oliveira; AGUIAR, José Otávio. Gênero, identidades e meio ambiente: polissemias historiográficas. **Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis,** Florianópolis, v. 6, n. 2, 11 dez. 2009. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/1807-1384.2009v6n2p136>.

CARBONERA, Mirian et al. (Org.). **Chapecó 100 anos: histórias plurais.** 2. ed. Chapecó: Argos, 2018.

CARMO, Renato Miguel do. Gênero e espaço rural: o caso da vila alentejana. **Sociologia, Problemas e Práticas,** Lisboa, n. 54, p. 75-100, jan. 2007.

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. **O desmatamento de florestas de araucária e o Médio Vale do Iguaçu: uma história de riqueza madeireira e colonizações.** 2006. 202 f.

Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

CASACA, Sara Falcão. Revisitando as teorias sobre a divisão sexual do trabalho. **Instituto Superior de Economia e Gestão – SOCIUS**, Lisboa, nº 4, 2009.

CROSBY, Alfred W. Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa 900-1900. Trad. José Augusto Ribeiro e Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 320p.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, Mary Del (org.). **A história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010.

DAVIS, Angela. **Mulher, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2017.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DEL PRIORE, Mary. **Corpo a corpo com a mulher**. SENAC: SP, 2000.

DRUMMOND, José Augusto. **A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, p. 177-197, 1991.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders**: Sociologia das Relações de Poder a partir de uma Pequena Comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ESPÍNDOLA, Marcos Aurélio. **As transterritorialidades na bacia do rio Uruguai e o alagamento sistemático de coletividades**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2009.

FONTANARI, Lilian Santos da Silva. **Memórias silenciosas**: (in) visibilidade e saberes femininos no museu recanto do balseiro, itá, santa catarina. 2020. 112 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

GUISOLPHI, Anderson José. **A construção da estátua “o Desbravador”**: materialidade ideológica. In: Cadernos do CEOM, v. 24, n. 33, p. 257-275, 2010.

HASS, Monica. **O linchamento que muitos querem esquecer**. 3. ed. Chapecó: Argos, 2013.

HIRATA, Helena. **Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais**. **Tempo Social**: revista de sociologia da USP, São Paulo, v. 26, n. 1, p.61-73, jun. 2014.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, on-line, São Paulo, n. 132, set-dezembro, 2007. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf>. Acesso em: 10 nov 2022.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

KLANOVICZ, Luciana Rosar Fornazari. **Erotismo na cultura dos anos 1980: Censura e Televisão** na Revista Veja. 2008. 303p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

KRAUSPENHAR, Bruna Carolina. **Garota Bonita: as representações sobre beleza e feminilidade na imprensa chapecoense**. 2020. 85 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2020.

LAGARDE Y DE LOS RIOS, Marcela. **Los cautiveros de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas**. 4ª ed., México, UNAM, 2005.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 1996.

LE MOS, Valéria Marques. **Determinação do estoque e ciclo de vida da tainha Mugil liza (Teleostei Mugilidae) no sul do Brasil**. 2015. 156 f. Tese (Doutorado) - Curso de Oceanografia Biológica, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2015.

LINDENMEYER, Pedro Marcon. Colonização e devastação no planalto oeste catarinense. **Revista Santa Catarina em História** - Florianópolis - UFSC - Brasil ISSN 1984- 3968, v.1, n.2, 2009.

LINO, Jaisson Teixeira. **O povoamento indígena no Sul do Brasil: as contribuições da arqueologia e da história**. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir; ZARTH, Paulo. (Orgs.). História da Fronteira Sul. 1ed. Porto Alegre: Letra e Vida, 2015, v. 1, p. 92 - 108.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)**. Campinas: Unicamp, 2004.

MACIAZEKI-GOMES, Rita de Cássia; NOGUEIRA, Conceição; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. **Mulheres em contextos rurais: um mapeamento sobre gênero e ruralidade**. Psicologia & Sociedade, Belo Horizonte, v. 28, n. 1, p. 115-124, jan./abr. 2016.

MARCUZZO, Francisco. **bacia hidrográfica do rio Uruguai: altimetria e áreas**. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE RECURSOS HÍDRICOS, 22., 2017, Florianópolis. **XXII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos**. Florianópolis: Abrh, 2017. p. 1-8.

MARQUETTI, Dêlcio; SILVA, Juraci Brandalize Lopes. **Cultura cabocla nas fronteiras do Sul**. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo. (org.). História da Fronteira Sul. 1. ed. Porto Alegre; Chapecó: Letra & Vida; UFFS, 2015. p. 109-129.

MELLO, Soraia Carolina de. **Discussões feministas na imprensa para mulheres: revista Claudia e o trabalho doméstico (1970-1989)**. 2016. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

MERCHANT, Carolyn. **The death of nature: women, ecology, and the Scientific Revolution**. San Francisco: HarperOne, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: **o desafio da pesquisa social. Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 9- 29.

MOREIRA, Precila Kátia. **Ecos de vozes sobre o rio Uruguai**: a formação do sujeito balseiro na região oeste de santa catarina (1920-1960). 2019. 167 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2019.

MORETTO, Samira Peruchi. **O desmatamento e re/florestamento no Oeste de Santa Catarina nas décadas de 1960 e 1970**. *Revista Maracanan*, [S.L.], n. 26, p. 239-257, 29 jan. 2021. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. <http://dx.doi.org/10.12957/revmar.2021.54403>.

MORETTO, Samira Peruchi. SILVA, Claiton Marcio da. VALENTINI, Delmir José. “**Árvore é quase bicho, e bicho é quase gente**”: os caboclos da América Subtropical e um **Buen Vivir alternativo**. *Boletim Historiar*, vol. 07, n. 03. Set./Dez. 2020. p. 57-79. Disponível em: <http://seer.ufs.br/index.php/historiar>.

NODARI, Eunice Sueli (Org.); KLUG, João (Org.). *História Ambiental e Migrações*. 1. ed. São Leopoldo: Editora Oikos, 2012.

NODARI, Eunice Sueli. “Mata Branca”: **o uso do machado, do fogo e da motosserra na alteração da paisagem de Santa Catarina**. In: NODARI, Eunice Sueli; KLUG, João (orgs). *História Ambiental e Migrações*. São Leopoldo: Oikos, p. 35-53, 2012.

NODARI, Eunice Sueli. **Etnicidades Renegociadas**: práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UFSC, 2009.

NOGUEIRA, Ricardo José Batista; OLIVEIRA NETO, Thiago. Rios na Fronteira do Brasil. **Conhecer**: debate entre o público e o privado, [S.L.], v. 12, n. 29, p. 55-73, 19 ago. 2022. O Debate Entre O Público E O Privado. <http://dx.doi.org/10.32335/2238-0426.2022.12.29.8344>.

OGASSAWARA, J. F. ; GASS, S. L. B. . **Análise morfométrica dos afluentes principais da bacia hidrográfica do rio Uruguai e sua influência nas inundações na cidade de Itaqui, Rio Grande do Sul**, Brasil. *REVISTA BRASILEIRA DE GEOMÁTICA*, v. 6, p. 222, 2018.

OLIVEIRA, Nucia Alexandra Silva de. **As páginas da beleza**: as representações sobre a beleza feminina na imprensa (1960-1980). Florianópolis: UFSC, 2001.

ONGHERO, André Luiz; FRANCESCHI, Lucas Antonio. **vidas em torno do rio**. Chapecó: Ceom, 2008.

PÁDUA, José Augusto; CARVALHO, Alessandra Izabel de. A construção de um país tropical: uma apresentação da historiografia ambiental sobre o brasil. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, [S.L.], v. 27, n. 4, p. 1311-1340, out. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-59702020000500015>.

PÁDUA, José Augusto; LAGO, Antônio. **O que é ecologia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

PEDRO, Joana Maria. Mulheres do Sul. In: PRIORE, Mary del (org). **História das Mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

PEDRO, Joana Maria. **Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea**. Topoi, v. 12, n. 22, p. 270-283, jan.-jun, 2011.

PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate**: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. Revista História. São Paulo: Editora UNESP, vol. 24, p. 77-98, 2005.

PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla Bassanezi. Mulheres. In: PINSKY, Jaime. **O BRASIL NO CONTEXTO**: 1987-2017. São Paulo: Contexto, p. 111-122, 2017.

PEREIRA, L. M. L. **Reflexões sobre história de vida, biografias e autobiografias**. História Oral, [S. l.], v. 3, 2009. DOI: 10.51880/ho.v3i0.26. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/26>. Acesso em: 28 jul. 2022.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História**: operários, mulheres, prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4ª ed., 1988.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Estudos de Gênero e História Social**. Revista Estudos Feministas, vol. 17, n. 1, p. 159-189, 2009.

PINSKY, Carla Bassanezi. Mulheres dos Anos Dourados. In: DEL PRIORE, Mary (org.) **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010.

POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. In: CENTRO DE ORGANIZAÇÃO DA MEMÓRIA SÓCIO-CULTURAL DO OESTE. **Para uma história do Oeste catarinense**: 10 anos do Ceom. Chapecó: Unoesc, 1995.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. Tradução: Maria Therezinha Janine Ribeiro. **História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 25-39, fev. 1997.

PRIORE, Mary del. **Sobreviventes e guerreiras**: uma breve história da mulher no Brasil de 1500 a 2000. São Paulo: Planeta, 2020.

RADIN, José Carlos, CORAZZA, Gentil. **Dicionário histórico-social do Oeste catarinense**. Chapecó, Ed. Universidade Federal Fronteira Sul, 2018.

RAPCZYNSKI, Alex Junior. **a permanência do curandeirismo nas periferias de Chapecó entre os anos 1980 e 1990**. 2017. 76 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2017.

RENK, Arlene. **Identidade comunitária**. Separata. Chapecó: Argos, 2004

RIBEIRO, Berta. **Dicionário de artesanato indígena**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1998.

SAGÁS, Yasmin dos Santos. Práticas tradicionais Kaingang: gestação, parto e pós-parto. **Revista Santa Catarina em História**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 28-40, jan. 2017.

SALINI, Ademir Miguel; ONGHERO, André Luiz. **Extração e comércio da madeira no Oeste de Santa Catarina - Brasil**. Revista de Antropología del Museo de Entre Ríos. v. 1 n. 2, p. 103-108, 2015.

SANTOS, Nelso dos. **Balsas e Balseiros do Uruguai**: reflexões e impactos para a historiografia de Nonoai. Estapa Editora Gráfica. 2005.

SCHMITT, Ânderson M.; WINTER, Murillo Dias. **FRONTEIRAS NA HISTÓRIA**: atores sociais e historicidade na construção do Brasil meridional (séculos XVIII-XX). Chapecó: UFFS, 2021.

SCOTT, Ana. Família. In: PINSKY, Jaime. **O BRASIL NO CONTEXTO**: 1987-2017. São Paulo: Contexto, 2017. p. 111-122.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria de análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, 20 (2): 71-99, jul/dez, 1995.

SILVA, Claiton Marcio da; HASS, Monica. “O Oeste Catarinense não pode parar aqui”. Política, agroindústria e uma história do ideal de progresso em Chapecó (1950-1969). **Revista Tempo e Argumento**, [S.L.], v. 9, n. 21, p. 338-374, 27 set. 2017. Universidade do Estado de Santa Catarina. <http://dx.doi.org/10.5965/2175180309212017338>.

SILVA, Claiton Marcio; BRANDT, Marlon; MORETTO, Samira Peruchi. **transformando a paisagem: uma história ambiental de chapecó** In: Mirian Carbonera [et al.] (Orgs.). Chapecó 100 anos: histórias plurais. Chapecó, SC: Argos, 2017.

SILVA, Leonardo Luiz Silveira da; SILVA, Juarez Augusto Silveira da. A (I)materialidade do limite e da fronteira. **Para Onde!?**, [S.L.], v. 14, n. 1, p. 13-30, 30 dez. 2020. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <http://dx.doi.org/10.22456/1982-0003.102778>.

SILVESTRE, Maria Elizabeth Duarte. **Código de 1934**: Água para o Brasil industrial. 2008. Disponível em: <http://www.feth.ggf.br/%81gua.htm>. Acesso em: 10 abr. 2022.

SOARES, Claudete Gomes; ANDREOLA, Neuri José. **Branquitude e representações sobre imigrantes haitianos no Oeste Catarinense**. Temáticas, Campinas, v. 25, n. 49/50, p.85-114, fev/dez, 2017.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O valor (do) casamento na agricultura familiar**. *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2004, vol.12, n.01, pp.253-267. ISSN 1806-9584.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500 – 1800). Tradução João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TONELI, Maria Juracy Filgueiras; GOMES, Rita de Cássia Maciazeki; NOGUEIRA, Conceição. **Mulheres em contextos rurais**: um mapeamento sobre gênero e ruralidade. Psicologia e Sociedade, [s. l.], p. 115-124, abr. 2016.

VAINER, Carlos Bernardo. **Planejamento e questão ambiental**: qual é o meio ambiente que queremos planejar? Anais do V Encontro Nacional da Anpur. Belo Horizonte: ANPUR, 1993.

VALENTINI, Delmir José. **A Guerra do Contestado** (1912-1916). In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo A.. *História da Fronteira Sul*. Chapecó: Uffs, 2015. p. 222-249.

VALENTINI, Delmir José. **Tropeiros, Ervateiros e Balseiros: memoráveis personagens da história do sertão catarinense**. In: *Ágora*. Revista de divulgação científica, UnC, v. 6, n. 1, 1999.

VAROTTO, Daiana Paula. **agroecologia e mulheres: protagonismo feminino na agroecologia no planalto e alto Uruguai do rio grande do sul** (1985 : 2019). 2020. 127 f. Dissertação (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2020.

VENSON, Anamaria Marcon; PEDRO, Joana Maria. **Memórias como fonte de pesquisa em história e antropologia**. *História Oral*, Vol. 15, Nº 2, p. 125-139, jul.-dez. 2012. Disponível em: <http://www.revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=261&path%5B%5D=293>. Acesso em 03 jun. 2022.

VIGNATTI, Marcilei Andrea Pazenatto. **Modificações territoriais induzidas pelas usinas hidrelétricas do rio Uruguai, no Oeste Catarinense**. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2013.

VOJNIAK, Fernando. **Iluminar a inteligência e educar a afetividade: uma história do gênero masculino no oeste catarinense** (1950-1970). 2004. 177 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

WEDIG, Josiane Carine. TERRITORIALIDADE E RESISTÊNCIA. **28ª Reunião Brasileira de Antropologia: TRAJETÓRIAS DE CABOCLOS NO OESTE CATARINENSE**, Seropédica, p. 1-16, dez. 2012.

WERLANG, Alceu Antônio. **Disputas e ocupação do espaço no oeste catarinense: a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil**. Chapecó: Argos, 2006.

WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

ZARTH, Paulo. Fronteira Sul: história e historiografia. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo (org.). **História da Fronteira Sul**. Chapecó: Uffs, 2016. p. 9-24.

